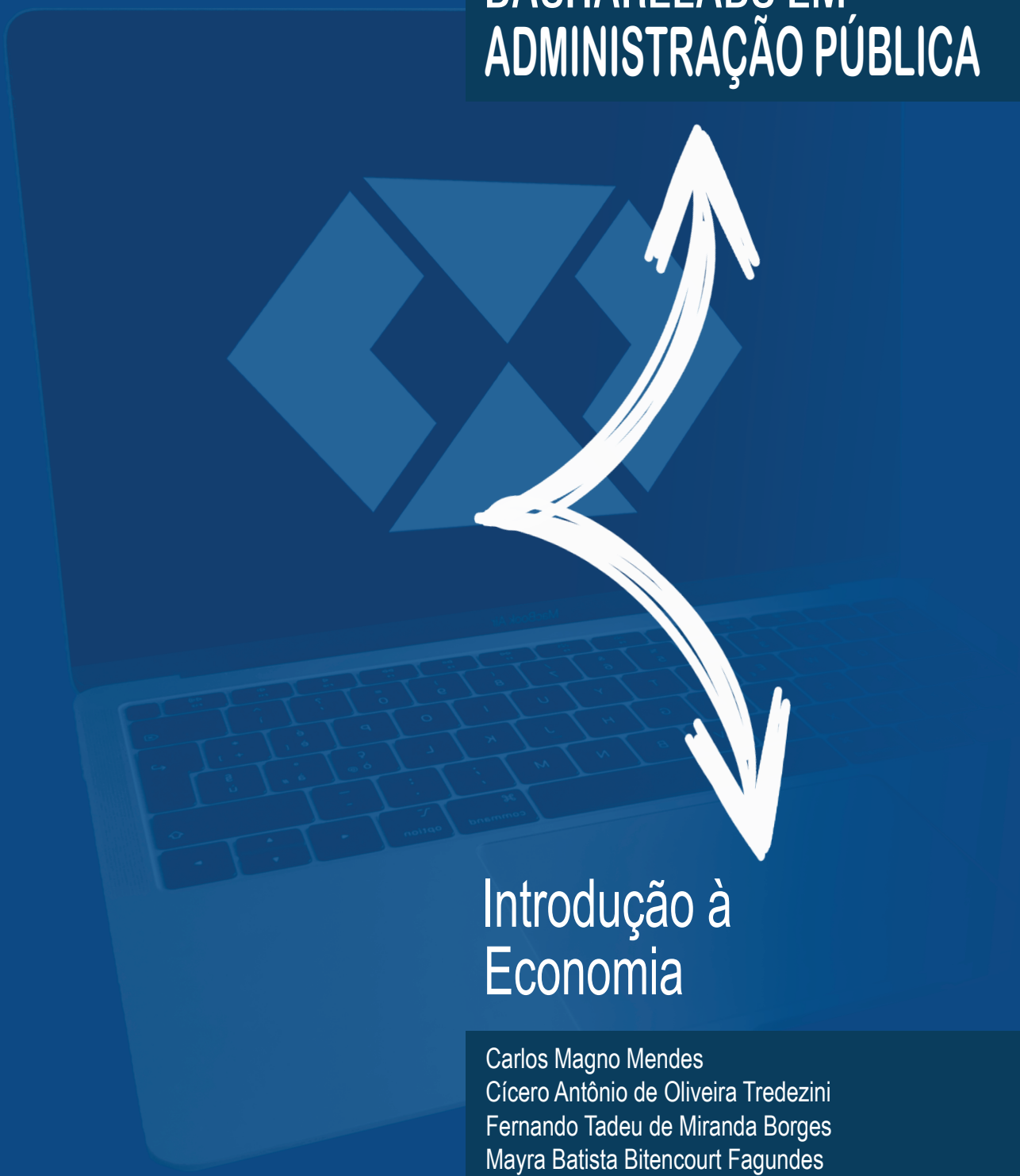
PNAP
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Introdução à Economia

Carlos Magno Mendes
Cícero Antônio de Oliveira Tredezini
Fernando Tadeu de Miranda Borges
Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Ministério da Educação – MEC
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior – CAPES
Diretoria de Educação a Distância – DED
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Programa Nacional de Formação
em Administração Pública – PNAP
Bacharelado em Administração Pública

BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Introdução à Economia

Carlos Magno Mendes
Cícero Antônio de Oliveira Tredezini
Fernando Tadeu de Miranda Borges
Mayra Batista Bitencourt Fagundes

2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

I61 Introdução à economia / Carlos Magno Mendes ...[et al.], Djalma Silva Guimarães Júnior (revisor). – 4. ed. rev. atual. e ampl. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2015.
126 p.: il.

Bacharelado em Administração Pública
Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-7988-257-9

1. Economia - Estudo e ensino. 2. História econômica. 3. Política monetária. 4. Comércio internacional. 5. Desenvolvimento econômico. 6. Educação a distância. I. Mendes, Carlos Magno. II. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil). III. Universidade Aberta do Brasil. IV. Título.

CDU: 330

Catalogação na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

Prof. Carlos Magno Mendes

Natural de Juiz de Fora -Minas Gerais. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1985), mestrado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (1989) e doutorado em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (2002). Atualmente, é professor associado II do Curso de Graduação em Ciências Econômicas e do Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Mato Grosso.

Prof. Cícero Antônio de Oliveira Tredezini

Natural de Patos de Minas - Minas Gerais. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (1981), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (1987) e doutorado em Geografia Econômica pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000). Atualmente, é professor associado III da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, departamento de Economia e Administração.

Prof. Fernando Tadeu de Miranda Borges

Natural de Cuiabá - Mato Grosso. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Mato Grosso (1980), mestrado em Economia pela FEA-USP (1991) e doutorado em História Social pela FFLCH-USP (2003). Atualmente, é professor associado IV do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, do Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional e do Mestrado e Doutorado em História da Universidade Federal de Mato Grosso.

Profa. Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Natural de Campo Grande - Mato Grosso do Sul. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica Dom Bosco (1997), mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (2000) e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (2002). Atualmente, é professora adjunta IV do Curso de Ciências Econômicas, do Mestrado em Administração com ênfase em Gestão do Agronegócio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR | CAPES

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS DIDÁTICOS
Universidade de Pernambuco | UPE

AUTORES DO CONTEÚDO
Carlos Magno Mendes
Cícero Antônio de Oliveira Tredezini
Fernando Tadeu de Miranda Borges
Mayra Batista Bitencourt Fagundes

EQUIPE TÉCNICA – UPE | NEAD

COORDENAÇÃO DO NEAD - UPE
Renato Medeiros de Moraes

COORDENAÇÃO DO PROJETO
Roberto Luiz Alves Torres

PROJETO GRÁFICO
José Marcos Leite Barros

EDITORAÇÃO
Anita Maria de Sousa
Aldo Barros e Silva Filho
Enifrance Vieira da Silva
Danilo Catão de Lucena

REVISÃO TEXTUAL
Maria Tereza Lapa Maymone de Barros
Geruza Viana da Silva

CAPA
José Marcos Leite Barros

PNAP
PROGRAMA NACIONAL
DE FORMAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

CAPÍTULO 1 - CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA ECONOMIA 11
O Significado de Economia 11
Explicação Sobre o Sentido de Escassez na Economia 13
Tomada de Decisões 14
Funcionamento das Economias 14
Bens e Serviços 16
Agentes Econômicos 17
O Objetivo da Análise Econômica 18
Evolução dos Sistemas Econômicos 21

CAPÍTULO 2 - TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO 27
Correntes do Pensamento Econômico 27
Período Medieval 28
Mercantilismo 28
Corrente Fisiocrata 29
Corrente Clássica 31
Corrente Marxista 35
Corrente Neoclássica 36
Corrente Keynesiana 37

CAPÍTULO 3 - TÓPICOS DE MICROECONOMIA PARA GESTORES 43
O Objetivo da Análise Microeconômica 43
Funcionamento de uma Economiade Mercado 44
Mercado 46
Estrutura de Mercado 54

CAPÍTULO 4 - TÓPICOS DE MACROECONOMIA PARA GESTORES 61
O Objetivo da Análise Macroeconômica 61

CAPÍTULO 5 - TÓPICOS DETEORIA MONETÁRIA PARA GESTORES 73
Teoria Monetária 73
Princípios de Teoria Monetária 73
Tipos de Moeda 75
Política Monetária 75
Demanda de Moeda 75
Oferta de Moeda 77
Funções do Banco Central 79
Instrumentos de Política Monetária 79

CAPÍTULO 6 - TÓPICOS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL PARA GESTORES 85
Noções de Comércio Internacional 85
Os Determinantes do Comércio Internacional 86
Taxa de Câmbio 89

Balanço de Pagamentos 92
O Papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) 95

CAPÍTULO 7 - TÓPICOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O PAPEL DO GESTOR NO SETOR PÚBLICO 97
Desenvolvimento Econômico: Tópicos Introdutórios 97
Guerra Fria 99
A Economia Brasileira e o Desenvolvimento Econômico 100
Fontes de Financiamento 100
Fontes de Crescimento 104
Papel do Setor Público 105
Intervenção Governamental 105
O Setor Público nas Correntes do Pensamento Econômico 107
Por Que Regular? 110
O que é Política Fiscal? 113
Déficit e Superávit 113
Opções de Política Fiscal 115
Financiamento 116
Política Fiscal e Taxa de Juros 117
Qualidade de Vida X Distribuição de Renda 117

REFERÊNCIAS 121

INTRODUÇÃO À ECONOMIA

Prof. Carlos Magno Mendes
Prof. Cícero Antônio de Oliveira Tredezini
Prof. Fernando Tadeu de Miranda Borges
Profa. Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Apresentação da Disciplina

Olá estudante do Bacharelado em Administração Pública!

Estamos convidando você para um "mergulho" no estudo da disciplina *Introdução à Economia*.

Acreditamos no significado social da administração pública, e foi com esse espírito que construímos o presente livro de *Introdução à Economia*. Logo, esperamos que o material por nós produzido o/a envolva você e que, ao final deste percurso você se sinta ainda mais motivado/a para aprofundar os conhecimentos adquiridos.

O estudo da Economia é algo envolvente e apaixonante, pois está muito ligado ao nosso cotidiano, aos nossos problemas domésticos e profissionais; por isso fique tranquilo/a, pois para compreender Economia não há segredo e nem fórmula mágica; basta apenas que você se coloque em atitude de: disposição, curiosidade, determinação e interesse.

O estudo da Economia abarca juízos de valor. Embora tenhamos os nossos, esperamos que você se sinta à vontade para cultivar aqueles que lhe falem mais de perto. Queremos que você seja livre e acredite no que for melhor para a construção de um mundo mais justo, solidário, fraterno e cidadão.

No mundo de hoje, vivemos conectados. Contudo, veja você, o fato de estarmos conectados não significa que estejamos integrados; muito pelo contrário, precisamos fazer alguma coisa rapidamente para conquistar, por meio do desenvolvimento sustentável, o nosso lugar e espaço na rede mundial do conhecimento científico e tecnológico, com foco na inovação e na criatividade.

Todos (você e nós) temos muita pressa e, na maioria das vezes, sequer conseguimos avaliar o real motivo disso tudo; porém, um fato parece comprovar esta nossa concepção: ninguém no mundo quer "perder" tempo. Há uma racionalidade instalada pela técnica que domina nossos movimentos e sentidos, como um relógio invisível tendendo a nos governar de forma direta e indireta, tal qual a batida de um coração. Neste sentido contamos com a tecnologia da informação para auxiliar na velocidade da comunicação instantânea e regular o nosso mundo eco-

nômico, político, social e administrativo o tempo todo. Há uma nova forma de trabalho em curso que ocupa tecnologia avançada e que pode ser realizada sem tempo fixado e lugar estabelecido, levando ao aumento da produtividade em rede. Veja, por exemplo, os cursos de educação a distância. A ampliação do desenvolvimento tecnológico está aí, e como é favorável ao seu crescimento, não acreditamos ser a tecnologia a responsável pelo aumento do desemprego na economia.

Uma das explicações para o desemprego pode ser a de que, no sistema econômico em que vivemos – devido à capacidade ilimitada do desenvolvimento tecnológico e à limitada capacidade aquisitiva, em algum momento –, certa "tendência ao decréscimo da taxa de lucro" pode vir a colocar o sistema em risco. Procurando entender o caráter contraditório dessa lógica, muitos estudiosos, dentro do seu tempo, examinaram o funcionamento da Economia.

Lembramos a você que é na forma de apropriação do que é produzido, redistribuindo-o de maneira igualitária e transparente, que poderemos superar as desigualdades e romper, de uma vez por todas, com as barreiras que vêm dificultando o acesso dos excluídos do jogo econômico. Trata-se de uma ruptura difícil, pois os interesses são muitos e as oportunidades não são iguais para todas as pessoas.

Mas será que esse processo, esse movimento social e histórico da Economia, que é sentido por todos nós na carne e no bolso, é compreendido? O que você ouve nos telejornais, nos bate-papos com amigos e amigas, ou lê em revistas e jornais sobre os aspectos econômicos da realidade brasileira e mundial, como é entendido por você? Pois, a Economia abarca diferentes áreas do conhecimento, como, por exemplo, Administração, Ciências Contábeis, Geografia, História, Direito, Estatística, Matemática, Engenharias, Meio Ambiente, Sociologia, Filosofia, Política, Turismo, Educação, e Urbanismo. Você sabia disso?

Como podemos observar, a Economia precisa trabalhar interdisciplinarmente para poder enfrentar os desafios postos às análises econômicas, que requerem diagnósticos precisos. Logo, todos nós contribuímos na construção do conhecimento da Economia, com nossos valores culturais. É preciso que você traga consigo uma ideia do quanto a nossa participação na feitura e construção do mundo tem importância. Aliás, cabe relembrar que todos somos produtores e consumidores de conhecimentos. Observamos que as diversidades precisam ser respeitadas e que não temos a verdade, apenas a procuramos intensamente, num mundo de muitos tempos dentro de um tempo, o tempo do capital.

A Economia encontra-se nos mais diversos lugares e espaços, sendo uma ciência que contempla, como já dissemos, muitos juízos de valor. Para saber um pouco mais a respeito dessa área de conhecimento, convidamos você a nos acompanhar e elaborar conosco os conhecimentos necessários à formação do administrador público.

O objetivo central dessa disciplina é despertar seu interesse pelo estudo da Economia e ampliar seus conhecimentos com os principais conceitos, pressupostos e teorias que compõem a ciência econômica. Esperamos que este livro o/a auxilie na aplicação dos conhecimentos apreendidos junto aos problemas locais, estaduais, nacionais e internacionais e também na construção de uma nova percepção do conhecimento, tendo em vista o maior entendimento do presente, a partir do passado, com vistas à prospecção de um futuro melhor e menos desigual, ou seja, tendo uma compreensão dinâmica da totalidade.

Por meio de uma linguagem acessível, procuramos mesclar nossa visão teórica com exemplos do dia a dia. Esses conceitos, concepções e teorias serão apresentados ao longo do livro nos sete Capítulos que o integram:

Capítulo 1 – Conceitos Fundamentais da Economia;
Capítulo 2 – Trajetória do Pensamento Econômico;
Capítulo 3 – Tópicos de Microeconomia para Gestores;
Capítulo 4 – Tópicos de Macroeconomia para Gestores;
Capítulo 5 – Tópicos de Teoria Monetária para Gestores;
Capítulo 6 – Tópicos de Comércio Internacional para Gestores; e
Capítulo 7 – Tópicos sobre Desenvolvimento Econômico e Papel do Gestor no Setor Público.

Esperamos que os estudos desses temas auxiliem você na aplicação dos conhecimentos apreendidos. Para você, futuro/a bacharel em Administração Pública, um bom curso de Introdução à Economia!

Professores
Carlos Magno Mendes
Cícero Antônio de Oliveira Tredezini
Fernando Tadeu de Miranda Borges
Mayra Batista Bitencourt Fagundes

CAPÍTULO I

CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA ECONOMIA

Prof. Carlos Magno Mendes
Prof. Cícero Antônio de Oliveira Tredezini
Prof. Fernando Tadeu de Miranda Borges
Profa. Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Objetivos Específicos de Aprendizagem

Ao finalizar este Capítulo, você deverá ser capaz de:

- Identificar os autores dos discursos nas correntes de pensamento econômico;
- Entender o funcionamento da economia tendo em conta o modo de produção; e
- Discutir os problemas que continuam a desafiar a nossa criatividade econômica.

O Significado de Economia

Estudante!
Neste primeiro Capítulo do livro de *Introdução à Economia*, faremos uma abordagem de alguns conceitos que consideramos básicos no estudo da Economia, além de apresentarmos temas variados sobre o funcionamento do sistema econômico que, devido à escassez, precisa tomar decisões corretas sob pena de todos perdermos. Nestes últimos anos, com a velocidade das transformações e a redução das distâncias, o mundo ficou mais próximo, e com isso os problemas afligem a todos com maior rapidez.

Quando andamos pela cidade, percebemos grande movimento no comércio. Centenas de pessoas enchem as lojas, despertando enorme satisfação nos vendedores. Os compradores também parecem satisfeitos, pois as lojas oferecem uma infinidade de produtos, desde roupas de todos os tipos até equipamentos eletrônicos mais sofisticados, de modo a satisfazer a todos os gostos.

Veja você que essa variedade de bens agrada aos diversos tipos de consumidores, do mais exigente e mais rico ao menos exigente e com menor poder de compra. Essa cena pode ser vista em várias cidades do nosso

país e em muitos lugares do mundo. Além disso, a questão da presença do Estado na economia, enquanto instituição reguladora é bastante observada. Tenha na ideia, portanto, que o Estado acabou tornando-se um elemento chave na análise quando se deseja abordar temas como desenvolvimento econômico e papel do gestor público. A disciplina *Introdução à Economia*, que estamos iniciando, se interessa, em grande medida, por essas coisas ditas comuns. Então mãos à obra!

No Século XIX, **Alfred Marshall** disse que a Economia procura estudar os negócios comuns da vida da humanidade. Por negócios comuns, podemos entender as cenas corriqueiras da vida econômica.

SAIBA MAIS

Alfred Marshall (1842-1924) – Considerado um pensador da economia, deu contribuições às teorias da demanda e da utilidade. Matemático, se dedicou aos estudos econômicos e lecionou Economia na Universidade de Cambridge. Seu livro Princípios de Economia Política, lançado no final do Século XIX, influenciou o desenvolvimento de novas pesquisas e deixou marcas nos ensinamentos da Economia Neoclássica no Século XX. Fonte: Hunt (2005).

Mas, o que vem a ser a Economia? Como funciona nosso sistema econômico? Quando e por que o sistema econômico entra em crise, ocasionando mudanças de comportamento das pessoas e empresas? Você saberia responder?

Etimologicamente, a palavra "economia" vem dos termos gregos *oikós* (casa) e *nomos* (norma, lei). Pode ser compreendida como "administração da casa", algo bastante comum na vida das pessoas. Portanto, é interessante essa aproximação do mundo da casa com o mundo da economia.

Em outras palavras, podemos dizer que a Economia estuda a maneira de administrar os recursos disponíveis com o objetivo de produzir bens e serviços, e de distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade.

Agora é sua vez. Faça uma reflexão a partir de: como você e sua família tomam decisões no dia a dia? Que tarefas cada membro deve desempenhar e o que cada um vai receber em troca? Quem vai preparar o almoço e o jantar? Quem vai lavar e passar? Que aparelho de televisão vai ser comprado? Que carro vai ser adquirido? Onde passar as férias de final de ano? Quem vai? Onde vai ficar?

Segundo, **Nicholas Gregory Mankiw**[1] (2005, p. 3), "[...] cada família precisa alocar seus recursos escassos a seus diversos membros, levando em consideração as habilidades, esforços e desejos de cada um".

Cabe observar que, além das habilidades, os recursos produtivos ou fatores de produção, são elementos também utilizados no processo de fabricação dos mais variados tipos de bens (mercadorias) e utilizados para satisfazer às necessidades humanas.

O que você entende por necessidade humana?

A necessidade humana envolve a sensação da falta de alguma coisa unida ao desejo de satisfazê-la. Acreditamos que todas as pessoas sentem necessidade de adquirir alguma coisa, sentem desejo tanto por alimentos, água e ar, quanto por **bens de consumo** como sapatos, sabonete, televisão, computador, geladeira etc.

Da mesma forma que uma família precisa satisfazer suas necessidades, uma sociedade também precisa fazer o mesmo. Aliás, precisa definir o que produzir, para quem produzir, quando produzir e quanto produzir. Em linhas gerais, a sociedade precisa gerenciar bem seus recursos, principalmente se considerarmos que estes, de maneira geral, são escassos.

Explicação Sobre o Sentido de Escassez na Economia

Assim como uma família não pode ter todos os bens que deseja, ou seja, dar aos seus membros todos os produtos e serviços que desejam, uma sociedade também não pode fazer o mesmo. A razão para que isso aconteça está na **escassez**[2], isto é, quando os recursos são limitados em termos de quantidade disponível para uso imediato.

Assim, a Economia tem sido entendida como o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos, embora haja quem discorde desse argumento.

Ainda que possamos estudar Economia de muitas maneiras, existem algumas ideias que se tornam centrais nesta disciplina, consideradas como seus princípios básicos. Portanto, para poder compreender Economia, é bom saber mais sobre o sentido da ciência econômica.

Segundo Mankiw (2005), não há nada de misterioso sobre o que vem a ser uma economia. Em qualquer parte do mundo, o termo refere-se a um grupo de pessoas que interagem entre si e, dessa forma, vão levando a vida.

---

1 Um dos maiores economistas dos EUA e professor da Universidade Harvard.

2 Escassez – caracteriza a situação normal da socieade onde os recursos são sua demanda por bens e serviços. Fonte: Lacombe (2004).

Diante disso, podemos imaginar que a primeira coisa que precisamos entender, quando se quer compreender uma economia, é saber como são tomadas as decisões.

Tomada de Decisões

O processo de tomada de decisão envolve quatro princípios:

- **Primeiro:** as pessoas precisam fazer escolhas, e essas escolhas não são de graça. Elas precisam ser feitas tendo em vista que os recursos são escassos. Não é possível atender a todas as necessidades de maneira ilimitada. Portanto, a sociedade precisa fazer suas escolhas, assim como os indivíduos. Isto é, existe um *trade-offs*.

- **Segundo:** o custo real de alguma coisa é o que o indivíduo deve despender para adquiri-la, ou seja, o custo de um produto ou serviço refere-se àquilo que tivemos que desistir para conseguir compensar com outra coisa.

- **Terceiro:** pessoas são consideradas racionais e, por isso, elas pensam nos pequenos ajustes incrementais de todas as suas decisões, nos ganhos adquiridos em função das suas escolhas. Isto significa que as pessoas e empresas podem melhorar seu processo de decisão pensando na margem. Portanto, um tomador de decisão considerado racional deve executar uma ação se, e somente se, o resultado dos **benefícios marginais**[3] forem superiores aos seus custos marginais.

- **Quarto:** as pessoas reagem a estímulos. Como elas tomam suas decisões levando em conta os benefícios e seus custos, qualquer alteração nessas variáveis pode alterar o comportamento da sua decisão. Assim, o mínimo incentivo que ocorra pode alterar a conduta do tomador de decisões. Nota-se que os formuladores de políticas públicas fazem bastante uso deste princípio.

Na disciplina Organização, Processos e Tomada de Decisão, você verá mais sobre este assunto – processo de tomada de decisão.

Funcionamento das Economias

A questão básica que norteia o processo econômico implica em como as pessoas interagem, ou seja, como as economias funcionam. Logo, a partir desse princípio, podemos compreender que o comércio pode ser bom para todos os agentes, os mercados são geralmente bons organizadores da atividade econômica, os mercados às vezes falham e, por

---

3 Os economistas usam o termo mudanças marginais para explicar os pequenos ajustes incrementais a uma ação existente, ou seja, a cada aumento de produção é possível verificar o nível de acréscimo alcançado.

isso, os governos podem melhorar os resultados do mercado, através de uma eficiente administração pública. Portanto, o desenvolvimento econômico e a expansão das atividades econômicas de um país são pontos fundamentais para entender como funciona sua economia. Aqui, entra o Estado e suas funções primordiais para que a economia possa funcionar a contento.

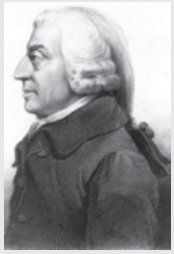
Bresser-Pereira (2004, p. 3), diz que o **Estado**[4].

> [...] é a instituição que organiza a ação coletiva dos cidadãos de cada Estado Nação, através da constituição nacional, e de todas as demais instituições legais ou jurídicas que cria ou legitima, e que fazem parte constitutiva dele próprio. É nessa qualidade que o Estado moderno desempenha o papel econômico fundamental de institucionalizar os mercados, e, mais amplamente, de promover o desenvolvimento econômico do país e a segurança econômica de cada um de seus cidadãos. Estado Nação é a instituição soberana que serve de base para o sistema global em que vivemos. É o ente político soberano no concerto das demais nações, o Estado é a organização dentro desse país com poder de legislar e tributar a respectiva sociedade.

O padrão de vida das pessoas depende da sua capacidade de produzir bens e serviços. Veja que o papel do Estado neste contexto torna-se fundamental: ele aparece como sendo a totalização, quase sempre contraditória, de um conjunto de compromissos institucionalizados, os quais estabelecem procedimentos que devem ser seguidos, regras que precisam ser respeitadas mesmo que contrárias à lógica da troca mercantil, ou seja, à força do mercado. Não é uma simples questão de gestão eficiente dos recursos produtivos, mas sim um princípio de ordenamento legal constitucional que pode interferir na qualidade da gestão privada e que, por extensão, terá implicações na gestão da coisa pública.

Na realidade, a ideia de que há ganhos com o comércio foi introduzida na Economia de forma mais bem elaborada em 1776, por Adam Smith. Tal ideia aumenta a produtividade do sistema e, consequentemente, a quantidade de bens e serviços à disposição das pessoas.

SAIBA MAIS



Adam Smith (1723-1790) – Considerado um grande filósofo e economista - o maior dos clássicos e o pai da Ciência Econômica. Em 1776 publicou o livro A Teoria dos Sentimentos Morais, um dos mais influentes livros de teoria moral e econômica do mundo. Fonte: Pensador (2005).

---

4 Para maiores esclarecimentos conceituais sobre Estado, Governo e Sociedade, consulte o livro de José Matias Pereira, Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil, e o livro organizado por Marcos Tanure Sanabio, Gilmar José Santos e Marcus Vinicius David, Administração Pública Contemporânea: política, democracia e gestão.

Dessa forma, temos mais comércio, mais desenvolvimento dos lugares e das pessoas. Você concorda?

Em economias centralizadas, são os planejadores que estabelecem quanto vai ser produzido e o que vai ser consumido. Apenas o governo, através do órgão de planejamento, pode organizar a atividade econômica de maneira a oferecer e atender a todas as demandas eventualmente estabelecidas pela população.

Veja que em economias de mercado essa função de estabelecer o quanto e como produzir é atribuição do mercado, ou seja, as decisões do planejador central são substituídas pelas decisões de milhares de pessoas e empresas. Diante disso, o mercado é considerado, na maioria das vezes, a melhor forma para destinar os recursos escassos. Porém, às vezes, ele falha nesse processo de destinar de maneira eficiente os recursos e fazer a distribuição equitativa de seu produto; e quando isso acontece, o governo precisa intervir na economia.

Podemos dizer que a questão da capacidade de produzir bens e serviços está relacionada ao nível de produtividade do país. Para Romer (2002), o que explica as grandes diferenças de padrão de vida entre os países ao longo do tempo é a diferença nos índices de produtividade. Logo, onde a produtividade das pessoas é maior, ou seja, mais bens e serviços são produzidos em menos tempo, o padrão de vida é, igualmente, maior.

Bens e Serviços

De um modo geral, o objetivo de toda e qualquer indústria é produzir bens e serviços para vendê-los e obter lucros. Mas o que você entende por bens? E por serviços?

Podemos dizer, de forma geral, que **bem** é tudo aquilo que permite satisfazer às necessidades humanas. Os bens podem ser:

- **Bens livres:** aqueles cuja quantidade é ilimitada e podem ser obtidos sem nenhum esforço na natureza. Por exemplo: a luz solar, o ar, o mar. Esses bens não possuem preços.

- **Bens econômicos:** são relativamente escassos, têm valor no mercado, e supõem a ocorrência de esforço humano para obtê-lo. Por exemplo: um carro, um computador etc.

Os bens econômicos são classificados em dois grupos:

- **Bens materiais:** como o próprio nome já diz são todos aqueles de natureza material, que podem ser estocados e são tangíveis, tais como roupas, alimentos, livros, televisores etc.

- **Bens imateriais ou serviços:** consideramos aqui tudo que é intangível. Por exemplo, serviço de um médico, consultoria de um econo-

mista ou serviço de um advogado, que acabam no mesmo momento de produção e não podem ser estocados.

Os bens materiais, por sua vez, classificam-se em:

- **Bens de consumo:** são aqueles usados diretamente para a satisfação das necessidades humanas; e podem ser:
  - **de consumo durável**, tais como: carros, móveis, eletrodomésticos; e
  - **de consumo não durável**, como, por exemplo, gasolina, alimentos, cigarro.
- **Bens de capital:** são aqueles utilizados no processo produtivo, ou seja, bens de capital, que permitem produzir outros bens. Por exemplo: equipamentos, computadores, edifícios, instalações etc.

Tanto os bens de consumo quanto os de capital são classificados

- **Bens finais:** são bens acabados, pois já passaram por todas as etapas de transformação possíveis.
- **Bens intermediários:** são bens que ainda estão inacabados, que precisam ser transformados para atingir a sua finalidade principal. Por exemplo: aço, vidro e borracha usados na produção de carros.

Os bens podem ser classificados, ainda, em:

- **Bens públicos:** são aqueles não exclusivos e não disputáveis. Referem-se ao conjunto de bens fornecidos pelo setor público, tais como: transporte, segurança e justiça.
- **Bens privados:** são aqueles exclusivos e disputáveis, produzidos e possuídos privadamente, como, por exemplo: televisão, carro, computador etc.

Podemos dizer então que bem é tudo o que tem utilidade para satisfazer uma necessidade ou suprir uma carência; e serviço implica uma atividade intangível que proporciona um benefício sem resultar na posse de algo.

Agentes Econômicos

Os agentes econômicos são pessoas de natureza física ou jurídica que, através de suas ações, contribuem para o funcionamento do sistema econômico, seja este capitalista ou socialista. Podem ser:

- **Empresa:** inclui todos os agentes encarregados de produzir e comercializar bens e serviços, ligados por sistemas de informação e influenciados por um ambiente externo. A produção se dá pela combinação dos fatores produtivos adquiridos junto às famílias. As decisões da empresa são todas voltadas para o objetivo de conseguir o máximo de lucro e mais investimentos.

- **Família:** inclui todos os indivíduos e unidades familiares da economia e que, no papel de consumidores, adquirem os mais diversos tipos de bens e serviços para o atendimento de suas necessidades. Por outro lado, são as famílias as proprietárias dos recursos produtivos e as que fornecem às empresas os diversos fatores de produção, tais como: trabalho, terra, capital e capacidade empresarial. Recebem em troca, como pagamento, salários, aluguéis, juros e lucros, e é com essa renda que compram os bens e serviços produzidos pelas empresas. O que as famílias sempre buscam é a maximização da satisfação de suas necessidades.

- **Governo:** inclui todas as organizações que, direta ou indiretamente, estão sob o controle do Estado, nas suas esferas: federal, estadual ou municipal. Vez por outra o governo atua no sistema econômico, produzindo bens e serviços, através de empresa de natureza pública como os Correios etc.

Portanto, tanto as empresas quanto as famílias e os governos interagem o tempo todo, dando o toque econômico, de onde resultam as mais diversas explicações. Esta interação ocorre no mercado. Por isto que Chang (2010, p. 20) diz que o mercado livre não existe. Para ele, "[...] todo e qualquer mercado opera segundo determinadas regras e limitações, que restringem a liberdade de escolha."

No que diz respeito à Gestão Pública, a análise poderá ser ampliada a partir da leitura de materiais que abordam os modelos de administração. Tais modelos são fundamentais para a compreensão dessas questões, porém, quase sempre são apropriados em um dado momento pelas forças do mercado e dos agentes privados.

É preciso, portanto, que você atente para a administração pública gerencial, que incorpora a racionalidade gerencial, direcionada ao aumento da eficiência e à elevação de produtividade das organizações do Estado. Deve-se, contudo, salientar que isso não se constitui em uma receita de sucesso, uma vez que a intervenção do Estado na economia não se resume apenas a esta lógica mercadológica, mas aos vários interesses da sociedade, o que, com certeza, sugere que os modelos gerenciais podem e devem interferir na essência da política, embora sejam de difícil operacionalização.

O Objetivo da Análise Econômica

Falamos e pensamos em economia com frequência, já que ela consiste em milhões de pessoas envolvidas em várias atividades como comprar, vender, trabalhar, contratar, fabricar, produzir, distribuir, alocar etc.

Diariamente, milhões de pessoas efetuam trocas em todos os lugares. Se ocorrem milhões de trocas, é sinal de que milhões de pessoas estão produzindo para milhões de pessoas. O objetivo da análise econômica é explicar o que possibilita à economia mundial e suas diversas partes funcionarem do jeito que o fazem.

Veja que, quanto mais aprendemos e analisamos a respeito das relações e do comportamento econômico moderno, mais capacidade temos de direcionar nossas energias para a produção de bens e serviços que venham a proporcionar maior nível de satisfação para toda a sociedade.

Para Thompson Júnior e Formby (1998), o desafio analítico da economia é enorme e complexo, tendo-se em vista o conjunto de relações e interações que a cada minuto são feitas pelo mundo:

> Considere que nos diversos países do mundo as pessoas estão tomando bilhões de decisões entre gastar seu dinheiro com as diferentes coisas de que necessitam e as que desejam. Em toda parte, empresas de todos os tipos e portes estão decidindo a respeito de quanto e quais bens e serviços produzir e que tecnologias e recursos utilizar para ofertá-los. Todos os tipos de agências governamentais e instituições sem fins lucrativos estão coletando impostos e solicitando doações para fornecer bens e serviços ao público e a grupos especiais como os pobres, os idosos e os desempregados. (THOMPSON JR.; FORMBY, 1998, p. 1)

É bom lembrarmos que o grande desafio da análise econômica é dar um sentido, uma lógica a todas essas decisões e, por conseguinte, propiciar o entendimento das consequências no conjunto da economia. A abordagem comumente utilizada pelos analistas para dar sentido a todo esse conjunto de comportamento econômico diário envolve alguns procedimentos como:

- tentar descobrir por que os eventos econômicos ocorrem de uma determinada forma;
- analisar fatos econômicos confiáveis para tentar estabelecer relações de causa e efeito mais ou menos plausíveis;
- apresentar teorias econômicas formais; e
- construir **modelos econômicos***.

SAIBA MAIS

***Modelo econômico** – modelo que procura representar a realidade econômica de forma simplificada, mediante equações matemáticas, estudando as relações entre as variáveis mais significativas para a análise do fenômeno que está sendo pesquisado.
Fonte: Lacombe (2004).

Sobre a questão do método na Ciência Econômica, consulte os livros Métodos da Ciência Econômica, de Gentil Corazza, e Metodologia da Economia: ou como os economistas explicam, de Mark Blaug.

Para melhor entendermos e analisarmos o mundo econômico contamos com economistas que buscam simplificar esse mundo real complexo utilizando modelos (simplificação da realidade) que descrevem as relações econômicas. Para isso ocorrer com seriedade, os estudiosos fazem uso do **método científico**, apresentando suas teorias e seus modelos. Os métodos representam com exatidão um caminho que se deve percorrer quando se busca o conhecimento, embora, por si só, não garantam que se alcance a verdade. Logo, podemos dizer que o método serve para que se alcance o conhecimento, já que este requer esforço para ser alcançado.

Enquanto você está lendo este livro, deve estar pensando: afinal, o que é o tal sistema econômico? Como isso funciona?

Conforme chamam a atenção os professores Hall e Lieberman (2003), neste momento, mesmo que aparentemente íntimo, você está acoplado ao mundo real por caminhos nunca antes imaginados. Por exemplo, para que você possa ler este material, primeiramente foi preciso que os autores escrevessem. Na sequência foi necessário sua motivação e empenho para lê-lo. Outro fator acoplado neste cenário diz respeito à equipe envolvida no processo, tais como o pessoal da adaptação de linguagem, o revisor de português, o diagramador, a comissão editorial, o pessoal da gráfica, da embalagem e da distribuição.

Observe que diversas pessoas participam do processo de criação e distribuição deste livro. Além delas, tivemos também incorporado ao processo de produção uma quantidade de papel e tinta, caixas, computadores, impressoras, transporte, combustível etc. – elementos que propiciam a você conhecer melhor como funciona o **sistema econômico***.

SAIBA MAIS

***Sistema econômico** – sistema de propriedade, de forma de decisão sobre a alocação dos recursos produtivos, de determinação de preços, e demais mecanismos que caracterizam o sistema produtivo de uma sociedade e a distribuição dos produtos pelos agentes econômicos. Fonte: Lacombe (2004).

Nesse mesmo caminho, observe a cadeira ou banco no qual você está sentado, agora, e o espaço físico em que você se encontra. Veja que, apesar desse isolamento momentâneo em que você se encontra, ao estar folheando este material, você está economicamente ligado a milhares de pessoas por centenas de caminhos que se intercomunicam através da produção e da distribuição dos produtos e serviços aqui consumidos por você.

As perguntas que lhe fazemos neste momento são: por que tantos bens e serviços que ora consumimos são produzidos por outras pessoas? Por que somos tão dependentes uns dos outros no que se refere ao bem-estar material? Por que não vivemos como Robinson Crusoé?

As respostas a todas essas indagações dizem respeito ao sistema econômico. Na maioria das vezes, nos apropriamos de coisas que o sistema econômico nos oferece, mas não damos a menor importância sobre como essas coisas chegaram até nós.

Vamos falar de um filme para contextualizar o questionamento anterior: **Robinson Crusoé.** A aventura se passa em 1659, quando o náufrago inglês Robinson Crusoé vai parar numa ilha tropical aparentemente deserta, na qual luta sozinho para prover sua subsistência até encontrar o nativo a quem batiza de Sexta-Feira. O filme mostra uma realidade onde nossas necessidades materiais podem ser todas produzidas por nós mesmos.

SAIBA MAIS

Caso não tenha assistido ao filme *Las Aventuras de Robinson Crusoe*, México/ EUA, 1952, com a direção de Luis Buñuel, cujo enredo se passa em 1659, procure numa locadora próxima de sua casa. Vale a pena!

Para pensarmos um pouco mais sobre esse tema, é chegada a hora de aprendermos como a economia serve a bilhões de pessoas, permitindo que sobrevivam e prosperem, apesar dos contratempos da vida atual, que penalizam milhões de pessoas. Não se esqueça de que tudo isso se refere ao sistema econômico, sua forma de organizar, produzir e distribuir seus bens e serviços a todos os cidadãos.

Evolução dos Sistemas Econômicos

A evolução dos sistemas econômicos, nesses últimos dez mil anos, foi marcada por duas características norteadoras de todo o processo:

- **Especialização:** sistema de produção segundo o qual cada indivíduo se concentra em um número limitado de atividades; e

- **Troca:** dar uma coisa por outra, substituir uma coisa por outra, permutar.

Através da especialização e da troca, as nações puderam dispor de maior produção, e os padrões de vida foram se elevando. Diante disso, todas as nações passaram a aumentar o grau de especializações e de trocas.

As razões pelas quais a especialização e a troca permitem o crescimento da produção podem ser observadas pela capacidade humana de aprender durante a vida. Diante disso, a especialização torna o homem mais hábil para fazer algumas poucas coisas, em vez de ser amador em várias. Uma outra razão que se justifica é pelo tempo necessário para mudar de uma atividade para outra. Segundo Hall e Liberman (2003, p. 34), "[...] quando as pessoas se especializam e, com isso, passam mais tempo

realizando uma só tarefa, há menos perda de tempo decorrente da transição entre as tarefas". Percebe-se, com isso, uma alteração nos níveis de produtividade dessa economia, levando-a a um crescimento do nível de produção.

Uma forma simples de entendermos e visualizarmos como se organiza a economia, como seus participantes interagem uns com os outros, como os compradores e consumidores se relacionam entre si e com o governo e, ainda, como a economia interna se relaciona com o setor externo, se expressa através do diagrama do fluxo circular ampliado. Veja a Figura 1.

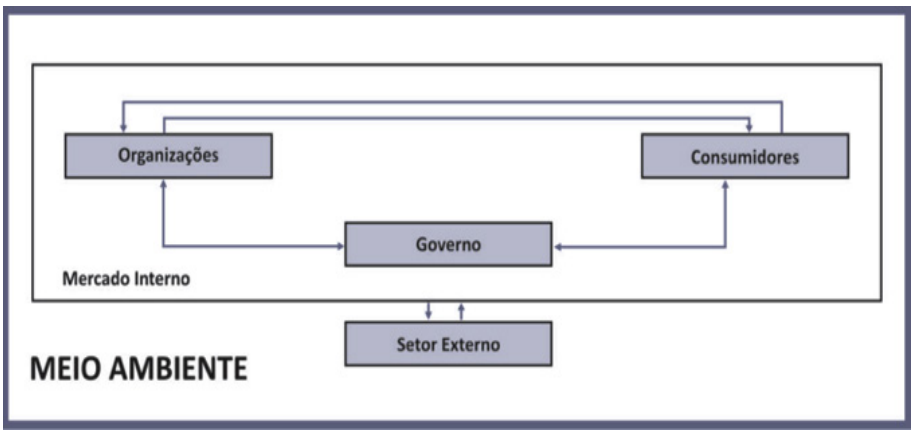


Figura 1: Diagrama do fluxo circular
Fonte: Elaborada pelos autores deste livro

Podemos observar que o diagrama do fluxo circular evidencia visualmente as relações econômicas instituídas e facilita o entendimento no que diz respeito ao funcionamento da economia, utilizando as seguintes categorias: produtores (organizações), consumidores (famílias), governo e setor externo.

Verificamos no diagrama do fluxo circular a existência de relações entre os diversos agentes que compõem o mercado interno e também a relação desse mercado com o setor externo. Com a presença de pessoas, empresas (grandes, médias, pequenas, formais e informais) e governos (municipal, estadual e federal), as relações estabelecidas dão sustentação ao mercado. Isto acontece em quase todos os lugares, e uma relação direta e indireta com o meio ambiente acaba sendo processada.

Você sabia que, no sistema econômico, tudo pode e deve ser avaliado monetariamente, de modo que toda a produção de bens e serviços que uma economia produz pode ser transformada em valor, medido pelo dinheiro ou pela moeda? Mas como mensurar as atividades econômicas?

Mensurar significa quantificar essas relações. Logo quando as atividades econômicas de um país são mensuradas, a sociedade passa a ter mais clareza do seu processo de desenvolvimento econômico. Acompanhe como se desenvolvem o Fluxo Real e o Fluxo Monetário da economia, ilustrados nas Figuras 2 e 3, respectivamente.

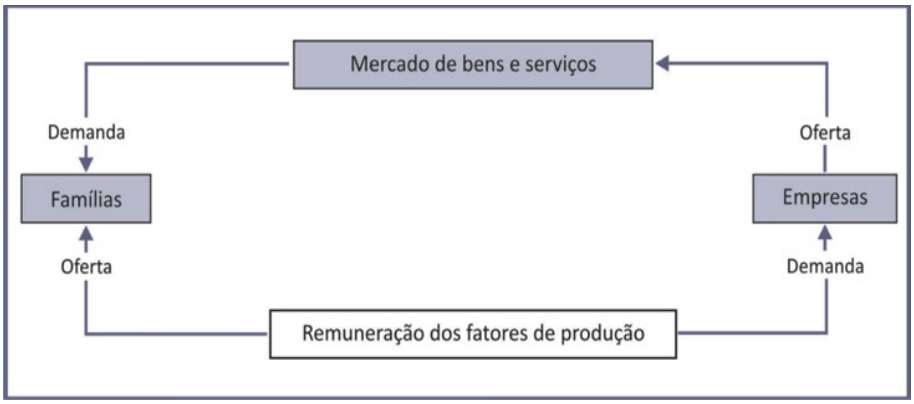


Figura 2: Fluxo real da economia
Fonte: Elaborada pelos autores deste livro

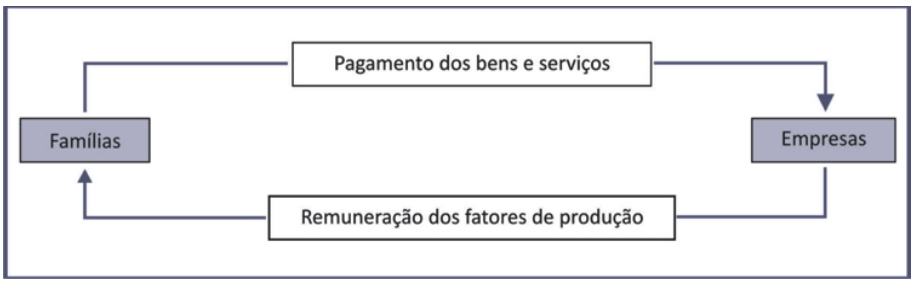


Figura 3: Fluxo monetário da economia
Fonte: Elaborada pelos autores deste livro

Observe nas figuras que, enquanto o Fluxo Real procura evidenciar as relações de demanda e oferta existentes no mercado de bens e serviços, o Fluxo Monetário deixa clara a relação de pagamentos efetuados no mercado de bens e serviços, e a remuneração dos fatores de produção. Assim podemos afirmar que o sistema econômico é o conjunto de relações técnicas, básicas e institucionais que caracterizam a organização econômica de uma sociedade. Independentemente do seu tipo, todo sistema econômico deve, de algum modo, desempenhar três funções básicas – básicas em Economia –, determinando:

- **O que produzir e em que quantidade:** definir entre as possibilidades, o que e qual a quantidade a ser produzida, de modo a satisfazer, o mais adequadamente, à sociedade.

- **Como produzir tais bens e serviços:** definir quem vai ser o responsável pela produção, qual a tecnologia a ser empregada, qual o tipo de organização da produção etc.

- **Para quem produzir, ou seja, quem será o consumidor:** definir o público-alvo e as maneiras através das quais o produto deverá atingi-lo.

Mas como as sociedades resolvem os seus problemas econômicos fundamentais: o que e quanto, como e para quem produzir?

A resposta depende da forma de organização econômica. Cada relação entre esses agentes caracteriza um mercado em particular.

No campo da **Microeconomia***, podemos analisar os mercados de petróleo, de soja, de mão de obra para o setor financeiro etc., enquanto, no campo da **Macroeconomia***, podemos destacar o funcionamento do mercado de bens e serviços, do mercado de trabalho como um todo, e dos mercados financeiro e cambial.

SAIBA MAIS

***Microeconomia** – preocupa-se com a eficiência na alocação dos fatores de produção, as quantidades de bens e serviços ofertadas e demandadas, os preços absolutos e relativos dos bens e serviços, e a otimização dos recursos orçamentários de cada um dos agentes econômicos. Fonte: Lacombe (2004).

***Macroeconomia** – estudo do comportamento da economia como um todo, isto é, dos fenômenos econômicos abrangentes, como o nível de preços, a inflação, o desemprego, a política monetária de um país etc. Fonte: Lacombe (2004).

Note que, no mundo de hoje, entender de economia e compreender como funcionam os mercados, em suas reais dimensões, problemas e implicações em termos de bem-estar social, econômico e político, nos auxilia bastante nas tomadas de decisões. O mercado possibilita enxergar outras variáveis (outras relações) que não se encontram apenas no campo da economia.

Existem duas formas principais de organização econômica:

- **Economia de mercado** (ou descentralizada, tipo capitalista); e
- **Economia planificada** (ou centralizada, tipo socialista).

Os países organizam-se dessas duas formas ou possuem algum sistema intermediário entre elas.

Outra questão importante, que surge na esfera do estudo econômico, diz respeito às distinções entre as preocupações macro e microeconômicas. Contudo, vale salientar que, embora, aparentemente díspares, ambas tratam do mesmo objeto: o sistema econômico.

TEXTO COMPLEMENTAR

Para saber mais sobre os Conceitos de Economia, leia a obra: Histórias do Pensamento Econômico – de Stanley L. Brue. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

Chegamos ao final do Capitulo 1, na qual você conheceu ou relembrou alguns conceitos da Economia, como o da ciência da escassez. O entendimento destes conceitos é imprescindível para que você prossiga de

forma proveitosa o seu curso. Caso tenha ficado com dúvidas em algo que lhe foi apresentado, volte e releia e, se necessário, faça contato com seu tutor para esclarecer.

Resumindo

O estudo deste Capítulo permitiu a compreensão de nosso sistema econômico e o sentido de economia como "administração da casa". Além disso, os princípios que norteiam as decisões e os agentes econômicos encarregados do funcionamento da organização econômica foram objeto de reflexão e aprendizagem.

Como você sabe, cada disciplina tem seu campo de estudo, tem sua linguagem e sua maneira de organizar o pensamento. A Economia também possui a sua; portanto, falaremos, nos Capítulos subsequentes, de correntes econômicas, produção e renda, oferta e demanda, elasticidade, moeda, comércio internacional, taxa de câmbio, gastos do governo, tributos etc. Nosso principal objetivo é oferecer a você alguns elementos para ajudá-lo a compreender melhor o mundo que nos cerca.

Neste primeiro Capítulo, buscamos desenvolver os conceitos que consideramos fundamentais para que você compreenda o estudo da Economia ao longo do curso e de sua formação acadêmica.

Não pare por aqui, busque novas referências, pesquise os assuntos apresentados. Você deve construir seu conhecimento.

Bons estudos!

ATIVIDADES

Vamos verificar como está seu entendimento até aqui? Uma forma simples é você realizar as atividades propostas a seguir.

1. Liste e explique sucintamente os quatro princípios da tomada de decisão. Depois, observe as situações de seu cotidiano e veja se são aplicados a elas os quatro princípios. Qual a importância disso para um administrador público?

2. Explique como você entende o ditado dos economistas que diz que "não existe almoço grátis". Como fazer para que a administração pública aplique os seus recursos evitando desperdícios?

3. Quais são os principais modelos de administração pública existentes na literatura? Apresente as principais características de cada um deles. O Estado brasileiro atual se enquadra em qual modelo ou modelos?

4. Faça uma pesquisa na internet sobre a disponibilidade de recursos naturais existentes no Brasil e que estarão disponíveis para exploração nos próximos 20 anos.

5. Visite qualquer site jornalístico de sua preferência e responda às seguintes questões:

   a) Quais são as principais notícias sobre a situação da economia nesse dia?

   b) Do que elas tratam e quais são as suas influências em nível familiar, empresarial e estatal? (Para a economia?)

   c) Quais são os conflitos que as informações colhidas por você apontam?

CAPÍTULO II

TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Prof. Carlos Magno Mendes
Prof. Cícero Antônio de Oliveira Tredezini
Prof. Fernando Tadeu de Miranda Borges
Profa. Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Objetivos Específicos de Aprendizagem

Ao finalizar este Capítulo, você deverá ser capaz de:

- Conhecer a trajetória do Pensamento Econômico nas correntes: mercantilista, clássica, marxista, neoclássica e keynesiana;
- Compreender o desenvolvimento da teoria econômica; e
- Ter fundamentos para propor transformações e construir novos conhecimentos.

Correntes do Pensamento Econômico

Estudante!
Estamos iniciando um novo Capítulo na qual você vai acompanhar a trajetória do pensamento econômico no terreno da Economia. Para tanto, estudaremos as contribuições das principais correntes do pensamento econômico, tendo como ponto de partida o Mercantilismo e, depois, os Clássicos, Marxistas, Neoclássicos e Keynesianos.

Num primeiro momento vamos relembrar, bem resumidamente, alguns fatos históricos que você já conhece no intuito de familiarizá-lo/a com a relação entre economia e história, o que auxilia na compreensão do desenvolvimento estrutural da sociedade.

Leia com atenção e realize as atividades que estão indicadas ao final do Capítulo, pois esta proposta tem um só objetivo: ajudar você no processo de construção do seu conhecimento e no desenvolvimento de habilidades que caracterizarão seu novo perfil profissional ao final deste curso.

Bem-vindo! Bem-vinda à trajetória do pensamento econômico!

Período Medieval

A Idade Média (500 a 1000 d.C) marca uma nova fase da história da humanidade. Uma outra concepção de vida surgiu com o cristianismo, e floresceu com a Queda do Império Romano. Os ensinamentos cristãos, legalizados por um decreto do ano 311, assinado pelo Imperador Constantino, passaram a ser disseminados por toda a Europa.

Foi nessa época, segundo Gastaldi (1999), que as igrejas e os mosteiros católicos tornaram-se poderosos e a instituição passou a ser o principal agente de disseminação do saber e da cultura econômica da época. Como o pensamento cristão condenava a acumulação de riqueza e a exploração do trabalho, a opção da Igreja, então, voltou-se com força para a atividade rural. Diante dessa situação o que de fato aconteceu foi que, através de seus conventos e mosteiros, ela acabou tornando-se proprietária de grandes áreas de terra.

A terra transformou-se no símbolo de riqueza por excelência. Nasceu, assim, o regime feudal, caracterizado por propriedades nas quais os senhores e os trabalhadores viviam do produto da terra ou do solo.

Neste período embora fosse o rei quem dirigisse o Estado, ele não possuía influência ou poder de decisão nos feudos, onde a autoridade máxima era a do senhor da gleba (os proprietários ou arrendatários) e onde **labutavam*** os servos (os trabalhadores).

SAIBA MAIS

***Labutar** – ato de fazer, trabalho árduo, penoso; trabalhar com esforço e perseverança; lidar. Fonte: Houaiss (2001).

Mercantilismo

Com a propagação da descoberta do Novo Mundo (inclusive do Brasil) e com o crescimento e o desenvolvimento das cidades, as fisionomias social, política e econômica, tão profundamente moldadas na Idade Média, sofreram profundas transformações. Novos conceitos surgiram no campo do comércio e da produção.

Na mesma proporção em que se enfraquecia o pensamento religioso, operava-se uma forte centralização política com a criação das nações modernas e das monarquias absolutas, germes do capitalismo.

A prática mercantilista predominou até o início do século XVII, tendo como base o comércio e o aumento das riquezas. Neste cenário ocorreu uma reação contra os excessos do absolutismo e das regulamentações.

Tivemos então a fase do **mercantilismo*** em decorrência do crescimento do capitalismo comercial, representando, com o capitalismo industrializado no início do Século XVIII, a Economia.

SAIBA MAIS

***Mercantilismo** – uma das primeiras doutrinas econômicas, vigorou até o final do Século XVIII. No fundo, trata-se de um conjunto de ideias econômicas de cunho protecionista, desenvolvidas em diversos países, as quais variavam um pouco em função dos interesses de cada Nação. Fonte: Lacombe (2004).

O mercantilismo foi um regime de nacionalismo econômico que fazia da acumulação de riquezas o principal fim do Estado. Assinalou, na história econômica da humanidade, o início da evolução dos Estados modernos e das novas concepções sobre os fatos econômicos e políticos.

A finalidade principal do Estado, no entender dos mercantilistas, era encontrar os meios necessários para que o respectivo país adquirisse a maior quantidade possível de ouro e prata. Os mercantilistas pretendiam disciplinar a indústria e o comércio, de forma a favorecer as exportações em detrimento das importações, ou seja, procuravam manter a balança comercial favorável.

O Brasil-Colônia foi influenciado pelo ideal mercantilista, e pelo regime do "exclusivo" comercial utilizado pelo Império Português. Segundo Novais (1998, p. 66-67),

> [...] o exclusivismo metropolitano do comércio colonial – constituiu-se, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, no mecanismo através do qual se processava a apropriação por parte dos mercadores das metrópoles dos lucros excedentes gerados nas economias coloniais [...].

Somente com a chegada de D. João VI ao Brasil em 1808 é que foram eliminadas as restrições mercantilistas, permitindo-se a instalação de indústrias nativas e o comércio direto com as demais nações.

Corrente Fisiocrata

"Fisiocrata" vem de "fisiocracia", que significa "poder da natureza". Os fisiocratas não acreditavam que uma nação pudesse se desenvolver mediante, apenas, o acúmulo de metais preciosos e estímulos diretos ao comércio; acreditavam ser necessário também o investimento em produção. Não na produção industrial (ou comercial), mas na produção agrícola, pois somente nessa eram possíveis a geração e a ampliação de excedentes.

Agora que você já sabe o significado do termo fisiocrata, saberia dizer qual o objetivo da investigação dos fisiocratas?

O objeto da investigação dos fisiocratas é o sistema econômico em seu conjunto, sendo este conjunto regido por uma ordem natural, à semelhança da ordem que rege a natureza física.

Na Corrente Fisiocrata tivemos um grupo de economistas franceses do Século XVIII que combateu as ideias mercantilistas e formulou, pela primeira vez, uma **Teoria do Liberalismo Econômico**. A Teoria Liberal pressupõe a emancipação da economia de qualquer dogma externo a ela mesma, no qual todos os agentes econômicos são movidos por um impulso de crescimento e desenvolvimento econômico, que poderia ser entendido como uma ambição ou ganância individual, o que, no contexto macro, traria benefícios para toda a sociedade, ou seja, podemos entender, desde já, que o pensamento fisiocrático é uma resposta direta, ou uma reação, ao mercantilismo.

SAIBA MAIS

Teoria do Liberalismo Econômico – A ideia central do liberalismo econômico é a defesa da emancipação da economia de qualquer dogma externo a ela mesma, ou seja, a eliminação de interferências provenientes de qualquer meio na economia. As teses do liberalismo econômico foram criadas para combater o mercantilismo.
Fonte: Brasil Escola (2008).

François Quesnay (1694–1774), médico da corte de Luís XV e de Madame de Pompadour, foi o fundador da corrente fisiocrata, com a publicação na França, em 1758, do livro *Tableau Economique*, em que apresenta a primeira análise sistêmica da formação de uma economia no formato macro. François Quesnay tem uma grande importância na economia e foi o mais influente representante da fisiocracia.

Você está conseguindo acompanhar nosso pensamento?
Vamos adiante, então?
Mas, em caso de dúvida não hesite em consultar seu tutor.

Os fisiocratas concedem à ordem da natureza uma economia inteiramente de mercado (capitalista), na qual cada um trabalha para os demais, ainda que acredite que trabalhe apenas para si mesmo.

Os fisiocratas acreditavam que as economias obedeciam a leis naturais. O Quadro Econômico proposto por Quesnay influenciou os estudos macroeconômicos e quantitativos na ciência econômica.

É importante destacarmos ainda a elevada menção que os fisiocratas atribuíam à ordem natural decorrente da estrutura econômica francesa por volta de meados do Século XVIII. Tratava-se de uma economia predominantemente agrícola, sendo a terra propriedade de caráter eminentemente senhorial.

O capitalismo já se desenhava na agricultura, e existia uma classe bem definida de arrendatários (pessoas que arrendavam as terras dos senhores para trabalhar). Também existiam muitos camponeses (pequenos agricultores) em boa parte do país.

O confronto entre a agricultura capitalista e a camponesa resultou na superioridade da agricultura capitalista em termos de capacidade produtiva. Naturalmente, isso levava à crença de que a agricultura baseada na produção capitalista (e não mais no fundamento do feudalismo), baseada na capacidade empresarial dos arrendatários burgueses (lembre-se disso!), constituía a mais avançada e a mais desejável das formas de produção.

O único trabalho produtivo dos fisiocratas é o agrícola. E está na terra o poder de dar origem a um produto líquido que se liga, fundamentalmente, à renda fundiária. Talvez, nesse ponto, resida a grande limitação teórica dos fisiocratas, na medida em que consideravam apenas produtivo o trabalho agrícola.

Como já observamos, para os fisiocratas, a sociedade é governada por leis naturais; e o Estado não deve intervir nesta ordem natural. Daí derivam as suas críticas ao intervencionismo estatal do mercantilismo e a sua defesa da posição liberal do Estado, com palavras de ordem que ficaram na história: *laissez-faire* e *laissez-passer* (deixai fazer e deixai passar). A seguir, vamos conhecer as principais correntes do pensamento econômico: clássica, marxista, neoclássica e keynesiana.

Corrente Clássica

A Corrente Clássica denomina uma linha de pensamento econômico com base em Adam Smith e **David Ricardo**. Com os pensadores desta corrente, a Economia adquiriu caráter científico integral à medida que passou a centralizar a abordagem teórica do valor, cuja única fonte original era identificada no trabalho em geral.

SAIBA MAIS

David Ricardo (1772-1823) – Economista inglês, considerado um dos mais importantes pensadores da Corrente Clássica. Em oposição ao mercantilismo, formulou um sistema de livre comércio e produção de bens que permitiria a cada país se especializar na fabricação dos produtos nos quais tivesse vantagem comparativa, também chamado de Sistema de Custos Comparativos. No ano de 1817 publicou sua obra mais conhecida: Princípios de Economia Política e Tributação. Fonte: Só Biografias (2008).

Para o professor e economista brasileiro Paul Singer (1985, p. VII), David Ricardo foi, ao lado de Adam Smith, o principal representante da Corrente Clássica na Economia Política.

> Quase não há problema teórico atualmente debatido pelos economistas, como o da teoria do valor, da repartição da renda, do comércio internacional, do sistema monetário, que não tenha como ponto de partida as formulações expostas, no começo do século passado, por David Ricardo.

Além da Teoria do Valor-Trabalho, a Corrente Clássica baseou- se nos preceitos filosóficos do liberalismo e do individualismo e firmou os princípios da livre concorrência, que exerceram decisiva influência no pensamento revolucionário burguês.

A Corrente Clássica centrou-se na produção, deixando a procura e o consumo para um segundo plano. Segundo Smith, o objeto da economia é estender bens e riqueza de uma nação.

E, nesse sentido, entende Smith (1981) que a riqueza somente pode ser conseguida mediante a posse do valor de troca. Valor de troca é a capacidade de obter riquezas, ou seja, é a faculdade que a posse de determinado objeto oferece de comprar com ele outras mercadorias.

Smith também refutou as ideias mercantilistas argumentando que a riqueza é constituída pelos valores de troca, e não pela moeda, na medida em que esta é apenas um meio que permite a circulação de bens. Portanto, para Smith (1981), a verdadeira fonte de riqueza de um país somente pode ser alcançada mediante o trabalho, e essa fonte somente pode ser elevada com:

- o aumento da produtividade;
- a extensão de sua especialização; e
- a acumulação do produto sob a forma de capital.

Então como se daria a distribuição da riqueza, do produto nacional, na visão da Corrente Clássica?

A distribuição do produto nacional, no pensamento clássico, continuou sendo tratada de forma tradicional. As formas de remunerar seguiam este padrão:

- trabalho – salário;
- capital – lucro; e
- terra – renda.

Devemos ainda destacar que a Teoria Clássica é elaborada considerando um equilíbrio automático, que ignora as crises e os ciclos econômicos. Desse modo, a oferta deve criar, necessariamente, sua própria procura – **Lei de Say**, e a soma dos salários e dos ganhos retidos pelos consumidores deve corresponder à quantidade global dos bens oferecidos no mercado.

Como vimos, o referencial econômico e social dessa corrente dava-se com base nos princípios do liberalismo e do individualismo.

Acreditava-se que um sistema de liberdade econômica, através de um mecanismo impessoal de mercado – **Mão Invisível** –, conseguiria harmonizar os interesses individuais.

SAIBA MAIS

Lei de Say – Estabelece que, "quando um produtor vende seu produto, o dinheiro que obtém com essa venda está sendo gasto com a mesma vontade da venda de seu produto" – sinteticamente: "a oferta cria sua própria demanda".

Mão invisível – Termo cunhado por Adam Smith para indicar o processo de mercado que coordena de forma invisível as ações e decisões individuais que asseguram a consistência dos planos de cada agente econômico de produção e de consumo em uma economia descentralizada. O sistema de mercado funciona de tal forma que poderia ser comparado a uma mão invisível que coordena todo o processo em benefício da coletividade. Fonte: Lacombe (2009).

Agora, de maneira sucinta, vamos ver como Smith concebia a função do Estado no sistema econômico? Podemos começar?

Considerando que sua obra clássica contém vários pressupostos atuais do neoliberalismo econômico, podemos afirmar que as ideias de Smith correspondiam aos anseios do poder da burguesia, e, como um liberal, ele defendia:

- a mais ampla liberdade individual;
- o direito inalienável à propriedade;
- a livre iniciativa e a livre concorrência; e
- a não intervenção do Estado na economia.

Entretanto, para Smith (1981), o Estado deveria ter três funções:

- proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades independentes;

- proteger, na medida do possível, todo membro da sociedade da injustiça e da opressão de qualquer de seus membros ou oferecer uma perfeita administração da justiça; e

- fazer e conservar certas obras públicas, e criar e manter certas instituições públicas, cuja criação e manutenção nunca despertariam o interesse de qualquer indivíduo ou de um grupo de indivíduos, porque o lucro nunca cobriria as despesas que teriam esses indivíduos, embora, quase sempre, tais despesas pudessem beneficiar e reembolsar a sociedade como um todo.

Na sua análise histórica e sociológica, Smith acreditava que, embora os indivíduos pudessem agir de forma egoísta e estritamente em proveito próprio, existia uma "mão invisível", decorrente da providência divina, que levava esses conflitos à harmonia. Assim podemos dizer que a "mão invisível" era o próprio funcionamento sistemático das leis naturais.

Entre as grandes contribuições do pensamento smithiano destaca-se o fato de ele haver indicado quase todos os problemas que viriam a ser objetos de reflexão científica subsequente. De Smith partiram todas as demais linhas de pesquisa que serão tratadas por outros economistas, como Marx e Keynes.

Adam Smith teve muitos seguidores, dos quais destacamos os seguintes: **John Stuart Mill** e **Jean Baptiste Say**. Cabe ressaltar que alguns economistas rejeitaram a lei formulada por Say; e dentre eles podemos destacar: Malthus e Karl Marx.

SAIBA MAIS

John Stuart Mill (1806-1873) – Economista inglês que trouxe ao público os ensinamentos da corrente clássica. Seu livro intitulado Princípios de Economia Política foi publicado pela primeira vez em 1848 e teve destaque como indicação de leitura até ser lançado o livro de Alfred Marshall, intitulado Princípios Econômicos, em 1890. Fonte: Brue (2006).

Jean Baptiste Say (1767-1832) – Economista francês que estudou profundamente a obra do fundador da Corrente Clássica, Adam Smith. Say, como ficou conhecido, acreditava na liberdade do mercado e criou uma lei que acabou levando o seu nome e que diz o seguinte: a oferta cria sua própria demanda, ou em outras palavras, a própria produção estimula o crescimento da produção. Fonte: Hunt (2005).

Você já deve ter ouvido falar de Malthus, devido ao enfoque da teoria formulada sobre a falta de alimentos para atender ao grande crescimento da população e que, até os dias de hoje, conquista um batalhão de seguidores pelos quatro cantos do planeta. Mas quem foi Malthus? Qual o nome dado a esses novos seguidores da teoria de Malthus?

Thomas Robert Malthus, estudioso pensador inglês do seu tempo, continua fazendo história ainda hoje com a sua famosa tese sobre o crescimento da população. Na sociedade mundial contemporânea os seus seguidores ficaram conhecidos como neomalthusianos.

SAIBA MAIS

Thomas Robert Malthus (1766-1834) – É daqueles personagens que quase todas as pessoas sabem alguma coisa. Contudo, é importante frisar que ele formou-se em Matemática, e ressaltar que a sua mais importante obra foi publicada de forma anônima. Para a Demografia o trabalho de Malthus tem um destaque especial. Fonte: Szmrecsánye (1982).

Foi com a obra *Ensaio sobre o princípio da população*, publicada anonimamente em 1798, que Malthus tornou-se conhecido mundialmente. Das suas ideias, a mais famosa dizia que, enquanto a população tinha tendência a crescer de forma geométrica, os alimentos cresciam de forma aritmética. Embora atraente, é óbvio que, nos dias de hoje, temos certa dificuldade em pensar assim, devido às transformações tecnológicas ocorridas na agricultura e ao sucesso dos métodos de controle de natalidade.

Tanto Malthus quanto Ricardo tiveram grande influência de Adam Smith. Na realidade, o inglês Ricardo adquiriu fortuna, desde muito jovem, operando na Bolsa de Valores. Divergiu dos estudos sobre população, de Malthus, por não acreditar que a demanda efetiva seria incapaz de se realizar no mercado.

De Ricardo, herdamos o importante estudo sobre a renda da terra. Segundo os seus ensinamentos, a expansão agrícola, ao se dar em terras menos férteis, levava à valorização da terra mais fértil, e nas relações econômicas internacionais, à Teoria das Vantagens Comparativas.

Ao estudar a produção, Ricardo dedicou-se a tentar entender a formação do valor a partir das horas trabalhadas e sua distribuição.

Na concepção ricardiana, o valor de troca das mercadorias estava diretamente ligado às quantidades de trabalho relativas que tinham sido utilizadas para sua produção. Era a Teoria do Valor–Trabalho, que começava a ser explicada com certos detalhes e que Adam Smith não conseguira superar. A importância da contribuição de Ricardo para o entendimento da formação do valor na Economia só veio ser percebida a partir dos estudos de Karl Marx.

Corrente Marxista

O representante maior desta corrente foi Karl Marx (1818 - 1883). Nascido em Trier, no sul da Alemanha, teve a sua principal obra, *O capital,* publicada pela primeira vez em 1867. Ao mergulhar nos estudos dos clássicos, ele avançou nas formulações e realizou uma leitura das mais completas e ampliadas do processo capitalista. Marx trouxe interpretações consistentes sobre a Teoria do Valor – Trabalho e buscou compreender de forma profunda a realização do capital.

As contribuições efetivas de Karl Marx sobre o sistema capitalista estão reunidas em muitas obras, com destaque para *O Capital*. O volume I foi publicado em vida e os outros dois alguns anos após sua morte. Depois da propagação da teoria formulada por Marx, que ficou conhecida como Marxista, o mundo não foi mais o mesmo.

Ainda nos dias de hoje, com forte presença do neoliberalismo, as teorias elaboradas por Marx são respeitadas, e as defesas das suas ideias continuam despertando interesse e sendo estudadas.

Foi no estudo do processo de acumulação capitalista que Marx observou a gênese das crises, ora de superprodução, ora de estagnação, bem como a distribuição da renda. Para ele, o valor da força de trabalho despendido para produzir uma mercadoria era determinado pelo tempo de trabalho empregado na produção da mercadoria.

Logo podemos dizer que Marx refere-se à compreensão de um valor social.

Marx publicou alguns livros em parceria com o amigo de vida, **Friedrich Engels**, sendo o primeiro, A sagrada família, de 1845. O livro Ideologia alemã, escrito por volta de 1845 a 1846, só veio a ser publicado em 1932, e é considerado um dos trabalhos mais significativos dos dois para a compreensão do **materialismo histórico**.

SAIBA MAIS

Friedrich Engels (1820-1895) – Filósofo alemão, que colaborou com Karl Marx em muitos trabalhos, fundando juntos o chamado socialismo científico ou marxismo. Francis Wheen abriu o livro de sua autoria, intitulado Karl Marx, com as seguintes palavras: "Havia apenas onze pessoas presentes no funeral de Karl Marx, em 17 de março de 1883. 'Seu nome e sua obra permanecerão por séculos afora', predisse Friedrich Engels, numa oração fúnebre no cemitério de Highgate. Parecia uma presunção improvável, mas ele tinha razão." Fonte: Wheen (2001).

Outro ponto que convém destacar é que Karl Marx elaborou uma crítica científica do capitalismo, e este é um dos motivos pelos quais sua obra continua a ter grande repercussão, sendo leitura obrigatória ainda hoje. Segundo Braga (1997), são inúmeras as evidências históricas da contemporaneidade da teoria econômica de Marx. Por exemplo, a Lei Geral da Acumulação Capitalista e a Globalização Financeira.

Corrente Neoclássica

Podemos dizer que o desenvolvimento deste pensamento foi evidenciado em 1870, ano que marcou a mundialização das relações econômicas, e estendeu-se até 1929, quando uma grande crise atingiu as economias dos países e colocou em suspense os pressupostos da Ciência Econômica dos clássicos.

Você sabia que essa corrente também ficou conhecida como Marginalista?

Isso mesmo! A Corrente Neoclássica foi uma extensão da Corrente Marginalista, por buscar a integração da Teoria do Valor do Trabalho com a

Teoria do Custo de Produção. Uma maior otimização dos recursos devido à escassez passou a ser objetivada. Destacamos como sendo da Corrente Neoclássica:

- **Vilfredo Pareto:** político, sociólogo e economista italiano, que formulou a famosa teoria do bem-estar social, influenciado pelos princípios do equilíbrio geral. Sua principal obra, *Manual de Política Econômica*, foi publicada em 1906. Pareto influenciou a análise atual onde se discute o grau de satisfação dos indivíduos, ao aperfeiçoar a teoria de Walras. De acordo com Brue, o estado ótimo de Pareto implica em: uma distribuição ideal de bens entre os consumidores; uma alocação ideal técnica de recursos; e quantidades ideais de produção (BRUE, 2006, p. 394).

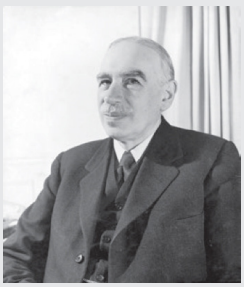
- **Léon Walras:** demonstrou em suas formulações a interdependência entre os preços, na busca pelo equilíbrio geral macroeconômico da economia. Pertenceu à Escola Matemática de Lausanne (PINHO; VASCONCELLOS, 2003, p. 36-37).

- **Alfred Marshall:** nasceu em Bermondsey, subúrbio de Londres, em 26 de julho de 1842. Filho de William Marshall e Rebeca Oliver, cresceu no bairro londrino de Clapham. Estudou em Cambridge, onde se dedicou à matemática, à física e, posteriormente, à economia. Morreu em julho de 1924, aos 81 anos. Foi um dos mais influentes economistas de seu tempo. Em seu livro, *Princípios de Economia (Principles of Economics),* procurou reunir num todo coerente as teorias da oferta e da demanda, da utilidade marginal e dos custos de produção, tornando-o o manual de economia mais adotado na Inglaterra por um longo período.

Corrente Keynesiana

O ponto de partida do pensamento de **John Maynard Keynes** é que o sistema capitalista tem um caráter profundamente instável. Ou seja, a operação da "mão invisível", ao contrário do que afirmavam os economistas clássicos, não produz a harmonia no mercado. Em momentos de crises, argumenta Keynes, a intervenção do Estado pode gerar demanda, mediante os investimentos, com vistas a garantir níveis elevados de emprego.

SAIBA MAIS



John Maynard Keynes (1883-1946) – Criador da Teoria Macroeconômica, é considerado um dos mais importantes economistas do Século XX. Em 1936 lançou o livro que o consagrou, A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Nesse trabalho Keynes faz uma série de observações que acabam salvando o capitalismo de um colapso. Fonte: UOL Educação (2008).

O pensamento de Keynes comandou as bases do capitalismo mundial entre a década de 1940 e final dos anos 70. No Brasil, o pensamento keynesiano vigorou até o final dos anos 80, principalmente no que diz respeito ao Estado interventor. Ou seja, a forte intervenção do Estado na economia brasileira, entre as décadas de 50 e 80, foi realizada com base teórica fundamentada no pensamento de Keynes.

A análise keynesiana veio opor-se aos postulados das economias Clássica e Neoclássica, que tinham na Lei de Say a sua pedra angular. Os pensadores que mais contribuíram para a concepção e divulgação dessa Lei, passada como um dos princípios inquestionáveis da Economia Política Clássica, foram os economistas Jean Say, David Ricardo e Stuart Mill.

Introdutoriamente, a Lei de Say estabeleceu que toda produção encontra uma demanda, ou seja, que toda a renda (lucros, juros, salários) é inteiramente gasta na compra de mercadorias e serviços, e, portanto, não pode haver um excesso de produção ou renda em relação à demanda ou às despesas efetivamente realizadas.

Observando a Lei de Say, muitos economistas deduziram que o seu princípio é válido para uma economia de produtores simples, de troca, de escambo, na qual cada família seria proprietária de seus meios de produção e trocaria apenas o excedente de bens que ela mesma produz, mas não consome.

Diante do exposto você sabe destacar qual a atribuição que cabe ao dinheiro?

Exatamente nesta Lei, o dinheiro é visto apenas como um meio de troca, sendo gasto imediatamente. Para Say, ninguém teria interesse em conservá-lo (atribuindo-lhe reserva de valor). Para Ricardo, o fato de ninguém querer conservá-lo se deve ao fato de o dinheiro servir apenas para aquisição de bens de consumo ou bens de produção, para a criação de bens de consumo no futuro.

Assim podemos afirmar que, dentro da filosofia de Say, os produtores ou possuidores de dinheiro não tinham interesse em mantê-lo em suas mãos mais do que o necessário e a demanda seria ilimitada.

Mas você pode estar se perguntando: o que significa isso?

Significa que sempre existirá uma demanda por um ou outro tipo de produto, ou seja, ainda que ocorra excesso de produção, isso acontece apenas para certos tipos de mercadoria e em caráter temporário. Esse argumento de que a demanda é ilimitada, é essencial para os clássicos e neoclássicos, pois assegura a inexistência de um excesso de produção em relação à demanda. Isso significa que tudo o que for produzido é, naturalmente, vendido. Todo o poder de compra da sociedade é sempre utilizado.

Mas o que é poder de compra? É demanda. É procura.

Diante do que vimos até aqui, fica entendido que toda a renda ganha é sempre gasta no processo produtivo, sinalizando a inexistência de entesouramento. Ou seja, na Lei de Say, inexiste entesouramento do dinheiro. Nenhum indivíduo, ao auferir uma renda, deixa de usá-la inteiramente. Uma parte dela é utilizada para o consumo pessoal, enquanto a outra parte é poupada. Cuidado: aqui, poupança, deve ser dito, não significa entesouramento para a Lei de Say. A poupança será sempre utilizada. Ou o indivíduo a emprega para acumular capital ou a empresta para outro, que deve imediatamente fazer uso dela. Assim podemos dizer que tudo que é ganho deve ser gasto. E se parte não é, outra pessoa o faz, recebendo o dinheiro por empréstimo.

Considerando que o volume dos meios de produção e da força de trabalho é regulado pela produção, temos que a economia tende a operar com pleno emprego de recursos (ou plena capacidade de produção).

Mas se ocorrer excesso de capacidade produtiva (seja de força de trabalho, seja de capital), o que fazer?

Nesse caso, os recursos empregados se deslocariam para outro ramo da atividade no qual existisse demanda suficiente para absorver uma produção adicional, assegurando, desta forma, uma taxa de lucro compensatória.

Os economistas adeptos da Lei de Say encaravam o desemprego como uma pequena anormalidade do sistema capitalista, que tinha a sua origem na intervenção estatal e na associação dos trabalhadores sindicais. Indicavam que também uma das causas do desemprego eram os altos salários pagos. Então, para corrigir o desemprego, os salários deveriam ser flexíveis.

Baseados na Lei de Say, os gastos públicos não exerciam qualquer efeito positivo sobre a economia e, em especial, sobre o crescimento econômico. Acreditava-se que os gastos do Estado poderiam ser um obstáculo para o crescimento econômico, visto que transferiam fundos de acumulação para utilizá-los em atividades improdutivas.

O pensamento de Keynes é a própria negação do pensamento clássico. Ele entendeu, ao contrário de Ricardo e Say, que, para a sobrevivência do capitalismo, era necessária uma ação efetiva do Estado na regulação das crises do capital. Keynes pode ser considerado como o retrato do indivíduo liberal de seu tempo. Detinha um caráter profundamente individualista, mas percebia os problemas sociais de sua época. É considerado o mais célebre economista do Século XX, pioneiro da Macroeconomia.

As obras de Keynes mostram que suas preocupações estavam sempre ligadas a questões práticas e políticas de conjuntura. Não parecia interessado em reconstruir a teoria econômica a partir da análise do valor, mas em verificar por que as teses marginalistas, nas quais fora educado, conduziam a políticas inconsistentes. Em 1930, escreveu *Tratado sobre*

a moeda, e em 1936 a sua principal obra, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Foi esta última que mais contestou a Teoria Clássica, Marginalista e Neoclássica.

A *Teoria Geral* abalou profundamente os pressupostos do liberalismo econômico, mostrando a inexistência do princípio do equilíbrio automático na economia capitalista. Até então, nos meios marginalistas, a economia de mercado encontrava naturalmente seu equilíbrio, numa situação em que todos os que desejassem trabalhar por uma remuneração correspondente à sua produtividade poderiam fazê-lo.

A questão da produção e do emprego foi demasiadamente avaliada por Keynes. Ele concluiu que o fator responsável pela alteração do volume de emprego é a procura de mão de obra, e não a sua oferta, como pensavam os neoclássicos. Logo, o desemprego é o resultado de uma demanda insuficiente de bens e serviços, e somente pode ser resolvido por meio de investimentos. O investimento, para Keynes, é o fator dinâmico na economia, capaz de assegurar o pleno emprego e influenciar a demanda.

Ao contrário da tradição das teorias Clássica e Neoclássica, Keynes enfatiza acentuadamente o papel do Estado na economia, e destaca que as mudanças no sistema produtivo não poderiam ocorrer sem a ação efetiva do poder público.

O grande eixo da análise de Keynes sobre a intervenção do Estado na economia é a superação da crise, no curto prazo, durante a própria crise, possibilitando o aumento dos investimentos através de uma política de aumento da demanda. O aumento das despesas em obras públicas, graças ao multiplicador, provocaria o aquecimento da economia, que se espalharia para os demais setores.

Contudo é através dos investimentos privados, vistos como eixo central de toda economia, que promovemos a elevação do nível de emprego, aumentamos a renda e o crescimento econômico. Nesse sentido, é do Estado a responsabilidade de ativar o investimento e de assegurar a alocação dos recursos.

Keynes estava convencido da importância da ação do Estado na economia, e toda a ação governamental deveria estar pautada na busca de reduzir os efeitos da crise de acumulação de capitais, que, de qualquer forma, promoveria a queima de certa quantidade de capital.

Há uma procura incessante por novas alternativas ao modelo keynesiano. Os pós-keynesianos se enquadram neste grupo e estão entre os que se preocupam com o princípio da demanda efetiva, o desempenho da moeda e as expectativas do comportamento das economias. É por isso que, nessa corrente, os estudos da determinação dos títulos no mercado são realizados com bastante atenção.

TEXTO COMPLEMENTAR

Para saber mais sobre os assuntos discutidos nesta Unidade leia os textos propostos a seguir:

- *Os Economistas* – um conjunto de obras dos principais trabalhos realizados sobre a evolução do pensamento econômico, reeditadas pela editora Nova Cultura. Aqui você encontrará a apresentação reeditada por autores atuais sobre cada uma das obras.

- *Portal Pensamento Econômico* – para conhecer mais de perto as ideias desenvolvidas por John Maynard Keynes que continuam influenciando a economia mundial, consulte o site <**www.pensamentoeconomico.ecn.br/economistas/john_maynard_keynes.html**>. Acesso em: 10 fev. 2015.

Resumindo

Ao finalizarmos este Capítulo podemos concluir que o neoliberalismo retornou de forma modificada, apoiado na teoria de Friedrich August Von Hayek – economista austríaco com contribuições nas áreas monetária e das relações econômicas e institucionais. O livro mais conhecido de Hayek, *O Caminho da Servidão*, teve sua primeira edição no ano de 1944. A influência do seu pensamento na economia mundial, principalmente nestes últimos anos, tem sido maior do que se esperava –, ganhou o Prêmio Nobel de economia em 1974 e propôs uma menor participação do Estado na Economia.

Diante deste cenário tivemos a onda de privatizações vividas mundialmente, o individualismo em curso e a crença desenfreada das pessoas no mercado.

Mas nos perguntamos o tempo todo: para onde estamos sendo conduzidos? Os novos estudos que, por sua vez, se encontram em processo de investigação podem, a qualquer momento, nos surpreender. Fiquemos atentos!

ATIVIDADES

Neste tópico apresentamos a trajetória do pensamento econômico. Se você realmente entendeu o conteúdo, não terá dificuldades de responder às questões a seguir. Se, eventualmente, ao responder, sentir dificuldades, volte, releia o material e procure discutir com seu tutor.

1. Faça um quadro síntese das principais correntes do pensamento econômico.

2. Fale sobre a importância da Corrente Fisiocrata para a economia.

3. Pesquise sobre o significado do pensamento keynesiano na atualidade.

4. Apresente as principais ideias da Corrente Marxista.

CAPÍTULO III

TÓPICOS DE MICROECONOMIA PARA GESTORES

Prof. Carlos Magno Mendes
Prof. Cícero Antônio de Oliveira Tredezini
Prof. Fernando Tadeu de Miranda Borges
Profa. Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Objetivos Específicos de Aprendizagem

Ao finalizar este Capítulo, você deverá ser capaz de:

- Ter noções básicas de microeconomia;
- Entender como se formam as curvas de demanda e oferta, no caso de uma economia de concorrência perfeita, e como se forma o preço de equilíbrio; e
- Identificar a formação do monopólio e do oligopólio numa economia de concorrência imperfeita.

O Objetivo da Análise Microeconômica

Estudante!
Neste Capítulo você vai conhecer os aspectos fundamentais da Microeconomia. Primeiramente, iremos mostrar como os preços se formam. É importante perceber que essa formação de preço está condicionada à organização econômica presente na economia. Cada Estrutura de Mercado tem efeitos sobre a empresa e sobre a sociedade; por isso, como forma de garantir o bem-estar social, o Governo atua como regulador.

É importante que, depois de ler este Capítulo, você entenda como o Gestor Público atua na resolução destes conflitos, e, sobretudo, nas definições de políticas públicas que garantam o bem-estar da sociedade.

Você já sabe quais são os problemas econômicos fundamentais da economia. Agora precisamos resolvê-los.

Mas como as sociedades resolvem os seus problemas econômicos fundamentais: o que e quanto, como e para quem produzir?

A resposta depende da forma de organização econômica. Cada relação entre esses agentes caracteriza um mercado em particular. No campo da **Microeconomia***, podemos analisar os mercados de petróleo, de soja, de mão de obra para o setor financeiro etc., enquanto, no campo da **Macroeconomia***, podemos destacar o funcionamento do mercado de bens e serviços, do mercado de trabalho como um todo, e dos mercados financeiro e cambial.

SAIBA MAIS

***Microeconomia** – preocupa-se com a eficiência na alocação dos fatores de produção, as quantidades de bens e serviços ofertadas e demandadas, os preços absolutos e relativos dos bens e serviços, e a otimização dos recursos orçamentários de cada um dos agentes econômicos. Fonte: Lacombe (2004).

***Macroeconomia** – estudo do comportamento da economia como um todo, isto é, dos fenômenos econômicos abrangentes, como o nível de preços, a inflação, o desemprego, a política monetária de um país etc. Fonte: Lacombe (2004).

Note que, no mundo de hoje, entender de economia e compreender como funcionam os mercados, em suas reais dimensões, problemas e implicações em termos de bem-estar social, econômico e político, nos auxilia bastante nas tomadas de decisões. O mercado possibilita enxergar outras variáveis (outras relações) que não se encontram apenas no campo da economia.

Existem duas formas principais de organização econômica:

- **Economia de mercado** (ou descentralizada, tipo capitalista).
- **Economia planificada** (ou centralizada, tipo socialista).

Os países organizam-se dessas duas formas ou possuem algum sistema intermediário entre elas.

Outra questão importante, que surge na esfera do estudo econômico, diz respeito às distinções entre as preocupações macro e microeconômicas. Contudo, vale salientar que, embora, aparentemente díspares, ambas tratam do mesmo objeto: o sistema econômico.

Como já vimos, a Microeconomia trata do comportamento das unidades econômicas, enquanto a Macroeconomia aborda o conjunto da economia. Para tanto, sempre são feitas abstrações.

Funcionamento de uma Economia de Mercado

As economias de mercado podem ser analisadas por dois sistemas:

- **Sistema de concorrência pura** (sem interferência do governo).
- **Sistema de economia mista** (com interferência governamental).

Num sistema de concorrência pura ou perfeitamente competitivo, predomina o *laissez-faire*. Neste tipo de organização milhares de produtores e milhões de consumidores têm condições de resolver os problemas econômicos fundamentais (o que e quanto, como e para quem produzir), como que guiados por uma "mão invisível". Isso sem a necessidade de intervenção do Estado na atividade econômica.

No contexto discutido, podemos dizer que o *laissez-faire* é a base da filosofia do liberalismo econômico, que advoga a soberania do mercado sem a intervenção do Estado. Nesse modelo, o Estado deve responsabilizar-se mais com questões como justiça, paz, segurança, relações diplomáticas e deixar o mercado resolver as questões econômicas fundamentais.

Contudo, diante deste sistema econômico, temos algumas críticas. As mais frequentes são:

- grande simplificação da realidade; e

- preços nem sempre livres, ao sabor do mercado, em virtude de fatores como:
  - força dos sindicatos;
  - poder dos monopólios e oligopólios; e
  - intervenções do governo via: impostos, subsídios, tarifas e preços públicos (água, energia etc.); política salarial; congelamentos e tabelamentos de preços; e política cambial.

O mercado sozinho não promove a perfeita alocação de recursos. Em países mais pobres, que querem se desenvolver, o Estado precisa prover a infraestrutura básica, como estradas, telefonia, siderurgia, portos, usinas hidroelétricas, o que exige altos investimentos, com retornos apenas em longo prazo, afastando o setor privado.

Pelo menos durante cem anos, do final do Século XVIII, com a **Revolução Industrial**, ao final do Século XIX, predominou um sistema de mercado muito próximo do sistema de concorrência pura. No Século XX, quando se tornou mais presente a força dos sindicatos e dos monopólios e oligopólios, associada a outros fatores, como aumento da especulação financeira e desenvolvimento do comércio internacional, a economia tornou-se mais complexa.

SAIBA MAIS

A Revolução Industrial aconteceu na Inglaterra, na segunda metade do Século XVIII, e encerrou a transição entre feudalismo e capitalismo.

Diante dessa realidade podemos afirmar que a atuação do governo justifica-se com o objetivo de eliminar as chamadas distorções alocativas (isto é, na alocação de recursos) e distributivas, e promover a melhoria do padrão de vida da coletividade. Isso pode se dar das seguintes formas:

- o mercado sozinho não promove uma perfeita distribuição de renda, pois as empresas estão preocupadas em maximizar seu lucro, e não com questões distributivas;

- o governo atua sobre a formação de preços, via impostos, subsídios, tabelamentos e fixação de salário mínimo;

- atua também no fornecimento de serviços públicos; e

- como complemento da iniciativa privada etc.

Temos ainda o sistema de economia centralizada, onde a forma de resolver os problemas econômicos fundamentais é decidida por uma Agência ou Órgão Central de Planejamento, e não pelo mercado.

Os preços são determinados pelo governo, que, normalmente, subsidia fortemente os bens essenciais e taxa os bens considerados supérfluos. Com relação ao lucro, uma parte vai para o governo, outra parte é usada para investimentos nas empresas, dentro das metas estabelecidas pelo próprio governo, e a terceira parte é dividida entre os administradores e os trabalhadores como prêmio pela eficiência. Se o governo considera que determinada indústria é vital para o país, esse setor será subsidiado, mesmo que apresente ineficiência na produção ou prejuízos.

Mercado

Todos os dias, você ouve ou lê algo que trata do mercado. Basta abrir os jornais, assistir à televisão ou visitar as ruas de sua cidade.

Portanto, não é nada tão distante do seu dia a dia; pelo contrário, é algo que faz parte do seu cotidiano, de sua vida. Pindyck e Rubinfeld (2006) dividem as unidades econômicas em dois grandes grupos, de acordo com sua função: compradores e vendedores.

Mas qual relação destes termos com o termo mercado?

A relação é direta, uma vez que o mercado consiste num grupo de compradores (lado da procura) e num de vendedores (lado da oferta) de bens, serviços ou recursos, que estabelecem contato e realizam transações entre si. Ou seja, a interação de compradores e vendedores dá origem aos mercados.

O lado dos compradores é constituído tanto de consumidores, que são compradores de bens e serviços, quanto de empresas, que são compradoras de recursos (trabalho, terra, capital e capacidade empresarial) utilizados na produção de bens e serviços; enquanto o lado dos vendedores é constituído pelas empresas, que vendem bens e serviços aos consumidores, e pelos proprietários de recursos (trabalho, terra, capital e capacidade empresarial), que os vendem (ou arrendam) para as empresas em troca de remuneração (salários, aluguéis e lucros).

Nas economias modernas, a maioria das decisões sobre o que e quanto produzir, como produzir e para quem produzir são tomadas nos mercados. Logo, para determinarmos os compradores e vendedores que estão participando do mercado, devemos incorporar a ideia do que seja a extensão do mercado.

Por extensão de mercado, devemos entender os seus limites, tanto geográficos quanto em termos da variedade de produtos que nele são oferecidos. Porém, percebemos que, em algumas situações, o mercado falha nessa tomada de decisões. Quando isso ocorre, é preciso que o Estado intervenha no sentido de ajustar o processo. Assim, podemos afirmar que o mercado é, ao mesmo tempo, o meio mais simples e o mais complexo de **alocação de recursos**.

Mas você pode estar se perguntando: Que história é essa de meio mais simples e mais complexo de alocação de recursos? O que significa isso?

Isso significa que, mesmo em situações de livre mercado, há ocasiões em que este não é capaz de fazer de maneira **eficiente*** o processo de alocação e distribuição dos recursos. Diante desta constatação, de que os mercados não funcionam a contento, contamos com a regulação a fim de proporcionar a eficiência econômica.

SAIBA MAIS

Quando alocamos recursos estamos determinando um fim específico a eles.

***Eficiência** – pode ser entendida como a capacidade de otimizar o uso de recursos para alcançar as metas definidas; é medida pela relação entre recursos aplicados e o produto final obtido. Fonte: Lacombe (2004).

Mas afinal, qual a definição de Mercado e como encontrar essa eficiência econômica?

Muitas pessoas pensam que os significados dos termos oferta e demanda são sinônimos na Ciência Econômica; e quando debatem temas como saúde, transportes, pobreza, moradia etc., costumam afirmar que tudo isso se refere apenas à questão de oferta e demanda. Outras, menos informadas, costumam ainda usar e abusar dessa afirmação, tornando a oferta e a demanda uma espécie de lei inviolável sobre a qual nada pode ser feito e a partir da qual tudo pode ser explicado.

Tanto a oferta quanto a demanda fazem parte de um modelo econômico criado para explicar como os preços são determinados em um sistema de mercado. Observe que os preços determinam quais famílias ou regiões serão beneficiadas com determinados produtos e serviços, e quais empresas receberão determinados recursos.

Em se tratando de Microeconomia, os economistas recorrem ao conceito de demanda para descrever a quantidade de um bem ou serviço que uma família ou empresa decide comprar a um dado preço. Então, a quantidade demandada de um bem ou serviço refere- se à quantidade desse bem ou serviço que os compradores desejam e podem comprar. Observe, também, que várias questões podem afetar os consumidores na hora da compra, tais como renda, gosto, preço etc.

A Teoria da Demanda deriva de algumas hipóteses sobre a escolha do consumidor entre diversos bens e serviços que um determinado orçamento doméstico permite adquirir. Devido à certa limitação orçamentária, o consumidor procura distribuir a renda disponível entre os diversos bens e serviços, de maneira a alcançar a melhor combinação possível que possa lhe trazer o maior nível de satisfação. A demanda não representa a compra efetiva, mas a intenção de comprar por determinado preço.

Ao analisarmos como funcionam os mercados, percebemos que o preço de um bem ou serviço exerce papel central. Na prática, a quantidade demandada de um bem ou serviço diminui quando o preço aumenta, e aumenta quando o preço diminui. Logo, essa quantidade é negativamente relacionada ao preço, como pode ser observado na Figura 4:

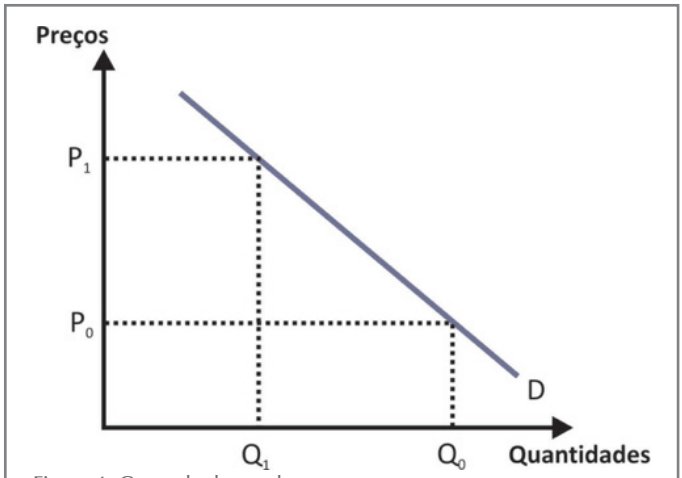


Figura 4: Curva de demanda
Fonte: Elaborada pelos autores deste livro

Veja a seguir as variáveis que podem deslocar esta curva da demanda:

- riqueza (e sua distribuição);
- renda (e sua distribuição);
- fatores climáticos e sazonais;
- propaganda;
- hábitos;
- gostos e preferências dos consumidores;
- expectativas sobre o futuro; e
- facilidades de crédito (disponibilidade, taxa de juros e prazos).

Agora que você já sabe que a curva da demanda pode sofrer alteração, observe a Figura 5 para verificar como funciona este deslocamento.

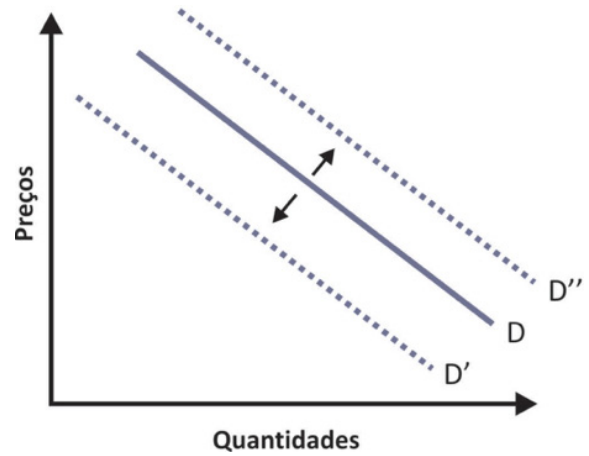


Figura 5: Variações da curva da demanda
Fonte: Elaborada pelos autores deste livro

A Teoria da Oferta muda o foco da análise, pois o vendedor vai ao mercado com a meta de obter o maior lucro possível. Neste cenário o vendedor (uma empresa) pode se deparar com uma restrição importante: a produção de bens e serviços requer a utilização de recursos produtivos, e essa quantidade depende do padrão tecnológico por ela utilizado.

Observe que a tecnologia de produção nos diz o que a empresa pode fazer. Portanto, o padrão tecnológico acaba se tornando um fator restritivo para a empresa poder produzir, além dos preços dos outros **fatores de produção*** e do próprio preço praticado no mercado.

SAIBA MAIS

***Fatores de produção** – todos os insumos usados para produzir bens e serviços: recursos naturais, informações, energia, capital, trabalho, capacidade empresarial etc. Fonte: Lacombe (2004).

Assim, podemos definir oferta como sendo a quantidade de um bem ou serviço que os produtores (vendedores) desejam produzir (vender) por unidade de tempo. Observamos que a oferta é um desejo, uma aspiração. Logo, a quantidade ofertada de um bem ou serviço refere-se à quantidade que os vendedores querem e podem vender.

Dessa maneira, existe uma associação de comportamento dos preços com o nível de quantidade ofertada, ou seja, essa quantidade aumenta à medida que o preço aumenta e reduz quando o preço se reduz. Logo, a quantidade ofertada está positivamente relacionada com o preço do bem ou serviço, como podemos verificar na Figura 6:

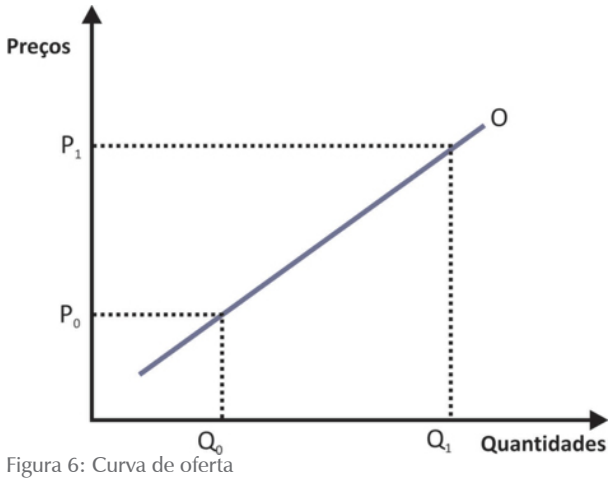


Figura 6: Curva de oferta
Fonte: Elaborada pelos autores deste livro

Conheça agora as variáveis que podem deslocar a curva da oferta como um todo:

- disponibilidade de insumo;
- tecnologia;
- expectativa; e
- número de vendedores.

Veja na Figura 7 este deslocamento a que estamos nos referindo.

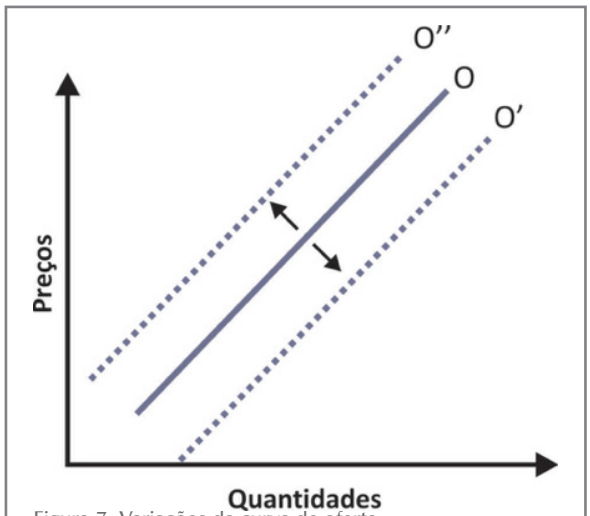


Figura 7: Variações da curva de oferta
Fonte: Elaborada pelos autores deste livro

Agora que você já conhece as mais diferentes condutas dos consumidores (demanda) e dos produtores (oferta) em separado, vamos combiná-las para, numa interpretação conjunta, identificarmos como se determinam a quantidade e o preço de equilíbrio de um bem ou serviço vendido no mercado?

Esta intersecção das curvas de oferta e de demanda identifica o ponto em que tanto os consumidores quanto os produtores se encontram satisfeitos e dispostos a agir. É nesse ponto que temos o equilíbrio de mercado. Veja na Figura 8.

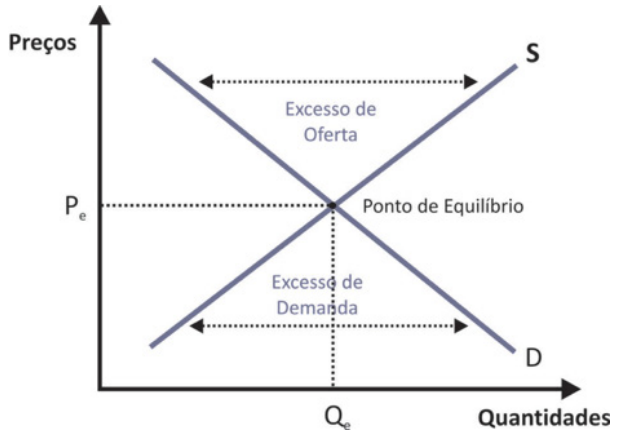


Figura 8: Equilíbrio entre oferta e demanda
Fonte: Elaborada pelos autores deste livro

Podemos perceber na Figura 8 que em qualquer situação fora do ponto de equilíbrio temos um desequilíbrio. Caso a oferta seja superior à demanda, há excesso de oferta; e caso a demanda seja maior que a oferta, há excesso de demanda. Note que o processo de ajuste ocorre sempre via preços, ou seja, a quantidade ofertada ou demandada é a variável dependente, e os preços, a variável independente.

No contexto discutido, temos uma afirmação chave: preço e quantidade de equilíbrio dependem da posição das curvas de oferta e demanda. Quando, por algum motivo, uma dessas curvas se desloca, o equilíbrio do mercado muda. Na Teoria Econômica, essa análise é conhecida como estática comparativa, porque envolve a comparação de duas situações estáveis – um equilíbrio inicial e um novo equilíbrio.

Para uma melhor compreensão dessa sistemática sobre a conduta dos consumidores e produtores, vamos ver agora o conceito de elasticidade. Você sabia que esse conceito é fundamental para analisarmos o mundo em que vivemos?

Pois bem, a **elasticidade*** é uma medida da resposta dos compradores e vendedores às mudanças no preço e na renda.

SAIBA MAIS

***Elasticidade** – alteração porcentual em uma variável em relação à variação porcentual em outra. Fonte: Lacombe (2004).

Aprendemos que o preço do bem se ajusta para conduzir as quantidades ofertadas e demandadas ao equilíbrio. Então, dessa forma, precisamos ficar atentos para perceber não só a mudança dos preços, mas o quanto ela pode oscilar.

A elasticidade–preço da demanda mede o quanto a demanda reage a uma mudança no preço. A demanda por um bem é considerada elástica

se a quantidade demandada responder muito a uma dada variação no preço; dizemos então que a demanda é muito sensível à essa variação. Caso essa resposta seja pequena, a demanda por esse bem é considerada inelástica, ou seja, insensível à mudança de preço.

Você pode estar se perguntando: Como vou saber se a demanda é sensível ou insensível à mudança de preço?

É simples! Basta dividir a variação percentual da quantidade demandada pela variação percentual do preço. No resultado encontrado, o coeficiente de elasticidade é um número puro, independente de qualquer identificação com a unidade na qual as variáveis foram expressas. O coeficiente da elasticidade–preço da demanda é sempre negativo, uma vez que o preço e a quantidade demandada são inversamente relacionados. Algebricamente a elasticidade pode ser representada como:

$$\varepsilon = \frac{\Delta\%Q}{\Delta\%P}$$

$\Delta\%Q$ = variação das quantidades demandadas

$\Delta\%P$ = variação dos preços

Conheça agora alguns exemplos de demandas elásticas ou inelásticas.

- bens com alta elasticidade da demanda (elástica): incluem refeições em restaurantes, veículos automotores, viagem aérea, carne bovina, refrigerante, turismo, manteiga etc.; e

- bens com baixa elasticidade da demanda (inelástica): aqui temos a insulina, sal, gasolina, petróleo, ovos, leite etc.

Outro ponto a ser destacado é que o aumento na renda do consumidor, normalmente, aumenta a demanda por um bem. Logo, mantendo o preço constante, podemos avaliar a variação na quantidade demandada para uma dada variação na renda. A sensibilidade da quantidade demandada a uma variação na renda do consumidor é chamada de elasticidade-renda da demanda. Se esta for maior do que zero, o **bem é normal***, e se for menor do que zero, o **bem é inferior***.

SAIBA MAIS

***Bem normal** – aquele cuja quantidade demandada varia proporcionalmente à variação na renda do consumidor. Fonte: Lacombe (2004).

***Bem inferior** – aquele cuja quantidade demandada varia inversamente ao nível de renda do consumidor. Fonte: Lacombe (2004).

A elasticidade-renda varia muito de bem para bem e esta variação pode ser expressa algebricamente como sendo:

$$\varepsilon = \frac{\Delta\%Q}{\Delta\%R}$$

$\Delta\%R$ = variação na renda do consumidor

$\Delta\%Q$ = variação na quantidade demandada

Vejamos aqui alguns exemplos de elasticidade-renda maior que zero (bem normal) e menor que zero (bem inferior):

- os bens normais têm elasticidade-renda da demanda positiva. Por exemplo, frutas frescas, computadores, viagens aéreas, lazer, carne de soja etc.; e

- os bens inferiores têm elasticidade-renda negativa. Por exemplo, passagem de ônibus, moradia, carne de segunda, pão, batatas etc.

De modo semelhante à elasticidade-preço-demanda e à elasticidade–renda, temos a elasticidade cruzada da demanda, que é uma medida utilizada para analisar a relação entre os diversos produtos. Entre dois produtos, a elasticidade cruzada da demanda mede a variação percentual na quantidade demandada do bem 1 em resposta a uma dada variação percentual no preço do bem 2.

O coeficiente de elasticidade cruzada pode ser positivo ou negativo. Quando positivo, dizemos que os produtos são substitutos um do outro; quando negativo, dizemos que os produtos são complementares.

Conheça alguns exemplos de bens substitutos e complementares de acordo com o Quadro 1.

Bens substitutos	O aumento de um produto não interfere na satisfação do consumidor, que imediatamente tem a possibilidade de substituí-lo por um outro. Exemplo: manteiga e margarina, carne de frango e carne de vaca, cerveja e vinho.
Bens complementares	O aumento no preço de um deles ocasiona uma redução na quantidade demandada do outro. Exemplo: gasolina e óleo para motor, camisa social e gravata, sapato e meia, pão e margarina, computador e *software*.

Quadro 1: Exemplos de bens substitutos e bens complementares
Fonte: Elaborado pelos autores deste livro

Veja bem: esta abordagem da elasticidade também poder ser utilizada no lado da oferta. A elasticidade-preço da oferta mede o quanto a quantidade ofertada responde à mudança de preço.

A oferta de um bem é chamada de elástica se a quantidade ofertada responde sensivelmente a mudanças no preço; e quando essa resposta na quantidade ofertada é pequena, dizemos que a oferta é inelástica. Diante disso, podemos afirmar que a elasticidade–preço da oferta depende da flexibilidade que os vendedores (produtores) têm para mudar a quantidade do bem que produzem.

Ao contrário da elasticidade da demanda, a elasticidade-preço da oferta é positiva. Isso ocorre, porque as variações de preço e quantidade se dão no mesmo sentido.

Você se lembra do professor de Matemática falando de funções crescentes?

Podemos calcular a elasticidade da oferta dividindo a variação percentual na quantidade ofertada pela variação percentual no preço. Logo, a relação entre o preço de um produto e o volume de vendas é muito importante para as empresas. Isto ocorre porque toda a relação descrita serve de base para a formação da política de preços, estratégia de vendas, atendimento dos objetivos de lucro e participação no mercado. Assim, entender como se comporta a elasticidade torna-se muito importante para o administrador público contemporâneo.

Estrutura de Mercado

Na estrutura de mercado clássica, podemos distinguir dois casos extremos:

- **Monopólio:** quando uma empresa é a única provedora do produto.
- **Concorrência perfeita:** quando a dimensão de cada empresa é insignificante em relação às demais empresas.

As condições básicas para a existência de concorrência pura são:

- **A homogeneidade do produto:** implica que todos os vendedores de um dado produto vendam unidades homogêneas deste, e os compradores também considerem o produto homogêneo.
- **A insignificância de cada comprador ou vendedor diante do mercado:** cada comprador e/ou vendedor precisa ser pequeno o suficiente para não ser capaz de influenciar, sozinho, o preço de mercado.
- **A ausência de restrições artificiais:** é preciso que os preços sejam livres para oscilar de acordo com as exigências de mercado.

- **A mobilidade:** é necessário que haja mobilidade de bens, serviços e recursos. Novas firmas podem entrar sem dificuldade nesse mercado, assim como não deve existir impedimento à saída.

- **O pleno conhecimento (atributo da palavra "perfeita"):** a concorrência perfeita incorpora o pleno conhecimento do sistema econômico e de todas as suas inter-relações por parte dos agentes partícipes desse mercado.

O **monopólio*** é uma situação de mercado em que apenas uma firma vende um produto que não tem substitutos próximos. Ou ainda: monopólio é uma situação de mercado em que existe um só produtor de um bem (ou serviço) que não tem substitutos próximos. Devido a isso, o monopolista exerce grande influência na determinação do preço a ser cobrado pelo seu produto.

SAIBA MAIS

***Monopólio -** forma de organização do mercado em que uma empresa domina com exclusividade em determinada região a oferta de determinado produto ou serviço que não tem substituto próximo. Fonte: Lacombe (2004).

Segundo Vasconcellos (2004), o mercado monopolista se caracteriza por apresentar condições diametralmente opostas às da concorrência perfeita. Nele existem, de um lado, um único empresário (empresa) dominando inteiramente a oferta e, de outro, todos os consumidores. Não há, portanto, concorrência nem produto substituto ou concorrente. Nesse caso, os consumidores se submetem às condições impostas pelo vendedor ou simplesmente deixam de consumir o produto.

Mas como saber se o mercado é monopolista?

Existem algumas definições básicas do modelo monopolista. Veja algumas delas:

- determinado produto é oferecido por uma única empresa;
- não há substitutos próximos para esse produto; e
- existem obstáculos (barreiras) à entrada de novas firmas na indústria (nesse caso, a indústria é composta por uma única empresa).

As dificuldades para as empresas se estabelecerem no mercado, aqui entendidas como barreiras de acesso, podem ocorrer de várias formas. No caso de monopólio puro ou natural, devido à elevada escala de produção requerida, exige-se um grande montante de investimento. Podemos enquadrar nesta situação, por exemplo, refinarias de petróleo, siderúrgicas etc.

Uma outra forma de empecilho à instalação de novas empresas no mercado imperfeito se dá através das patentes, direito único para produzir

um bem. Os laboratórios farmacêuticos, encarregados da fabricação de medicamentos, valem-se deste instrumento de patentes ou controle de matérias-primas chaves.

Finalmente, há o monopólio estatal ou institucional, protegido pela legislação, que normalmente ocorria, no caso do Brasil, em setores estratégicos ou de infraestrutura, como as centrais de energia elétrica, telecomunicações etc.

Outra estrutura bastante conhecida, nos dias de hoje, no campo da competição imperfeita é o **oligopólio***. Esse tipo de estrutura normalmente é caracterizada por um pequeno número de empresas que dominam a oferta de mercado, como a indústria automobilística, ou, então, por um grande número de empresas, mas poucas dominando o mercado, como a indústria de bebidas.

SAIBA MAIS

***Oligopólio** – forma de organização do mercado em que poucas empresas dominam com exclusividade a oferta de determinado produto ou serviço que não tem substituto próximo. Fonte: Lacombe (2004).

O setor produtivo brasileiro é altamente oligopolizado, sendo possível encontrar inúmeros exemplos: montadoras de veículos, setor de cosméticos, indústria de papel, indústria de bebidas, indústria química, indústria farmacêutica etc. O oligopólio pode ser:

- **puro:** quando os concorrentes oferecem exatamente os mesmos produtos homogêneos, iguais, substitutos entre si. Temos como exemplo, o cimento, da indústria de cimento; o alumínio, da indústria de alumínio; ou

- **diferenciado:** quando o produto não é homogêneo. É o caso das indústrias automobilística ou de cigarro, cujos produtos, embora semelhantes entre si, não são idênticos. Por exemplo, o automóvel Volkswagen Gol é diferente do automóvel Fiat Uno etc.

O oligopólio apresenta como principal característica o fato de as firmas serem interdependentes, já que são em pequeno número no respectivo setor industrial; e significa que elas levam em consideração as decisões quanto a preço e produção de outras firmas, reagindo a qualquer alteração.

No oligopólio, tanto as quantidades ofertadas quanto os preços são fixados entre as empresas por meio de conluios ou cartéis. O cartel é uma organização (formal ou informal) de produtores dentro de um setor que determina a política de preços ou produtos para todas as empresas que a ele pertencem. Por exemplo: o Cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) estabelece o preço do petróleo no mercado mundial.

Será que existe formação de cartel entre os distribuidores de álcool no Brasil? E entre os distribuidores de gasolina? Qual o impacto dessa combinação sobre o bem-estar da sociedade? Pense nisso!

Além dos cartéis, existe um outro modelo de oligopólio, chamado de liderança de preço, que é a forma de conluio imperfeito no qual as empresas de um setor oligopolístico decidem, sem acordo formal, estabelecer o mesmo preço, aceitando a liderança de preço de uma delas.

Esse modelo pressupõe que a liderança decorre do fato de que uma das firmas rivais possui estrutura de custos mais baixos que as demais. Por essa razão, impõe-se como líder do grupo.

Inicialmente, os preços podem ser diferenciados. Entretanto podemos observar que o mercado opta por produtos que estejam sendo oferecidos a preços mais baixos. Diante desse fato, restam às empresas que oferecerem o produto a preços mais elevados duas possibilidades: ou mantêm o preço e, em consequência, são banidas do mercado, ou, então, aceitam adotar o preço praticado pelas concorrentes, que é mais baixo, e continuam no mercado, sem maximizar seus lucros.

Assim é que a firma líder de preço permanece no mercado, através de um acordo tácito (isto é, um acordo não formal), responsável pela determinação do nível de venda do produto, enquanto as firmas menos favorecidas, em termos de preços, tornam-se seguidoras dos preços fixados pela firma líder.

Temos ainda outra estrutura de mercado imperfeito, denominada de concorrência monopólica ou concorrência **monopolista**, que tem como característica marcante empresas produzindo produtos diferenciados, embora sendo substitutos próximos. Na concorrência monopolística, a empresa tem determinado poder sobre a fixação de preços. A diferenciação do produto pode ocorrer por características físicas, de embalagem ou pelo esquema de promoção de vendas. Como exemplo, temos os laboratórios farmacêuticos, as indústrias alimentícias, automobilísticas etc.

SAIBA MAIS

Esta estrutura de mercado, mais presente do que você imagina, está em vários setores da economia.

A concorrência monopolista é uma estrutura de mercado que contém elementos da concorrência perfeita e do monopólio, ficando em uma situação intermediária entre essas duas formas de organização de mercado. Contudo não se confunde em nada com o oligopólio.

Agora que já conversamos um pouco sobre monopólio vamos conhecer as principais características da concorrência monopolista. São elas:

- margem de manobra para fixação dos preços não muito ampla, uma vez que existem produtos substitutos no mercado; e

- número relativamente grande de empresas com certo poder concorrencial, porém com segmentos e produtos diferenciados, seja por características físicas, seja por embalagens ou prestação de serviços complementares (pós-venda).

Observe que diante dessas características acabamos dando um pequeno poder monopolista sobre o preço do produto, embora o mercado seja competitivo – daí o nome de concorrência monopolista.

A formação de preços nestes mercados de concorrência perfeita, monopólio, oligopólio e concorrência monopolística é definida de maneiras distintas. Cada um destes modelos tem impactos diretos no bem-estar social. Essa perda pode ser sob a forma de preços mais altos, em relação ao de equilíbrio, ou quantidades menores a serem disponibilizadas no mercado.

Pense na indústria farmacêutica!
São poucas empresas que atuam neste mercado e seus produtos são de grande relevância à sociedade (bens inelásticos).
Então, responda: O que você espera que aconteça com o preço?

Para responder a essa indagação é preciso que você saiba que quando o produto é necessário à sociedade, o Governo, através de suas agências reguladoras, não permite aumentos abusivos no preço.

Defende-se a ideia de um estado regulador, capaz de intervir, para garantir a concorrência no mercado e possibilitar melhorias no bem-estar da sociedade. Portanto, a regulação deve reproduzir as condições de competição, de modo a garantir que os consumidores tenham acesso a produtos e serviços com qualidade e nível de preços semelhantes ao que seria conseguido num ambiente competitivo.

Você já ouviu falar das agências reguladoras no Brasil?

Essas agências de regulação surgem devido à existência de falhas do mercado. Assim, ao ouvirmos falar em regulação, podemos imaginar formas de contornar essas falhas com as ferramentas do capitalismo, enquanto a desregulamentação significa deixar o mercado solto das amarras da regulação, uma vez que, nestes casos, o mercado é mais eficiente, e o preço é definido pela oferta e demanda. Como exemplo de agências reguladoras no Brasil podem ser destacadas a “Agência Nacional de Energia Elétrica” e a “Agência Nacional de Telecomunicações”, entre outras.

TEXTO COMPLEMENTAR

Amplie seu conhecimento através das indicações a seguir:

- *Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* – onde você tem informações sobre como é calculado o PIB no Brasil e sua evolução durante os últimos anos. Para verificar consulte o site: <**http://www. ibge.gov.br/home**/>. Acesso em: 11 fev. 2015.

- *Portal Ipeadata* – é uma base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil que oferece também catálogo de séries e fontes, dicionário de conceitos econômicos, histórico das alterações da moeda nacional e dicas sobre métodos e fontes utilizadas. Para conhecer acesse: <**http://www.ipeadata.gov.br**>. Acesso em: 11 fev. 2015.

- *Portal Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)* – aqui é possível conhecer mais sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sua evolução nos principais países. Para tanto acesse: <**http://www.pnud.org.br**/>. Acesso em: 11 fev. 2015.

Resumindo

Esperamos que você, neste Capítulo, tenha entendido pelo lado da Microeconomia como se formam as curvas de demanda e oferta, no caso de uma economia em regime de concorrência perfeita, bem como se dá a formação do preço de equilíbrio, com destaques para os excessos de procura e oferta, e os conceitos de bens elásticos e inelásticos; e no caso de uma economia em regime de concorrência imperfeita, como se formam o monopólio e o oligopólio.

ATIVIDADES

Chegamos ao final do Capítulo 3, onde mensuramos a atividade econômica. Esses conhecimentos são importantes para o bom entendimento das estruturas de mercado e seus impactos sobre o bem-estar social. Caso tenha ficado alguma dúvida sobre algo que lhe foi apresentado, volte, releia e, se necessário, entre em contato com seu tutor para esclarecer

1. Escreva um texto sobre o significado de monopólio, apresente mais exemplos dessa estrutura de mercado e discuta as implicações para o desenvolvimento de uma região, com destaque para a sua.

2. Explique o significado de oligopólio e de concorrência monopolística.

3. Discuta as características do mercado do principal produto comercializado em sua região.

4. Quais são a elasticidade-preço e a elasticidade-renda desse produto? Ele é elástico ou inelástico? Explique a sua resposta.

5. Descreva os impactos da formação de cartel sobre o bem-estar social.

CAPÍTULO IV

TÓPICOS DE MACROECONOMIA PARA GESTORES

Prof. Carlos Magno Mendes
Prof. Cícero Antônio de Oliveira Tredezini
Prof. Fernando Tadeu de Miranda Borges
Profa. Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Objetivos Específicos de Aprendizagem

Ao finalizar este Capítulo, você deverá ser capaz de:

- Transitar seguro pela macroeconomia na condição de gestor;
- Discutir sobre os principais indicadores de desempenho da economia; e
- Compreender os objetivos de política econômica e seus principais instrumentos.

O Objetivo da Análise Macroeconômica

Estudante!
Neste Capítulo você vai conhecer os aspectos fundamentais da Macroeconomia. É importante que você, como gestor, compreenda o funcionamento da economia em nível macroeconômico e saiba analisar os indicadores econômicos de desenvolvimento. É também importante que você, depois de ler o conteúdo deste Capítulo, compreenda o papel dinâmico e transdisciplinar de um gestor na construção e definição das políticas públicas dos países.

Os economistas entendem macroeconomia como sendo a área de estudo da estrutura e do desempenho das economias e das políticas que os governos utilizam para tentar influir nesse desempenho, ou seja, interferir nos seus principais indicadores: produto, emprego e preço.

No início do século XXI, a abordagem dos economistas tem-se dirigido à Nova Economia, à tecnologia da informação, ao ajuste externo e interno, à globalização dos mercados etc. Assistimos às evidências do impacto dessas mudanças no nosso dia a dia, às vezes, sem nos preocuparmos muito com as consequências. Por isso, separamos algumas indagações:

- Quais são exatamente os efeitos dessas mudanças?

- Como elas podem afetar os padrões de vida e a taxa de crescimento da economia?

- Como estas mudanças na economia atingem o emprego e o desemprego, os preços e o equilíbrio do balanço de pagamentos?

- Por que razão as rendas são atualmente mais elevadas do que em 1970 e por que, em 1970, eram mais altas do que tinham sido em 1930?

- Quais as causas da recessão e da depressão, e como as políticas públicas podem evitá-las?

Todas as questões levantadas anteriormente estão no campo da Macroeconomia. Agora não estamos mais preocupados em compreender ou discutir as unidades de forma isolada, mas, sim, analisar algo sobre a economia como um todo: o sistema econômico completo (agregado). Ou seja, é na Macroeconomia que notamos os pontos principais da análise do equilíbrio parcial e geral, levando em conta a busca do pleno emprego.

Mas se a Macroeconomia se preocupa com a situação de pleno emprego, como podemos explicar taxas tão elevadas de desemprego no Brasil e no mundo?

Várias são as explicações para a questão do desemprego. Em muitos casos, a razão é atribuída ao próprio indivíduo, por não estar preparado para as exigências do mercado de trabalho ou por não aceitar reduções salariais. Mas na verdade, trata-se da "dança das cadeiras", conforme argumentou Souza (2000). Será que, por mais preparado que o indivíduo esteja, haverá local para ele sentar-se? Do ponto de vista individual, estar melhor preparado significa a possibilidade de sentar-se primeiro na cadeira.

Contudo, neste cenário precisamos considerar a questão na totalidade, ou seja, se a economia não é capaz de gerar cadeiras suficientes, inevitavelmente, pessoas ficarão de pé, por mais preparadas que estejam. Mas aí temos algumas argumentações como, por exemplo: é a inovação tecnológica que destrói as cadeiras existentes na economia? O trabalho humano passa a ser substituído por máquinas?

Estaríamos vivendo a época do fim do emprego, ou seja, nada podemos fazer, e o desemprego é algo inevitável?

Para medir o desemprego, ou seja, a saúde do mercado de trabalho fazemos uso da taxa de desemprego. Emprego é o numero de pessoas que têm trabalho e desemprego é o numero de pessoas que não têm trabalho, mas que estão à procura dele. Empregados mais os desempregados que estão procurando emprego formam o que chamamos de força de trabalho. Assim, a taxa de desemprego é a razão entre este e a força de trabalho.

Novamente, ao observarmos a questão do ponto de vista individual, a inovação tecnológica causa desemprego. Contudo, ao mesmo tempo em que destrói, ela cria novos produtos, empresas, atividades econômicas e empregos. Em outras palavras, a inovação tecnológica, embora modifique o nível de emprego, não determina, *a priori*, seu resultado. Generalizando, os vários argumentos, tais como rigidez no mercado de trabalho, altos encargos trabalhistas, salários nominais rígidos etc., são facilmente refutáveis e não determinam, a princípio, o nível de emprego.

O que queremos argumentar é que estar ou não empregado não é uma mera escolha individual. O aumento do nível de emprego ocorre quando a taxa de expansão da economia supera o aumento da produtividade do trabalho (que significa um mesmo indivíduo passar a produzir mais no mesmo espaço de tempo, fruto de inovações tecnológicas).

Simplificando, podemos dizer que o aumento da produtividade dispensa cadeiras. Logo, o crescimento econômico deve ser capaz de gerar cadeiras suficientes para compensar as perdas e ainda absorver os jovens ingressantes no mercado de trabalho. Contudo deparamo- nos, então, com duas variáveis que, de fato, determinam, a priori, a quantidade de cadeiras existentes na economia: o crescimento econômico e a produtividade do trabalho.

Você sabe quem são os "atores" que decidem sobre essas variáveis?

Como afirmamos, a inovação tecnológica, a princípio, não determina o nível de emprego. Essa é apenas uma faceta menos grave do problema. A outra é a questão do crescimento econômico. Vamos considerar como dada a variável produtividade. Caso não houvesse um crescimento da economia suficiente para absorver os entrantes no mercado de trabalho, inevitavelmente teríamos desemprego, pois não haveria emprego para os novos profissionais.

Dessa forma, a questão agora é entender o porquê de **taxas tão medíocres de crescimento** como, por exemplo, o da economia brasileira, principalmente nos anos 1990. Em suma, a verdadeira explicação para o desemprego é justamente a estagnação do crescimento econômico.

SAIBA MAIS

Foi justamente nesta década que assistimos a uma das maiores taxas de desemprego de nossa história.

Os conceitos mais abrangentes de política são úteis para definirmos política econômica, dado que esta não pode ser vista como um conjunto de procedimentos estanques e isolados, mas, sim, abrangendo uma das partes integrantes da política pública. Situa-se no campo da Economia Normativa, por se sustentar não apenas no conhecimento positivo da Economia, mas também em juízos de valor, decorrentes de posições filosóficas e culturais assumidas pelos formuladores.

Podemos resumir os objetivos da política econômica em quatro, a saber:

- crescimento da produção e do emprego;
- controle da inflação;
- equilíbrio nas contas externas; e
- melhor distribuição da renda gerada no país.

Observe que os objetivos de política econômica são amplos. Segundo Lanzana (2002), deve-se ter consciência de que os objetivos de política econômica não são independentes, sendo, muitas vezes, conflitantes.

Percebe-se, portanto, que os operadores da política econômica estão concentrados em apresentar melhorias na saúde da economia. Os instrumentos utilizados para avaliar e acompanhar o estado de saúde do sistema econômico são as taxas de crescimento do produto, as taxas de desemprego e a sua extensão, bem como a evolução dos indicadores que medem o nível de preço.

É por isto que os macroeconomistas precisam conhecer e acompanhar estes indicadores, fundamentais para avaliar com mais precisão o desempenho da economia. Somente assim, poderão dizer se as políticas econômicas estão alcançando seus objetivos.

O crescimento econômico é expresso usualmente por intermédio do acompanhamento de algumas variáveis, traduzidas em indicadores. As análises macroeconômicas tomaram impulso com o desenvolvimento da chamada contabilidade nacional, ou seja, de um instrumental capaz de mensurar a totalidade das atividades econômicas praticadas em um determinado período de tempo. O crescimento econômico está entre as **metas*** dos formuladores da política econômica e refere-se à expansão da produção do país, uma quantidade maior de bens e serviços à disposição da sociedade.

O **Sistema de Contas Nacionais***, tal como é empregado no Brasil e no resto do mundo, é fruto dos trabalhos de vários economistas que se dedicaram à tarefa de homogeneizar a linguagem e definiram as principais variáveis como: consumo, investimento, renda, poupança, produto interno e nacional.

Se observarmos o comportamento da economia de um determinado país, facilmente notaremos que as atividades econômicas oscilam com o decorrer do tempo. Para medir as oscilações referidas, entre os vários tipos de indicadores, um dos mais representativos desta performance é o **Produto Interno Bruto (PIB)***, calculado trimestralmente e que deve ser acompanhado com atenção. O PIB faz uma radiografia de toda a atividade econômica. Com ele podemos avaliar o sucesso da economia no melhoramento dos padrões de vida da sociedade, conforme atestam Stiglitz e Walsh (2003).

SAIBA MAIS

***Meta** – está normalmente vinculada a uma data e geralmente se caracteriza por meio de realizações específicas e mensuráveis, isto é, quantificáveis. Fonte: Lacombe (2004).

***Sistema de Contas Nacionais** – segue o Manual de Contas Nacionais das Nações Unidas com o objetivo de evidenciar o processo produtivo e de melhor descrever todos os fluxos entre os agentes econômicos que ocorrem em uma economia. Fonte: Elaborado pelos autores deste livro.

***Produto Interno Bruto** – refere-se ao valor de mercado de todos os bens finais e serviços produzidos pelos residentes de um país em determinado período. O PIB mede o fluxo de reais na economia do país, e é reconhecido como a mais importante variável de fluxo na economia. Fonte: Lacombe (2004).

Existem três formas de medir a atividade econômica de um país: sob a ótica da produção, que é o próprio conceito de PIB; sob a ótica da renda, que se refere à remuneração dos fatores que participam do processo de produção como salários, juros, aluguéis e lucro; e sob a ótica da despesa, que se refere aos agentes que compram a produção, como as famílias, ao investimento das empresas, aos gastos do governo e às exportações e importações.

Para melhor entender estes conceitos, podemos imaginar uma economia simples composta por duas empresas.

A empresa um produz aço, empregando trabalhadores e máquinas, e vende a sua produção por R$ 500,00 para a empresa dois, que é uma montadora de carros. A empresa um paga salário aos seus empregados no valor de R$ 400,00 e tem um lucro de R$ 100,00. A empresa dois compra o aço e o utiliza na produção de seus carros. Para isto gasta em salários a quantia de R$ 350,00 e tem um lucro de R$150,00.

Se formos medir o PIB desta economia pela ótica da produção de bens finais significa que temos um PIB de R$ 1.000,00, que é a receita das vendas da empresa dois. Se formos medir pela ótica da renda, temos que somar os valores recebidos pelos trabalhadores através dos salários e dos lucros. Isto representa R$ 750,00 de salários e R$ 250,00 de lucros, totalizando os mesmos R$ 1.000,00 na medida anterior.

Caso o PIB seja medido pelo valor adicionado, vamos ter R$ 500,00 adicionado pela empresa um e, os mesmos R$ 500,00 que foram adicionados pela empresa dois. Isto totaliza R$ 1.000,00. Portanto, através dos três critérios se chega ao mesmo resultado para o PIB.

Hipoteticamente, podemos dizer que, se a produção de bens e serviços de um país cresce mais rapidamente do que a taxa de crescimento da população, em média, a produção por pessoa deve aumentar. Contudo, lembre-se de que o que importa para as pessoas é o valor real da moeda, traduzido no poder de compra da sua renda (salários, juros e aluguéis). Onde estiver ocorrendo um processo de mudança de preços (inflação ou deflação), vamos falar em PIB real. Portanto, o PIB real deve ser compreendido como uma medida de produto que leva em conta as alterações dos preços e não pode ser desprezada.

Na macroeconomia existem algumas leis decorrentes de estudos que são elaborados a partir da observação do comportamento dos indicadores de desempenho.

Uma delas é a lei de Okun, que procura mostrar a relação entre as flutuações na taxa de desemprego e as flutuações na produção; portanto, mostrar qual a relação que há entre desemprego e PIB. Quando o PIB aumenta em X%, qual será o impacto no nível de desemprego da economia?

Arthur Okun foi o primeiro economista que pesquisou o assunto nos EUA na década de 1960. Ele fez seu estudo tendo em vista a economia americana. Você poderá fazer um estudo idêntico com foco na economia brasileira. Quer tentar?

Mas o que determina o crescimento?

Como já explicitado, a variação do PIB é a medida do crescimento econômico. Assim, precisamos saber quais são os componentes do PIB para saber o que realmente determina o crescimento econômico de um país.

Separamos para você uma equação que representa os condicionantes do crescimento econômico. Veja a Figura 9.

PIB = **Consumo das famílias** + **Gasto do governo** + **Investimento das empresas** + **Exportação líquida**

Figura 9: Condicionantes do crescimento econômico
Fonte: Elaborada pelos autores deste livro

Vamos analisar, agora, cada um dos componentes separadamente.

- **Consumo das famílias:** ao se apropriarem de suas rendas, as famílias destinam uma parte ao consumo de bens e serviços. Quanto mais elas consumirem, mais as empresas terão que produzir para suprir as demandas por bens e serviços. Vale ressaltar que famílias de baixa renda tendem a consumir proporcionalmente mais de suas rendas, pois não adquiriram todos os bens que necessitam. Destaca-se, então, a importância de uma distribuição de renda equitativa no país, pois famílias de baixa renda consomem pouco e, caso tenham incrementos em seus ganhos, passarão a consumir mais, impulsionando o crescimento econômico.

- **Investimento das empresas:** é uma das mais importantes variáveis para o crescimento de um país. Ao investirem, as firmas elevam os níveis de emprego, produto e renda. Na maioria das vezes, elas não possuem recursos suficientes para realizar seus planos de investimento e, com isso, precisam recorrer a empréstimos junto às instituições financeiras, pagando uma determinada taxa de juros. Ao fazerem seus planos de investimento, as empresas calculam, aproximadamente, a rentabilidade que tal investimento vai lhes proporcionar. Caso a lucratividade do investimento seja maior que os juros a serem pagos pelo financiamento, elas realizarão seus planos; caso contrário, tal investimento se tornará inviável. Portanto, para que exista um nível de investimento elevado na economia, é necessário que se mantenha a taxa de juros baixa.

- **Gasto público:** ao fazer obras, construir, operar suas estatais etc. o governo está empregando mais pessoas, expandindo o nível de emprego e, ao mesmo tempo, comprando e dando condições para que as empresas produzam mais, aumentando, por consequência, o nível de renda da economia.

- **Exportação líquida:** são as exportações menos as importações realizadas por um determinado país. Quanto maior o saldo, maiores o nível de emprego e o crescimento econômico, já que a produção deve aumentar; quanto menor o saldo, menor o nível de emprego, pois produtos que eram produzidos aqui passam a ser comprados do exterior, piorando a produção da economia. É óbvio que nenhum país fica sem comprar e vender para o exterior, mas o ideal é aumentar o nível de exportações e diminuir o de importações. O Sistema de Contas Nacionais e a consequente mensuração dos agregados possibilitam uma avaliação quantitativa do produto que uma economia pode ser capaz de gerar num determinado período de tempo. Tal medida vem sendo considerada um importante indicador de desempenho econômico e mostra a capacidade de geração de renda das economias. Portanto, quando o objetivo da política econômica for de crescimento econômico, automaticamente se estará procurando expandir o nível de produção e, consequentemente, o nível de emprego da economia.

Para atuar sobre o comportamento do produto, do emprego e do nível de preços da economia, os governos podem fazer uso da política econômica, cujos instrumentos são as políticas fiscal, monetária, cambial e de comércio exterior, e de rendas.

A política fiscal se refere às ações do governo tanto do lado dos seus gastos como do lado dos tributos de uma maneira geral. Portanto, percebe-se que a política fiscal pode ser observada através do comportamento da política tributária e da política de gastos públicos. Quando o governo tem uma política fiscal expansionista significa que ele está gastando mais; caso contrário, a política fiscal é contracionista. Ambas sempre dependerão dos objetivos de política econômica do governo, dado o problema a ser contornado.

Segundo Giambiagi e Além(2008), a ação do governo via política fiscal possui três funções básicas. Não pela ordem de importância, a primeira é a função alocativa, que significa a capacidade do governo em oferecer bens públicos. A segunda é a função distributiva, pela qual o governo procura interferir no ajuste da distribuição de renda na economia. E por fim, a terceira é a função estabilizadora, que tem como objetivo, através do uso da política econômica, estabilizar o nível de preços, o nível de emprego e obter taxas de crescimento econômico satisfatórias para o processo de desenvolvimento do país.

A diferença entre a arrecadação tributária e o gasto do governo proporciona a discussão acerca de um conceito muito importante na economia, que é o déficit público.

O que é déficit público nominal, operacional e primário?

A política monetária trata das condições de controle da quantidade de dinheiro que circula na economia. A política cambial e de comércio exterior vincula-se à atuação do governo no campo das contas externas do país; e através dela o governo pode atuar no mercado de divisas. Por fim, a política de rendas trata do estabelecimento dos critérios para reajuste de preços e salários na economia de maneira geral.

A outra variável que procura avaliar o desempenho da economia macroeconomicamente é o nível de preços. À elevação sistemática do nível de preços dá-se o nome de inflação. A taxa de inflação representa um aumento do nível geral de preços. Quando ela é positiva, quer dizer que o poder de compra da moeda está diminuindo, ou seja, cada um real em sua mão compra cada vez menos. Quando os preços médios estão subindo dizemos que está ocorrendo inflação; e quando estão caindo dizemos que está ocorrendo uma deflação.

Os custos da inflação para o sistema econômico podem ser observados quando as pessoas começam a perceber que algo de errado parece acontecer com seus salários. A preocupação se torna real, pois o valor da remuneração do seu dinheiro, proveniente de suas atividades laborativas, passa a não acompanhar o valor dos aumentos dos produtos e serviços que elas compram; e percebem a partir daí que seu padrão de vida está sendo alterado para pior.

Os produtores por sua vez, começam a sentir os custos da inflação quando percebem que seus custos de produção estão subindo acima do planejado. Já os investidores, começam a ver seus rendimentos não acompanharem o aumento dos índices de preços.

Portanto, os custos da inflação se espalham para a economia. Aqueles que recebem seus pagamentos em apenas um dia no mês, como os trabalhadores, são os mais prejudicados pelo processo inflacionário.

Tem mais algum grupo ou setor econômico que sofre os efeitos da inflação? E da deflação? Quem são e como estes grupos sofrem?

Segundo, Stiglitz e Walsh (2003), a indexação apenas ameniza os efeitos da inflação, porém não os elimina. Mas, afinal o que é indexação? Procure na internet o seu significado e quais são seus efeitos positivos e negativos para a economia.

A partir dela, pode se observar o comportamento dos preços na economia via o deflator do PIB e o índice de preços ao consumidor. O deflator do PIB no ano 1 pode ser definido como sendo a razão entre o PIB nominal e o PIB real no ano 1.

Mas, o que são PIB nominal e PIB real?

A mensuração das variáveis econômicas possibilita a avaliação quantitativa do produto que uma economia pode gerar num determinado período de tempo. Tal medida é considerada um importante indicador de desempenho econômico e identifica a capacidade de geração de renda da economia. Entretanto, se nos preocuparmos com a qualidade de vida da população iremos ver que o produto agregado será inadequado.

Na avaliação da qualidade de vida da população, é necessário considerarmos não apenas os aspectos econômicos, mas também aqueles ligados à oferta de bens públicos, como saúde e educação, que acabam afetando diretamente o nosso bem-estar. A utilização de indicadores sociais é parte da avaliação da riqueza de uma região e insere-se na discussão entre crescimento e desenvolvimento econômico.

A preocupação com o bem-estar da sociedade nos remete ao confronto de dois importantes conceitos: **crescimento econômico*** *versus* **desenvolvimento econômico***. É possível observarmos nas sociedades em fase de desenvolvimento ou subdesenvolvidas a ocorrência de crescimento sem desenvolvimento, que se caracteriza por um crescimento muito concentrado, ou seja, mal distribuído de tal modo que a maior parte da população não se beneficia da elevação da renda gerada na economia.

SAIBA MAIS

***Crescimento econômico** – aumento real, de longo prazo, do produto nacional do país ou da região. Fonte: Lacombe (2004).

***Desenvolvimento econômico** – processo de melhorar o nível de vida e o bem-estar de uma população por meio do aumento da sua renda per capita. Fonte: Lacombe (2004).

Vale a pena observar que uma das formas de avaliar o desenvolvimento é acompanhar a evolução de alguns indicadores relativos à saúde e à educação, porque seu comportamento fornece uma boa aproximação do que está ocorrendo com a qualidade de vida da população.

Algumas instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), vêm divulgan-

do sistematicamente dados como os de expectativas de vida, mortalidade infantil, condições sanitárias, nível e qualidade da educação do país.

Tais estatísticas, além de permitirem avaliar a qualidade de vida de um país, possibilitam comparações com os demais e fornecem uma ideia mais precisa do que vem a ser caracterizado como um país desenvolvido. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), publicado nos Relatórios do PNUD, tem como objetivo avaliar a qualidade de vida em todo o mundo. O PNUD calcula o IDH desde o início dos anos 1990 e, atualmente, o estima para muitos outros países.

O IDH agrega em sua metodologia de cálculo três variáveis:

- **Indicador de renda:** é a renda per capita, ajustada para refletir a paridade do poder de compra (PPP) entre os países (portanto, renda avaliada em US$ PPP).

- **Indicador das condições de saúde:** é a expectativa de vida (índice de longevidade) da população.

- **Indicador das condições de educação:** é uma média ponderada de outros dois indicadores: a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos Ensinos Fundamental, Médio e Superior.

Por fim é importante destacarmos que o IDH varia de zero a um, permitindo classificar os países em três grupos distintos:

- **baixo desenvolvimento**, quando o IDH for menor ou igual a 0,5;
- **médio desenvolvimento**, quando o IDH estiver entre 0,5 e 0,8; e
- **alto desenvolvimento**, quando o IDH for maior que 0,8.

TEXTO COMPLEMENTAR

Amplie seu conhecimento através das indicações a seguir:

- *Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* - onde você tem informações sobre como é calculado o PIB no Brasil e sua evolução durante os últimos anos. Para verificar consulte o site: <**http://www. ibge.gov.br/home**/>. Acesso em: 11 fev. 2015.

- *Portal Ipeadata* - é uma base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil que oferece também catálogo de séries e fontes, dicionário de conceitos econômicos, histórico das alterações da moeda nacional e dicas sobre métodos e fontes utilizadas. Para conhecer acesse: <**http://www.ipeadata.gov.br**>. Acesso em: 11 fev. 2015.

- *Portal Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)* - aqui é possível conhecer mais sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sua evolução nos principais países. Para tanto acesse: <**http://www.pnud.org.br**> e <**http://www.pnud.org.br/IDH/ DH.aspx**>. Acesso em: 11 fev. 2015.

Resumindo

Na Macroeconomia, centramos a atenção na formação das políticas econômicas com vistas ao crescimento da produção, controle da inflação, equilíbrio das contas externas e melhor distribuição da renda gerada no País. É importante ter indicadores objetivos para avaliar o desempenho da economia. A medição e os agregados macroeconômicos são utilizados pelos estudiosos da economia.

ATIVIDADES

Chegamos ao final do Capítulo 4, onde conhecemos as preocupações daqueles que estudam a macroeconomia. Esses conhecimentos são importantes para observarmos a evolução das principais variáveis de desempenho como o produto interno bruto, o emprego e a inflação. Caso tenha ficado alguma dúvida em algo que lhe foi apresentado, volte, releia e, se necessário, entre em contato com seu tutor para esclarecer suas dúvidas.

1. Liste as principais questões macroeconômicas que foram destaques no noticiário da semana no seu estado e no País.

2. Discorra sobre os principais objetivos da política econômica.

3. Como o IBGE faz a medição do produto, do crescimento, do desemprego e da inflação no Brasil?

4. Qual o foi o comportamento do PIB brasileiro nos últimos 20 anos? O que os números mostram?

5. Qual foi a evolução da taxa de desemprego da economia brasileira nos últimos 20 anos? O que se pode perceber desta série em termos dos efeitos para a economia brasileira?

6. Qual foi o comportamento da inflação nos últimos 20 anos?

CAPÍTULO V

TÓPICOS DE TEORIA MONETÁRIA PARA GESTORES

Prof. Carlos Magno Mendes
Prof. Cícero Antônio de Oliveira Tredezini
Prof. Fernando Tadeu de Miranda Borges
Profa. Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Objetivos Específicos de Aprendizagem

Ao finalizar este Capítulo, você deverá ser capaz de:

- Conhecer o funcionamento do sistema monetário;
- Compreender a importância da moeda como meio de troca, unidade de conta e reserva de valor para o funcionamento das teorias monetárias;
- Discutir a política monetária como instrumento de controle da liquidez; e
- Identificar as funções do Banco Central.

Teoria Monetária

Estudante!
Estamos iniciando um novo Capítulo. Convidamos você a refletir sobre o funcionamento do sistema monetário. Para entendermos como esse sistema atua, precisamos conhecer o papel da moeda na Economia e o funcionamento do mercado monetário, ou seja, como se dá a oferta e a demanda da moeda. Compreendendo como funciona, fica mais claro entendermos como esse sistema pode sofrer intervenções através da política monetária, cujos instrumentos iremos apresentar também neste Capítulo.

Princípios de Teoria Monetária

Você, como bom observador, já deve ter notado que, no mundo moderno, a moeda está presente em praticamente todos os momentos de nossa vida. Diante desse fato, podemos afirmar a importância do seu estudo.

De maneira corriqueira, as pessoas no seu dia a dia usam a palavra **"dinheiro"** para significar riqueza. Se alguém tem muito dinheiro, entendemos que tem muita riqueza ou é rico. Mas estamos falando do valor das ações, dos imóveis ou de outros bens dessa pessoa.

SAIBA MAIS

Os economistas normalmente definem dinheiro ou moeda não como a única forma de riqueza. Temos outras formas de riqueza, tais como carros, casas etc.

Você já parou para pensar como deve ser uma cidade, uma região, um país sem a presença do dinheiro, da moeda? Estamos falando do real (R$). Imaginou? Quais são suas observações? Para você o que distingue o dinheiro ou moeda de outras formas de riqueza?

O que distingue a moeda das outras formas de riqueza é sua característica de ser o mais líquido dos **ativos***. Liquidez, aqui, quer dizer sua capacidade de se transformar em dinheiro vivo ou facilidade com que o bem pode ser convertido em meio de troca na economia.

SAIBA MAIS

***Ativo** – tudo que tem valor de mercado, seja legalmente proprieda- de de uma organização e apareça nos seus demons- trativos financeiros. Fonte: Lacombe (2004).

Para considerarmos um bem como uma moeda, ele precisa desempenhar basicamente três funções:

- ser meio de troca, ou seja, ser exatamente aquele elemento que vai viabilizar a ocorrência de milhares de trocas a cada momento;

- servir como unidade de conta, o que implica ser uma medida que as pessoas usam para estabelecer os preços de seus serviços e bens, e fazer seus cálculos econômicos; e

- funcionar como reserva de valor, já que a moeda precisa guardar poder de compra ao longo tempo, ou seja, de hoje para amanhã.

Carvalho *et al.* (2000, p. 2) definem a moeda como sendo "[...], um objeto que responde a uma necessidade social decorrente da divisão do trabalho", enquanto Mankiw (2005, p. 628) a define como sendo "[...] o conjunto de ativos da economia que as pessoas usam regularmente para comprar bens e serviços de outras pessoas".

Tipos de Moeda

Temos basicamente dois tipos de moeda circulando nas economias. Veja a seguir:

- **Moeda-mercadoria** é aquela que toma a forma de uma mercadoria com valor em si. Mesmo sem ser moeda, tem valor, ou seja, é aceita naturalmente. O exemplo clássico desse tipo de moeda é o ouro, mas existem outras mercadorias que podem ser consideradas moeda-mercadoria, como alimentos em época de guerra etc.

- E temos a **moeda de curso forçado**, aquela que não tem valor em si mesma. Isto quer dizer que o meio utilizado para garantir sua circulação é por decreto governamental. Note que a aceitação desse tipo de moeda depende tanto da força de um decreto governamental como das expectativas e das convenções de uma sociedade.

Para você pensar: podemos considerar o cigarro no sistema prisional uma moeda-mercadoria?

Política Monetária

Quando falamos de política monetária, estamos nos referindo às ações do governo no sentido de controlar as condições de liquidez da economia. A política monetária pode ser definida como o controle da oferta de moeda e das taxas de juros, no sentido de que sejam atingidos os objetivos da política econômica global do governo.

Alternativamente, também podemos definir a política monetária como sendo a atuação das autoridades monetárias, por meio de instrumentos de efeitos diretos ou induzidos, com o propósito de controlar a liquidez global do sistema econômico.

A política monetária diz respeito à atuação do Banco Central para dimensionar os meios de pagamento e os níveis das taxas de juros, adequando essas variáveis aos objetivos de crescimento da produção e do emprego, com estabilidade de preços. A atuação do Banco Central opera-se pela determinação do volume de reservas obrigatórias dos bancos, dependendo do comportamento do público e dos bancos em relação às quantidades de moedas que desejam reter.

Demanda de Moeda

A moeda, como meio de troca, é a maneira mais eficaz de um indivíduo adquirir os bens e serviços que necessita. Entretanto, como uma pessoa não gasta toda sua renda no momento em que a recebe, podemos perguntar: por que esse indivíduo não aplica parte dela – a que não é consumida imediatamente – em títulos, que rendem juros?

Vamos ver quais as razões que levam as pessoas a demandar e reter moeda?

São três as razões fundamentais que levam as pessoas a demandar e reter moeda em seu poder:

- A primeira, refere-se ao fato de os pagamentos e os recebimentos não serem perfeitamente sincronizados. A maior parte dos trabalhadores recebe seus salários no início do mês, mas os gastam, no decorrer do mesmo mês, com as despesas comuns de uma família, como aluguel, condução, alimentação etc. Portanto, essa pessoa precisa reter moeda ou dinheiro em seu poder durante todo o mês. A essa razão para a retenção de moeda, damos o nome de demanda da moeda para transações.

- A segunda, chamamos de demanda de moeda para precaução. Isto significa que as pessoas previdentes sempre têm certa soma em seu poder, reservada para um imprevisto, como problemas de saúde, uma batida de automóvel etc.

- A terceira, diz respeito à demanda de moeda para especulação ou demanda especulativa. Essa razão está associada ao fato de a moeda funcionar como reserva de valor. Se um indivíduo já separou de sua renda aquelas parcelas destinadas às transações e à precaução, o procedimento mais razoável seria aplicar o restante em títulos, que rendem juros, pois nada acontece com o dinheiro quando está simplesmente em casa ou depositado na conta corrente de um banco.

É importante primeiramente conceituarmos **taxa de juros*** pois este conceito precisa ser entendido antes de seguirmos. Em 2005, foi publicado o livro O valor do amanhã, que discute a questão dos juros na sua concepção mais ampla. Segundo Giannetti (2005, p. 10),

SAIBA MAIS

***Taxa de juros** – valor da remuneração que o tomador de um empréstimo deve pagar ao proprietário do capital emprestado, geralmente expressa sob a forma de porcentagem do valor tomado emprestado por período definido no contrato de empréstimo. Fonte: Lacombe (2004).

> [...] o fenômeno dos juros é, portanto, inerente a toda e qualquer forma de troca intertemporal. Os juros são o prêmio da espera na ponta credora - ganhos decorrentes da transferência ou cessão temporária de valores do presente para o futuro; e são o preço da impaciência na ponta devedora – o custo de antecipar ou importar valores do futuro para o presente.

Assim podemos afirmar que taxa de juros é o preço cobrado pelos credores aos devedores pelo uso de suas poupanças durante certo período de tempo.

Agora voltemos à nossa discussão. Se a taxa de juros do mercado está baixa, essa pessoa prefere esperar um aumento para aplicar seu dinheiro e obter, assim, uma remuneração maior, certo?

Nesse caso, é importante ressaltarmos que a moeda cumpre melhor seu papel de reserva de valor em economias onde não há **inflação** ou quando ela é baixa. Isso nos permite estabelecer uma relação inversa entre a taxa de juros do mercado e a demanda especulativa da moeda. Realmente, quanto maior a taxa de juros, menor a quantidade de moeda demandada e retida para especulação, e vice-versa.

SAIBA MAIS

Altos índices inflacionários corroem o poder aquisitivo da moeda, reduzindo seu valor com o passar do tempo.

Podemos concluir que a demanda por moeda tem um componente influenciado pela taxa de juros - a demanda especulativa - e um componente que não depende de juros - as demandas para transações e por precaução.

Para entendermos perfeitamente a demanda por moeda, basta lembrarmos que a taxa de juros é o preço da moeda, ou seja, o preço do dinheiro no mercado financeiro. Assim, nesse mercado, onde se encontram a oferta e a demanda por dinheiro, este se transforma numa mercadoria, cujo preço é a taxa de juros.

Oferta de Moeda

Nas economias modernas, quem oferece moeda ao público são as autoridades monetárias como, por exemplo, o Banco Central, diante das necessidades dos agentes econômicos.

O conjunto de moeda manual (ou moeda corrente), depósitos à vista (moeda escritural ou bancária) e quase-moedas forma os meios de pagamento de uma economia. Veja a Figura 10.

Meios de pagamento = **Moeda manual** + **Depósito ã vista** + **Quase-moedas**

Figura 10: Meios de pagamento
Fonte: Elaborada pelos autores deste livro

Assim, podemos chamar também a oferta de moeda de meios de pagamento, que constituem o total de moeda à disposição do setor privado não bancário, de liquidez imediata, ou seja, que pode ser utilizada imediatamente para fazer transações.

Os meios de pagamento, em sua forma tradicional, são dados pela soma da moeda em poder do público, mais os depósitos à vista nos bancos comerciais. Ou seja, pela soma da **moeda manual*** e da **moeda escritural***.

SAIBA MAIS

*Moeda manual – é o papel-moeda emitido pelos governos e carregado pelos indivíduos. Fonte: Lacombe (2004).

*Moeda escritural – total de depósitos à vista nos bancos. Fonte: Lacombe (2004).

Podemos afirmar que os meios de pagamento representam o quanto a sociedade tem de moeda física – papel e metálica – com o público ou no cofre das empresas somado ao quanto ela tem em conta-corrente nos bancos. Enfim, é aquela moeda que não está rendendo juros, que não está aplicada em contas ou ativos remunerados.

Os meios de pagamento, conceituados como moeda de liquidez imediata, que não rendem juros, também são chamados, na literatura mais específica, de **M1**.

SAIBA MAIS

M1 inclui o dinheiro (papel-moeda) em poder do público e os depósitos à vista (ou moeda escritural).

Alguns economistas admitem também como moeda a chamada quase-moeda. Você já ouviu este termo? Sabe o que significa?

Quase-moeda são ativos que têm alta liquidez - embora não tão imediata - e que rendem juros, como os títulos públicos, as cadernetas de poupança, os depósitos a prazo e alguns títulos privados, letras de câmbio e letras imobiliárias.

Na verdade, existem vários conceitos de meios de pagamento, dependendo das quase-moedas incluídas. Vejamos a classificação a seguir:

- **M1:** como já falamos, o M1 inclui o dinheiro (papel- moeda) em poder do público e os depósitos à vista (ou moeda escritural). Este é o mais tradicional dos conceitos existentes sobre moeda. Quanto aos depósitos à vista (moeda escritural), estes constituem a maior parte do volume de meios de pagamento no mundo moderno, perfazendo um total de aproximadamente 80%, em média. Aqui a liquidez é plena;

- **M2:** M1 + fundos do mercado monetário + títulos públicos;

- **M3:** M2 + depósitos de poupança; e

- **M4:** M3 + títulos privados.

Tanto o papel-moeda quanto os depósitos à vista são considerados ativos monetários, ou seja, ativos que não rendem juros. Já os títulos públicos,

cadernetas de poupança e certificados de depósitos bancários correspondem aos ativos não monetários, pois são ativos que rendem juros.

Funções do Banco Central

O Banco Central – BACEN – é o órgão responsável pela política monetária que tem como objetivo regular o montante de moeda e de crédito, e as taxas de juros, de forma compatível com o nível de atividade econômica.

O Banco Central tem como propósito manter a liquidez da economia, atendendo às necessidades de transações do sistema econômico. Diante disso podemos apontar como suas funções:

- ser o banco dos bancos;
- ser o banco do governo;
- controlar e regulamentar a oferta de moeda;
- controlar os capitais estrangeiros e as operações com moedas estrangeiras;
- fiscalizar as instituições estrangeiras; e
- executar a política monetária.

Para exercer suas macrofunções, o **Banco Central** utiliza os instrumentos de política monetária, sendo também a instituição responsável pela emissão de moeda.

SAIBA MAIS

São duas as justificativas para a existência de um banco central. Uma é de ordem macroeconômica, relativa às políticas monetária e cambial, e a outra, de ordem microeconômica, está ligada à estabilidade do sistema financeiro. Para saber mais acesse: <**http://www.bcb.gov. br**>. Acesso em: 11 fev. 2015.

Instrumentos de Política Monetária

Podemos considerar como instrumentos clássicos de política monetária todas as quatro variáveis que o banco central controla diretamente:

- **Controle das emissões de moeda:** o Banco Central controla, por força de lei, o volume de moeda manual da economia, cabendo a ele as determinações das necessidades de novas emissões e respectivos volumes.

- **Depósitos compulsórios ou reservas compulsórias (obrigatórias):** os bancos comerciais, além de possuírem os chamados encaixes técnicos (o caixa dos bancos comerciais), são obrigados a depositar no BACEN um percentual determinado por este sobre os depósitos à vista.

- **Operações com mercado aberto (open market):** consistem na compra e venda de títulos públicos ou obrigações pelo governo. Quando este coloca os seus títulos junto ao público, o efeito esperado é reduzir ou enxugar os meios de pagamento, já que parte da moeda em poder do público retorna ao governo como pagamento desses títulos. Ao contrário, quando este compra os títulos, efetua pagamento em moeda aos seus portadores, o que aumenta a oferta de moeda, e consequentemente, dos meios de pagamento.

- **Política de redesconto:** implica a liberação de recursos pelo BACEN aos bancos comerciais, que pode ser na forma de empréstimos ou redesconto de títulos. Trata-se, na verdade, de uma fonte acessível de empréstimo do BACEN para esses bancos. Existem os redescontos de liquidez, que são os empréstimos para os bancos comerciais cobrirem um eventual débito na compensação de cheques, e os redescontos especiais ou seletivos, que são empréstimos autorizados pelo BACEN visando a beneficiar setores específicos. Por exemplo, para estimular a compra de máquinas agrícolas, o Banco Central abre uma linha especial de crédito, pela qual os bancos comerciais emprestam (descontam) aos produtores rurais e redescontam o título junto ao BACEN.

O Sistema Bancário Comercial é formado por agentes que estão autorizados a receber depósitos à vista. Os principais são:

- Bancos comerciais;
- Banco do Brasil; e
- Caixa Econômica Federal.

Neste ponto, surge uma pergunta central: quem é o responsável pela oferta de moeda?

A oferta ou emissão de moeda é uma atribuição exclusiva do governo, através das autoridades monetárias. Portanto, não depende da taxa de juros, mas da política econômica do governo, que determina a quantidade de moeda emitida por um período de tempo.

Mas atenção! Apesar de a emissão de moeda não depender da taxa de juros, existem critérios bem definidos que regulamentam a sua oferta. Basicamente, essa emissão é condicionada pelo crescimento do produto da economia. Diante deste cenário destacamos duas situações específicas:

- se a emissão de moeda for superior à produção, ou seja, se houver excesso de liquidez no mercado, podemos ter a elevação sistemática dos preços, também conhecida como inflação; ou

- caso o aumento de moeda seja menor do que o crescimento do produto podemos ter, entre outras consequências, crise na economia, porque a falta de moeda – fenômeno que recebe o nome de crise ou falta de liquidez – dificulta as transações e prejudica o sistema econômico, ocasionando queda do produto.

Mas como a taxa de juros pode influenciar no seu dia a dia?

Para responder vamos recorrer a um exemplo bem simples. Imagine que o Sr. Silva queira abrir uma fábrica de confecções. Ele não tem dinheiro, mas tem um apartamento que está à venda. Como ele tem urgência de abrir a fábrica e não consegue vender o apartamento, vai pedir dinheiro emprestado a um banco. Lá, o Sr. Silva consegue um empréstimo ao vender um título de dívida para o banco, dando seu apartamento como garantia. Agora, ele pode comprar as máquinas, os insumos, contratar mão de obra etc., e montar sua fábrica de confecções.

Neste caso perceba que o apartamento é uma mercadoria que tem uma capacidade de pagamento muito baixa, ou seja, quando você vai a uma loja comprar máquinas, você não pode pagar suas compras com, por exemplo, a pia da cozinha. Você tem de pagar com dinheiro, certo?

O dinheiro é uma mercadoria vendida pelo banco. Assim como qualquer loja vende suas mercadorias (roupas, calçados etc.) o banco também vende a sua (dinheiro). Entretanto, ao contrário de roupas, sapatos etc. o dinheiro possui alta capacidade de pagamento; é o que chamamos de **liquidez***. Uma mercadoria é muito líquida por excelência. Dessa forma, a taxa de juros é o pagamento para a obtenção da liquidez; é o pagamento pelo uso do dinheiro.

SAIBA MAIS

***Liquidez** – disponibilidade em moeda corrente e em títulos e valores que são, fácil e rapidamente, conversíveis em dinheiro. Fonte: Lacombe (2004).

Bem, agora que você já sabe o que é a taxa de juros, reflita: por que o seu valor varia tanto? Para umas pessoas, a taxa é mais baixa; para outras, é mais alta. Em um dia, ela está em certo patamar; no outro, já se modificou. Por que há tantas variações?

O valor da taxa de juros varia muito porque depende de um fator muito importante: a expectativa dos empresários, banqueiros, governo etc., quanto ao futuro da economia. Por exemplo, à medida que as expectativas de chuva no ano são boas, ou seja, as condições ambientais são favoráveis, um agricultor fica menos preocupado com a colheita, que provavelmente será boa e lhe permitirá saldar todos os seus compromissos.

Entretanto, se as expectativas de chuva para o ano são ruins, esse mesmo agricultor não terá boas expectativas quanto à colheita e, consequentemente, ficará em dúvida se poderá saldar suas dívidas. Dessa forma, para melhorar as expectativas, ele vai, por exemplo, reforçar a adubação do solo, aumentando seus gastos, o que imediatamente implicará em maiores custos de produção.

O mesmo acontece com a taxa de juros. À medida que as expectativas sobre o ambiente econômico futuro são boas, ou seja, as expectativas de vendas das empresas são favoráveis, os bancos cobrarão uma taxa de juros menor; num caso específico, à medida que estejam emprestando para uma empresa muito grande e sólida no mercado, as expectativas de receber a dívida são muito maiores do que quando emprestam para a padaria da esquina. Dessa forma, a taxa para umas empresas é menor do que para outras. O valor depende das expectativas da capacidade de pagamento.

No entanto, quando as expectativas sobre o ambiente futuro são ruins – redução do montante de vendas das empresas, diminuição dos salários etc. –, os bancos cobram uma taxa de juros maior para emprestar dinheiro, aumentando os custos das empresas. Essa taxa mais alta é devida à expectativa de que as empresas venderão menos e, consequentemente, terão mais dificuldade de pagar o empréstimo. Assim, como o risco de não receber o empréstimo é maior, os bancos exigirão uma remuneração maior.

Dessa forma, percebemos que, quando as expectativas das pessoas (principalmente as do setor financeiro) quanto ao futuro são boas, os juros tendem a baixar; em caso contrário, tendem a subir. Mas também há uma variação de empresa para empresa ou de pessoa para pessoa, de acordo com a respectiva capacidade de pagamento e o resultado da análise do projeto.

As expectativas, então, vão influir diretamente no valor das taxas que um banco vai cobrar para fazer um empréstimo, principalmente, num item que conhecemos como **inadimplência***.

SAIBA MAIS

***Inadimplência** – falta de cumprimento de cláusulas contratuais no prazo previsto, especialmente o não pagamento de valores devidos na data do vencimento. Fonte: Lacombe (2004).

Resumindo

Ao final deste Capítulo, você já deve estar sabendo distinguir a moeda como meio de troca, unidade de conta e reserva de valor; por que as pessoas em alguns momentos demandam moeda e noutros a retêm; e já deve ter assimila- do o significativo papel desempenhado pela taxa de juros no estabelecimento do equilíbrio macroeconômico.

As atividades de aprendizagem que apresentamos a seguir servirão para você testar esses conhecimentos. Vamos lá?

ATIVIDADES

Chegamos ao final de mais um Capítulo, na qual você conheceu ou relembrou a Teoria Monetária. É muito importante que você tenha compreendido como o sistema monetário funciona, para entender como ele pode sofrer intervenções da política monetária. Caso tenha ficado com dúvidas, faça contato com o seu tutor!

1. O que você entende por liquidez?

2. O que diferencia a moeda de outros ativos existentes na economia?

3. Quem é responsável por definir os rumos da política monetária no Brasil?

4. Explique como a política monetária anda afetando a sua vida e a de sua família.

5. Por que os bancos comerciais mantêm recursos financeiros depositados no Banco Central?

6. Qual o efeito da contração monetária na taxa de juros?

7. Qual o efeito da expansão monetária na taxa de juros?

8. Por que a taxa de juros no Brasil é alta?

CAPÍTULO VI

TÓPICOS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL PARA GESTORES

Prof. Carlos Magno Mendes
Prof. Cícero Antônio de Oliveira Tredezini
Prof. Fernando Tadeu de Miranda Borges
Profa. Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Objetivos Específicos de Aprendizagem

Ao finalizar este Capítulo, você deverá ser capaz de:

- Descrever os determinantes do comércio internacional, seus ganhadores e perdedores, bem como os argumentos a favor da restrição ao comércio;
- Identificar as noções de balanço de pagamentos e o papel da taxa de câmbio na alteração da economia; e
- Mapear a compreensão que se tem de desenvolvimento econômico, tendo em conta os condicionantes locais e regionais, que formam o nacional.

Noções de Comércio Internacional

Estudante!
Após tomarmos conhecimento sobre o papel da política monetária na economia, vamos conhecer neste Capítulo como se desenvolve o comércio internacional, cujo objetivo maior é a eficiência nas relações de trocas entre os países. Ao final deste Capítulo esperamos que você consiga perceber a importância do comércio internacional para o desenvolvimento de um país, o significado de novos gestores capacitados na área, e abrir sua carreira profissional também para as áreas do comércio exterior e da diplomacia.

Vimos, no Capítulo 1, que o comércio entre países não é como uma competição esportiva, em que um lado ganha e o outro, necessariamente, tem que perder; na realidade, pode ser bom para ambas as partes. O comércio permite que os países ou regiões se especializem naquilo que fazem melhor e possam desfrutar, assim, de uma maior quantidade de produtos e serviços.

Os Determinantes do Comércio Internacional

Você já percebeu que a maioria dos objetos que adquirimos para o nosso consumo e bem-estar cotidianos foram produzidos em um lugar distante, isto é, em um outro país?

Na maior parte das vezes, não percebemos o quanto o comércio interfere nas nossas ações. Diariamente realizamos atividades de compra ou venda de um bem produzido ou serviço prestado, com vistas a atender as nossas necessidades. No papel de consumidores frequentamos drogarias, supermercados, shopping centers, restaurantes, postos de gasolina, acessamos provedores e portais da internet (jornais, revistas, blogs, redes sociais, *e-mails*) etc. Isso vale inclusive para as empresas, que também são consumidoras, e exercem atividades comerciais ao adquirir insumos (matéria-prima e mão de obra) e materiais de consumo, para processá-los e posteriormente vendê-los. Todos nós, de uma forma ou outra, realizamos transações comerciais.

Por sua vez, para atender ao mercado interno, você sabe que as nações interagem entre si e realizam transações comerciais: **exportação** e **importação**. Como decorrência dessa situação, e como o comércio vem crescendo de forma acelerada, independentemente das flutuações econômicas, as atividades comerciais ampliam-se, sofisticam-se e **segmentam-se** de diversas formas no mercado mundial.

SAIBA MAIS

Exportação compreende tudo aquilo que os países vendem para fora das suas fronteiras; e importação abrange tudo aquilo que os países compram de outras nações. Esta relação se justifica, dado que nenhum país é autossuficiente e nem produz tudo que consome.

O principal efeito desse processo foi a crescente formalização de blocos econômicos: Mercado do Cone Sul (Mercosul), União Europeia, Ásia Pacific Economic Cooperation (Apec), North American Free Trade Agrement (Nafta) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) etc. Se quiser saber mais sobre o Mercosul, acesse: <**http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/busca.php?busca_site=true&palavra_chave=MERCOSUL**>. Acesso em: 11 fev. 2015.

É preciso que você atente que o principal efeito desse processo foi a crescente valorização do comércio internacional. Assuntos relacionados a essa atividade foram reforçados com políticas e diretrizes de instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC). Paralelamente, a essa valorização, temas relacionados à atividade comercial ganham cada vez mais espaços nos jornais e revistas de negócios; instituições de ensino superior criam cursos específicos para a área; e cresce o número de consultorias oferecendo serviços cada vez mais especializados.

A preocupação em entender como e por que se faz necessário o comércio internacional sempre esteve presente no cerne das discussões das Relações Econômicas Internacionais.

Observe que consumimos automóveis fabricados no Japão, eletroeletrônicos e brinquedos da China, produtos farmacêuticos da Europa e petróleo da Argélia. Claro que em contrapartida, exportamos para as populações residentes nessas e em outras regiões uma variedade de produtos como aviões, madeira, frutas, soja etc. Diante destes exemplos podemos definir o comércio internacional como sendo todas essas trocas de bens e serviços que ocorrem através de fronteiras internacionais.

As dimensões dadas algumas vezes ao tratamento do comércio entre países podem sugerir que apenas os governos tomam decisões a respeito do comércio. Em se tratando das economias de mercado, cabe sinalizar que a maior parte das decisões que determinam a magnitude, o conteúdo e a direção do comércio são tomadas pelas famílias e empresas. Contudo, é claro que, em alguns momentos, os governos podem agir através de mecanismos de política econômica (incentivos fiscais, subsídios, política cambial etc.) e políticas protecionistas (taxação na importação de alguns bens, fixação de quotas de importação e até **barreiras fitossanitárias**). A importância despertada pelas relações comerciais e os ganhos obtidos com o comércio mundial geraram teorias econômicas próprias. Os economistas Adam Smith e David Ricardo foram considerados os precursores em questões relativas às trocas no comércio internacional, sendo que o primeiro concebeu a ideia de **"vantagens absolutas"** de comércio e tornou bem mais explícitas as razões pelas quais a participação nas trocas internacionais seria interessante a uma nação. Smith (1981) acreditava que o comércio internacional somente seria possível quando o tempo de trabalho necessário para produzir um determinado produto fosse inferior ao de outro país.

SAIBA MAIS

Barreiras fitossanitárias – Fazem parte do grupo de barreiras não tarifárias e envolvem a adoção de medidas para proteger a saúde humana e as sanidades animal e vegetal durante o comércio de produtos. Fonte: Oliveira (2004).

Vantagem absoluta – Conceito aplicado à teoria do comércio internacional. Um país possui vantagem absoluta na produção de um bem ou serviço com relação a um segundo país quando pode produzir aquele bem com uma menor quantidade de insumo. Fonte: Icone (2008).

Em outras palavras, podemos afirmar que cada nação deve se especializar na oferta de mercadorias cujos custos de produção sejam menores que os das outras nações. Como exemplo, Adam Smith valeu- se das relações comerciais entre Portugal (tradicional país produtor de vinhos) e Inglaterra (tradicional país produtor de tecidos).

Pela teoria proposta, se Portugal tivesse que deslocar parte de seu capital, empregado na produção de vinhos, para produzir tecidos, certamente obteria menos tecidos e com qualidade inferior aos tecidos ingleses. Logo, concluímos que a contribuição de Smith para a teoria do comércio exterior provocou muitos debates e contribuiu, principalmente, para o surgimento de outras novas proposições.

Detentor de uma nova formulação à proposta apresentada por Adam Smith sobre o comércio entre nações, Ricardo desenvolveu sua principal contribuição ao pensamento econômico: a **Teoria das Vantagens Comparativas**. Para expô-la, ele também partiu do exemplo do comércio entre Portugal e Inglaterra, usado por Adam Smith que tem como pressuposto a especialização de cada país na exportação do produto o qual tem vantagem comparativa melhor.

SAIBA MAIS

Esta teoria foi abordada no Capítulo 3. Em caso de dúvida faça uma releitura atenciosa do tema.

Um país tem vantagem comparativa na produção de um bem se tiver um custo de oportunidade menor que outro país na produção deste mesmo bem.

A comparação do preço interno com o preço praticado internacionalmente para o mesmo produto, portanto, com a mesma qualidade, indica que, se houver diferença entre eles (computado o custo de transporte), a região que tem menor preço tem vantagem comparativa na produção desse bem. Isto significa que o preço praticado lá fora reflete o custo de oportunidade do produto internamente. Portanto, o comércio entre os países se baseia, em linhas gerais, na vantagem comparativa. Segundo Mankiw (2005, p. 177), "[...] o comércio é benéfico, porque permite que cada país se especialize em produzir aquilo que faz melhor".

Você já ouviu falar que a atividade comercial pode vir a ser uma via de mão dupla?

Isso mesmo, a atividade comercial pode ser uma via de mão dupla, pois o comércio aumenta o nível do bem-estar econômico do país quando os ganhos dos beneficiados superam as perdas dos prejudicados. Logo, quando formos analisar quem ganha e quem perde com o comércio internacional, precisamos levar em conta essa realidade. Isto torna o debate sobre o tema bastante entusiasmado, pois a definição da melhor política comercial para um país precisa considerar efetivamente quem vai ganhar e quem vai perder, o que não é fácil, já que, quando isto ocorre, sempre temos uma disputa política.

Apesar de importante para os países, o comércio internacional é realizado, na prática, seguindo uma série de restrições, que variam de intensidade de acordo com o país. Tais restrições são necessárias, pois visam a proteger certos setores considerados estratégicos para a indústria nacional, impedindo, dessa forma, por exemplo, o avanço do desemprego no país e o aumento da dependência externa. Outros argumentos que podemos destacar são aqueles ligados aos setores da segurança nacional, proteção à indústria nascente e competição desleal. E, por fim, aqueles ligados à proteção como estratégia para melhorar a barganha com os parceiros comerciais.

Diante desta situação os governos adotam políticas protecionistas para seus produtos, suas indústrias, enfim, sua economia, que visam ao favorecimento do produtor nacional frente aos concorrentes estrangeiros. Assim, podemos afirmar que as medidas protecionistas são tomadas para proteger o mercado nacional; e para executá-las os governos se valem de alguns instrumentos:

- **Impostos de importação (tarifas):** valor adicional cobrado sobre as importações.

- **Quotas à importação:** estabelecimento de quantidades fixas de produtos de importação.

- **Subsídios à exportação:** benefícios concedidos aos produtores nacionais com vistas a ampliar o volume exportado.

- **Política cambial:** administração monetária realizada pelas autoridades para a taxa de câmbio do país.

- **Regulamentações administrativas:** imposição de normas a produtos importados, com o objetivo de restringir as importações, como barreiras sanitárias, padrões de qualidade etc.

Por fim podemos dizer que o comércio internacional deve ser o objetivo das nações, num cenário de competições igualitárias entre as indústrias nacionais e estrangeiras. É fundamental, nesse sentido, a ação do governo, promovendo uma política industrial de longo prazo e uma abertura econômica graduada, que não venha a trazer perdas, e sim benefícios para a nação.

Taxa de Câmbio

O comércio de bens e serviços entre diferentes países normalmente envolve mais de uma moeda: preços domésticos praticados em cada país são expressos em suas respectivas moedas. Assim, cabe enfatizar que quando um país estabelece relações comerciais com outro, ele precisa ter algum tipo de moeda que estabeleça parâmetros entre ambas as moedas nacionais envolvidas no negócio, para concretizar as transações.

Este parâmetro de referência de valor, que rege as relações de trocas, é comumente chamado de **taxa de câmbio**. No Brasil, ela é definida como o preço, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira (PAULANI; BRAGA, 2003, p. 142).

A taxa de câmbio é classificada como nominal ou real. Aquela que tomamos conhecimento pela televisão, jornais e internet corresponde à taxa de câmbio nominal. E, a taxa de câmbio real origina-se da relação de preços dos bens e serviços de ambos os países. Tomemos, como exemplo, as expressões apresentadas no Quadro 2 para determinação da taxa de câmbio:

Taxa de Câmbio Nominal (e)	**Taxa de Câmbio Real (e_R)**
$e = R\$ \ X \ US\$ \ 1{,}00$	$e_R = e \cdot \frac{P^*}{P}$
Onde: X = pode assumir qualquer valor em reais e centavos de reais P* = É o preço do produto nos EUA (país que emite o dólar) P = É o preço do mesmo produto em moeda nacional (reais)	

Quadro 2: Taxa de câmbio
Fonte: Carvalho (2005, p. 344)

A taxa de câmbio constitui um preço. Assim, como acontece com todos os preços, a taxa de câmbio está sujeita à lei da oferta e da procura, ou seja, à entrada e saída de dólares (divisas) no país.

Assim sendo, quando a oferta é maior que a demanda por moeda estrangeira (dólares), menor é a taxa de câmbio: maior disponibilidade de moeda acarreta uma queda no seu preço. Quando a taxa de câmbio fica mais barata, com real adquirem-se mais dólares; e nesse caso há uma **desvalorização cambial do dólar e valorização do real**. Por outro lado, com a demanda aquecida e uma menor oferta de moeda disponível, tal movimento ocasiona uma alta na procura e resulta em uma **valorização cambial cambial do dólar e desvalorização do real** (com real adquirem-se menos dólares).

Diante desse quadro, de valorização ou desvalorização cambial, a taxa de câmbio pode afetar significativamente as transações econômicas entre países. Com uma taxa de câmbio valorizada, o país terá dificuldade para exportar, uma vez que sua moeda estará apreciada (mais cara frente ao dólar). Nesse cenário, as importações são estimuladas, uma vez que é mais vantajoso para os consumidores importar do que pagar mais caro por um produto produzido internamente. Isso resultará em déficit no Balanço de Pagamentos do país.

Por outro lado, uma taxa de câmbio desvalorizada estimulará as exportações em detrimento das importações. Agora, para o consumidor o produto importado ficou mais caro que o nacional. Isso leva o país a um superávit no seu Balanço de Pagamentos.

Mas o que é taxa de câmbio? Você consegue definir o mecanismo?

A taxa de câmbio é o mecanismo através do qual essa troca é possível, ou seja, é a expressão do número de unidades da moeda nacional por unidade de moeda estrangeira. Sua variação altera diversas variáveis econômicas, sobretudo aquelas relacionadas ao comércio exterior.

No comércio internacional não há apenas uma moeda a ser empregada para pagamento das transações, já que os países trocam entre si bens e serviços. Todavia, ao se fecharem as referidas transações, o saldo é contabilizado em uma única moeda. Em outras palavras, é necessário que exista alguma forma de conversão.

A operação conhecida como taxa de câmbio faz a conversão da moeda nacional em moeda estrangeira, ou seja, a taxa determina o número de unidades necessárias, em moeda doméstica, para adquirir uma unidade em moeda estrangeira. Por exemplo, considere que a atual taxa de câmbio do real em relação ao dólar seja equivalente a 2,20. Neste cenário podemos dizer que para obtermos US$ 1,00 entregamos R$ 2,20.

Assim, podemos observar que o governo, alterando a taxa de câmbio, ou seja, a relação entre as moedas, interfere automaticamente na dinâmica das relações comerciais do país, uma vez que modifica a posição dos preços internacionais.

Para você entender melhor veja outros exemplos:

- supondo-se que a taxa de câmbio seja: R$ 1,00 = US$ 1,00 g o Brasil consegue exportar 1.000 toneladas de aço;

- num segundo momento, o governo brasileiro altera a taxa de câmbio para: R$ 2,00 = US$ 1,00 g o Brasil, sob essa nova taxa, consegue exportar 2.000 toneladas de aço, pois quem possuía dólares teve seu poder de compra ampliado.

Este fato ocorre porque a alteração da taxa de câmbio tornou a moeda brasileira desvalorizada, ou seja, mais "barata" em relação à estrangeira e, consequentemente, nossos produtos caíram de preço no mercado internacional, tornando-se mais "atrativos" no exterior, resultando no aumento das exportações.

Os movimentos de flutuação da taxa de câmbio são muito comuns no mercado interno de um país. Tais oscilações estão diretamente relacionadas com a entrada e saída de moeda estrangeira, assim como determinações das autoridades monetárias. No Brasil a política cambial é regida pelo Banco Central (BACEN).

O sistema de câmbio fixo vigorou por muitos anos no Brasil. As taxas de câmbio podem ser fixas ou flexíveis (ou flutuantes):

- **Fixa:** é administrada pelo Banco Central (autoridade monetária) do país, que rege a oferta e a demanda de moedas estrangeiras. A autoridade monetária estabelece, assim, a taxa de câmbio que considera a mais conveniente para a economia.

- **Flutuante:** regime cambial flexível, no qual a autoridade monetária não tem compromisso algum para apoiar uma taxa específica. A oferta e a demanda de divisas determinam a taxa de câmbio praticada.

No Brasil, quando o BACEN estabelece antecipadamente a taxa de câmbio, compromete-se a comprar divisas com taxa fixada (VASCONCELLOS, 2002, p. 357). Na taxa de câmbio flutuante, as autoridades monetárias permitem que a taxa de câmbio oscile livremente, tendo em conta o mercado concorrencial.

No Brasil, hoje, o sistema é regulamentado pela taxa de câmbio flutuante. Esse sistema, também chamado de "flutuação suja", faz com que o BACEN, ao permitir a existência de um mercado de câmbio, intervenha no mesmo quando necessário, comprando ou vendendo divisas. (CARVALHO, 2005, p. 346)

Balanço de Pagamentos

Como você já sabe, o comércio internacional gera um fluxo de transações econômicas, operações que envolvem movimentação de mercadorias e de serviços, bem como de pagamentos e recebimentos em moedas estrangeiras. O registro dessas transações que o país realiza com o resto do mundo, num determinado período de tempo, ficou conhecido como balanço de pagamentos.

O balanço de pagamentos pode ser entendido, então, como sendo o registro sistemático estatístico-contabilista das transações de um país com as outras nações durante um determinado período de tempo. O resultado do balanço de pagamento é obtido através do somatório das contas:

- **Conta-corrente:** formada por três subcontas.

  - **balança comercial:** registra a movimentação de mercadorias. Seu saldo é dado pela diferença entre as vendas de mercadorias efetuadas pelo país ao exterior e as compras. Se as exportações excedem as importações, temos um superávit, e ocorrendo o contrário, temos déficit na balança comercial;

  - **balança de serviços:** registra as transações com os serviços, consideradas intangíveis. Por exemplo, receita e despesa de transportes; receita e despesa de viagens internacionais; rendas de capital; **royalties***; receitas e despesas com patentes, entre outros serviços; e

  - **transferências unilaterais:** refere-se ao resultado das doações, remessa de dinheiro feita ou recebida pelo país etc.

SAIBA MAIS

***Royalty** – palavra da língua inglesa que significa o pagamento que se faz àquele que possui uma patente, copyright, marca registrada, um recurso natural ou qualquer direito de uso exclusivo que seja resultante de um trabalho intelectual ou criativo com a finalidade de obter uma licença para uso desse direito. Fonte: Lacombe (2004).

- **Movimentos de capitais autônomos:** formados pela entrada ou saída de capitais, sendo representados pelo capital de risco (investimento direto), de empréstimo ou especulativo.

- **Erros e omissões:** conta de ajuste diante das dificuldades de mensuração de algumas transações.

- **Reservas (capital compensatório ou induzido):** quando o balanço de pagamentos apresenta resultado negativo (deficitário), deve-se cobrir essa lacuna com as reservas. Do contrário, se o resultado for positivo, ampliam-se as reservas.

Os governos acompanham anualmente estas transações realizadas entre os países para saber o que acontece no campo dos pagamentos internacionais e para poder avaliar sua situação econômica. Um registro deficitário no balanço de pagamentos reflete que o país deve gastar suas reservas ou recorrer a empréstimos, com pagamentos de juros, no mercado financeiro internacional ou no Fundo Monetário Internacional (FMI), para honrar seus compromissos. Esta é uma situação típica de quem gastou mais do que ganhou. Neste caso, o governo utiliza os instrumentos de política econômica (política cambial, monetária e fiscal etc.) com a finalidade de corrigir tais desequilíbrios.

Estrutura do Balanço de Pagamentos

Nas economias modernas as relações econômicas internacionais constituem-se na essência da organização do comércio, com vistas a atender porções significativas de suas necessidades comerciais e financeiras.

As transações econômicas que ocorrem entre os residentes (pessoas físicas ou jurídicas) de determinado país e os residentes de outros países merecem registros de contabilidade. Para isso, cada país tem seu próprio registro sistemático da totalidade de suas operações com os demais países do globo, expressas através de um sistema de contas nacionais. Estas contas, por sua vez, são registradas no Balanço de Pagamentos.

Todas as transações econômicas que o país realiza com o resto do mundo, num determinado período de tempo, e que permitem avaliar sua situação em relação à economia mundial, são registradas no Balanço de Pagamentos (PAULANI; BRAGA, 2003, p. 125). Em outras palavras, o Balanço de Pagamentos contabiliza os pagamentos realizados e recebidos

pelos diversos setores da economia, tais como indivíduos, empresas, governo, durante um período de tempo, em relação à economia mundial. (FERRARI FILHO, 1996, p. 261)

No Balanço de Pagamentos todos os lançamentos contábeis têm seus registros expressos em dólar americano e o período de tempo corresponde a um ano. O critério de estruturação das contas nacionais, adotado pelos diferentes países, segue recomendações metodológicas da Organização das Nações Unidas (ONU). Isso se faz necessário para que haja uma homogeneidade, e desta forma torne-se possível a realização de comparações entre vários países.

A partir de janeiro de 2001, o Banco Central do Brasil passou a divulgar o Balanço de Pagamentos de acordo com critérios estabelecidos na 5ª edição do *Manual de Balanço de Pagamentos*, do Fundo Monetário Internacional (BPM), como mostra o Quadro 3. Os conceitos nele aplicados seguem a metodologia proposta pelo Sistema de Contas Nacionais da ONU.

A. Contas Correntes
1. Balança Comercial
   1.1 Exportações de bens e serviços
   1.2 Importações de bens e serviços
   1.3 Transferências unilaterais correntes (remessas de trabalhadores, lucros, Royalties, etc.)
   1.4 Saldo do BP em conta corrente (1 → saldo da Balança comercial + 1.3)

B. Conta de Capital
2. Movimento líquido de capitais autônomos
   2.1 Investimentos diretos
   2.2 Empréstimos e Financiamentos

C. Erros e Omissões

D. Resultado Global de Balanço de Pagamentos (Saldo): A + B cujo resultado pode ser: deficitário (-) ou superavitário (+)

Quadro 3: Estrutura Sistemática do Balanço de Pagamentos
Fonte: Bacen (2007)

Termos Internacionais de Comércio (INCOTERMS)

Os INCOTERMS regulam, na estrutura de um contrato de **compra e venda internacional**, os direitos e as obrigações que dizem respeito tanto ao exportador quanto ao importador. Publicados pela primeira vez em junho de 1953, foram complementados, em 1976 e 1980 (JORGE; MOREIRA, 1993, p. 107).

SAIBA MAIS

Para um maior aprofundamento quanto às obrigações contratuais do vendedor e do comprador, de acordo com as modalidades do comércio internacional, recomendamos uma visita ao site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, disponível em: <**http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/**>. Acesso em: 11 fev. 2015.

O Papel da Organização Mundial do Comércio (OMC)

A OMC - Organização Mundial do Comércio - entrou em funcionamento em 1º de janeiro de 1995 para regular e ampliar o comércio internacional dos países membros. Esta organização é, na atualidade, o principal instrumento para o controle do comércio entre as nações, possuindo o poder de estabelecer normas e sanções aos países, quando necessário. Suas principais funções são:

- gerenciar os acordos multilaterais de comércio relacionados a bens, serviços e direitos de propriedade intelectual;
- administrar o entendimento sobre soluções de controvérsias;
- servir de fórum para as negociações;
- supervisionar as políticas nacionais; e
- cooperar com outras organizações internacionais.

Sempre que um país se julgar prejudicado pelas práticas (protecionistas) de seus parceiros comerciais, deve tentar negociações bilaterais; e se não for bem-sucedido, pode recorrer à OMC. Se esta julgar procedente a reclamação, procurará a melhor maneira de compensar o país prejudicado.

Deve-se salientar que a OMC, em princípio, condena as medidas **protecionistas*** por entender que o livre comércio é a melhor forma de se realizarem as transações comerciais.

SAIBA MAIS

***Protecionismo** – barreiras à importação de bens e serviços, mediante impostos, cotas, proibições, exigências burocráticas, exigências pseudossanitárias etc., com a finalidade de proteger as empresas estabelecidas no país (que recebem subsídios, prêmios, redução de impostos, etc.). Protecionismo é o oposto do comércio livre. Fonte: Lacombe (2004).

Resumindo

Neste Capítulo você conheceu os determinantes do comércio internacional, o papel da taxa de câmbio na economia e algumas noções sobre o balanço de pagamentos. Vimos que existem regras rigorosas a serem seguidas para que haja uma boa relação comercial entre os países, garantindo-lhes benefícios e minimizando prejuízos.

Esperamos que a partir dessas reflexões você consiga identificar o desenvolvimento do comércio internacional através da regulação das transações comerciais entre países.

Com relação ao registro das transações econômicas que um determinado país realiza com o restante do mundo, ressaltamos no texto o balanço de pagamentos, enfocando a balança comercial, a balança de serviços, as transferências unilaterais, os movimentos de capitais autônomos, os erros e omissões, e as reservas (capital compensatório ou induzido).

ATIVIDADES

Vamos conferir se você teve um bom entendimento do que abordamos neste tópico? Para saber, realize as atividades propostas. Caso tenha alguma dúvida, faça uma leitura cuidadosa dos conceitos ainda não entendidos ou, se achar necessário, entre em contato com seu tutor.

1. Qual medida protecionista, na administração pública, você adotaria para proteger o mercado interno de seu país? Justifique sua resposta.

2. Quais são as vantagens das taxas de câmbios flutuantes e das taxas de câmbio fixas? O que representa uma valorização cambial na relação comercial? Como ela afeta o Balanço de Pagamentos? Qual a importância do Balanço de Pagamentos?

3. O que aconteceu com a taxa de câmbio do Brasil nos últimos três anos? Valorizou ou desvalorizou? Como opera o mercado de câmbio no Brasil?

4. Pesquise na internet, nos sites do Banco Central <**www.bcb.gov.br**>, do IBGE <**www.ibge.gov.br**> ou do IPEA <**www.ipea.gov.br**> os números sobre o comportamento do balanço de pagamentos do Brasil de 2000 a 2006. O que lhe chamou mais a atenção? Analise a evolução das principais contas.

5. O Estado da Federação onde você reside exporta o quê? Importa o quê? O que você acha disso para o desenvolvimento do Estado?

6. Explique a influência de valorizações e desvalorizações sobre o desempenho do balanço de pagamentos.

7. Procure avaliar os possíveis impactos de uma expectativa de desvalorização cambial sobre o movimento de capitais.

8. Como você vê o desempenho da OMC nesses últimos anos?

CAPÍTULO VI

TÓPICOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O PAPEL DO GESTOR NO SETOR PÚBLICO

Prof. Carlos Magno Mendes
Prof. Cícero Antônio de Oliveira Tredezini
Prof. Fernando Tadeu de Miranda Borges
Profa. Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Objetivos Específicos de Aprendizagem

Ao finalizar este Capítulo, você deverá ser capaz de:

- Conhecer os principais debates a respeito do que vem a ser desenvolvimento econômico e qual o papel do gestor no setor público;
- Saber as razões da regulação na economia, os mecanismos de intervenção do setor público e o papel desempenhado pelo Estado na atualidade;
- Debater o significado da tributação; e
- Observar a relação qualidade de vida versus distribuição de renda.

Desenvolvimento Econômico: Tópicos Introdutórios

Estudante!
Nosso objetivo neste Capítulo é levar você a compreender o que vem a ser desenvolvimento econômico, e ampliar seus conhecimentos sobre o papel do gestor público. Esses conhecimentos são fundamentais para o sucesso desta disciplina. Procure estar sempre atualizado, pois isto é crucial para um bom profissional em Administração Pública. Não se assuste! Vamos dar um passo de cada vez, de maneira que você possa acompanhar a caminhada. Para tanto, é muito importante que você dedique-se ao estudo do Capítulo e aproveite esse momento, que é fundamental para sua formação pessoal e profissional. Bons estudos!

Foram vários os temas que abordamos neste livro de Introdução à Economia, mas um deles chama a atenção de todos nós, e por isso foi destacado neste tópico, embora esteja presente em todas as abordagens realizadas. Trata-se do desenvolvimento econômico e das suas fontes de crescimento, financiamento e modelos.

Antes de tentarmos definir desenvolvimento econômico, veja você que, para Antônio Houaiss (2001, p. 989), o termo desenvolvimento significa, "[...] aumento da capacidade ou das possibilidades de algo; crescimento progresso, adiantamento", e os termos desenvolvimento sustentável caracterizam o "[...] desenvolvimento econômico planejado com base na utilização de recursos e na implantação de atividades industriais, de forma a não esgotar ou degradar os recursos naturais".

A origem da discussão sobre o desenvolvimento econômico surgiu no Século XX, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, tendo em vista que anteriormente as preocupações encontravam-se mais ligadas ao problema da acumulação de capital, sem ter no bojo a questão da redistribuição.

Você sabia que, após 1870, o mundo sofreu uma grande transformação, o sistema capitalista aperfeiçoou as suas formas de reprodução, e, com o processo de desenvolvimento industrial instalado, ficou ainda mais visível a situação posta entre países pobres e ricos?

O período de 1870 a 1930, no mundo inteiro, inaugurou uma nova fase de crescimento, seguida de uma fase de depressão, que culminou em 1930, devida à queda da bolsa de Nova Iorque, com fechamento de fábricas e desemprego desenfreado.

Os estudos de John Maynard Keynes não só salvaram o capitalismo como influenciaram o debate acerca das contas nacionais, e também acabaram possibilitando o acompanhamento permanente da situação instalada, através da Contabilidade Social.

Foi a partir desse momento que surgiu a expressão **subdesenvolvido***, em relação a desenvolvido, para designar países que estavam em condições de dificuldades, demonstradas nos índices de analfabetismo, mortalidade, natalidade etc.

SAIBA MAIS

***Subdesenvolvimento** – aquém do existente nos países mais desenvolvidos economicamente. O subdesenvolvimento econômico está, mais vezes, relacionado a outros tipos de subdesenvolvimento, como cultural, social, político etc. Fonte: Lacombe (2004).

A luta dos países subdesenvolvidos para superarem as dificuldades colocadas fez parte de muitos debates, culminando na opção, por alguns deles, de mudança do sistema econômico, de capitalista para socialista, ao atribuírem ao processo do capital as responsabilidades pela situação vivenciada.

Esse período ficou conhecido na história como o da Guerra Fria, devido às disputas entre países capitalistas e socialistas nos terrenos da política e da economia. A Guerra Fria evitou um confronto nuclear que poderia ter ocorrido.

Na América Latina o debate sobre as relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos aflorou no final da década de 1940, e levou à criação da Comissão Econômica de Planejamento para a América Latina, que ficou conhecida como CEPAL.

Com relação ao significado de desenvolvimento econômico, muitas são as concepções, muitos são os juízos de valor, sendo realmente difícil uma definição precisa. Para Nali de Jesus de Souza (2005, p. 5):

> Não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. No primeiro grupo, enquadram-se os modelos de crescimento de tradição neoclássica, como os de Meade e Solow, e os de inspiração mais keynesiana, como os de Harrod, Domar e Kaldor. Na segunda corrente, economistas como Lewis (1969), Hirschman (1974), Myrdal (1968) e Nurkse (19570, embora com raízes ortodoxas, realizaram análises e elaboraram modelos mais próximos da realidade das economias subdesenvolvidas. Para os economistas que associam crescimento com desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora apresente recursos ociosos, como terra e mão de obra. Ele não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe e, portanto, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades.

É preciso observar que a nossa concepção de desenvolvimento econômico leva em conta inicialmente o conhecimento da localidade e da região, para, então, chegar ao nacional.

Cabe observar, ainda, que da fase da discussão, desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento (final da década de 1940), passou-se ao debate Centro *versus* Periferia, com a formulação da teoria da dependência (a partir da década de 1950); e mais recentemente foi que a questão do desenvolvimento sustentável começou a ser estimulada para valer.

Guerra Fria

O período da Guerra Fria centrou-se nas décadas de 50, 60 e 70, quando ocorreram as Revoluções Chinesa (1949), e Cubana (1959) e a descolonização da África (1960). O final dos anos 70 inaugura o declínio da Guerra Fria, com alguns pequenos ensaios rumo à abertura política, realizados por algumas das mais importantes economias socialistas com vistas à entrada nas economias de mercado, que acabaram consolidando as transformações pretendidas, já nos anos 80. Fiel aos ideais socialistas, Cuba pode ser eleita como uma das suas grandes representantes, uma vez que a China passa por transformações econômicas fortes.

A Economia Brasileira e o Desenvolvimento Econômico

É válido, nesta contextualização sobre desenvolvimento econômico, relembrarmos que, após a abertura democrática que se deu no Brasil a partir de 1984, tivemos um violento processo de estagnação econômica, período conhecido como o da **"década perdida"**, devido ao esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado no processo de substituição de importações que chegou ao seu final.

SAIBA MAIS

Década perdida – Foi o nome dado ao período de tempo em que ficou clara a falência do velho desenvolvimentismo baseado em fechadura, intervencionismo estatal e keynesianismo inflacionista-estruturalista. Fonte: Franco (2001).

Fontes de Financiamento

Embora o desenvolvimento competitivo seja a marca do nosso processo econômico, as ideias de desenvolvimento solidário, de desenvolvimento cooperativo, de desenvolvimento familiar, de desenvolvimento integrado, de desenvolvimento com parcerias e alianças estratégicas têm transformado bastante o rumo dos nossos negócios.

Na atualidade a articulação do governo com as empresas e as agências financiadoras, em busca do capital social e da formação do capital humano, é determinante para a obtenção de financiamento junto às organizações financeiras.

Um bom exemplo é o esforço que o Banco do Brasil vem fazendo nessa direção, e comprova o nosso argumento de que, ao capacitar seus funcionários com Cursos de Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável, em breve, deverá obter resultados positivos pelo empreendimento realizado, de abrangência tanto nacional quanto internacional.

No Brasil o projeto de Economia Solidária, o **Programa Bolsa Família**, em busca do compartilhamento do crescimento econômico ampliado, deram ânimo e movimento à nossa economia em termos macroeconômicos.

SAIBA MAIS

Para você conhecer os avanços e desafios do Programa Bolsa Família recomendamos o livro Bolsa Família (2003-2010) – Avanços e Desafios, volume I, organizado por Jorge Abrahão de Castro e Lúcia Modesto, publicado pelo IPEA/Brasília, no ano de 2010, e que encontra-se disponível para leitura no site: <**http://www.ipea.gov. br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol1.pdf**>. Acesso em: 11 fev. 2015.

Diante desta exposição podemos afirmar que, no caso brasileiro, o desenvolvimento econômico é um mito?

No livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, de Celso Furtado (1974, p. 13), há um recado sobre como nos posicionarmos diante dos desafios da realidade social:

> Os mitos têm exercido uma inegável influência sobre a mente dos homens que se empenham em compreender a realidade social. Do bom sauvage, com que sonhou Rousseau, à ideia milenária do desaparecimento do Estado, em Marx, do "princípio populacional" de Malthus à concepção walrasiana do equilíbrio geral, os cientistas sociais têm sempre buscado apoio em algum postulado enraizado num sistema de valores que raramente chegam a explicitar. O mito congrega um conjunto de hipóteses que não podem ser testadas. Contudo, essa não é uma dificuldade maior, pois o trabalho analítico se realiza a um nível muito mais próximo à realidade. A função principal do mito é orientar, num plano intuitivo, a construção daquilo que Schumpeter chamou de visão de processo social, sem a qual o trabalho analítico não teria qualquer sentido. Assim, os mitos operam como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social, permitindo-lhe ter uma visão clara de certos problemas e nada ver de outros, ao mesmo tempo que lhe proporcionam conforto intelectual, pois as discriminações valorativas que realiza surgem ao seu espírito como um reflexo da realidade objetiva.

Outro fator importante a ser considerado na verificação do estágio de desenvolvimento de um estado, de uma região e mesmo de uma nação é a distribuição da renda. Para medir o grau de concentração da renda de um país tem sido muito usado o **Índice de Gini***, calculado pela curva de Lorentz, que aponta a participação da renda que se encontra acumulada entre ricos e pobres.

SAIBA MAIS

***Indíce de Gini** – mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima. Fonte: PNUD (2008).

Vale conferir o artigo *Distribuição da renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil*, de Lauro R. A. Ramos e José Guilherme Almeida Reis, que se encontra publicado no livro Distribuição de renda no Brasil, organizado por Camargo e Giambiagi (1991, p. 22), cujo texto afirma:

> No Brasil, a distribuição da renda foi objeto de um amplo debate durante a década de 70, tendo como ponto de partida a elevação comprovada dos índices de desigualdade entre 1960 e 1970. De um ponto de vista teórico, a controvérsia girou em torno da aplicabilidade da perspectiva de capital humano, *vis-à-vis* de análises baseadas em elementos da distribuição funcional da renda e de modelos de segmentação do mercado de trabalho para expli-

> car a questão distributiva em economias em desenvolvimento. É importante frisar que os modelos teóricos ali desenvolvidos continuam a servir de base até hoje para análise do comportamento da desigualdade de renda no país.

O Brasil tem uma das mais perversas distribuições de renda do planeta. Você saberia citar que fatores explicam essa situação?

Realmente, são vários os fatores, destacando-se a fase herdada do período colonial. A grande propriedade, a presença da monocultura e o trabalho escravo deixaram cicatrizes que, de alguma forma, ainda estão presentes na nossa sociedade. Daí a luta pela reforma agrária, e os movimentos dos sem-terra e dos sem-teto.

Segundo Furtado (2001, p. 39),

> A análise da economia colonial é tão importante para a compreensão da atual sociedade brasileira quanto a da formação histórica de Portugal para compreender-se a razão de ser das grandes expedições e o sentido que tomou a empresa de colonização.

Podemos observar que tanto na área urbana quanto na rural temos a necessidade de uma "revolução". No momento, acreditamos que uma reforma urbana seja bem-vinda. Não podemos continuar adiando para o futuro a cicatrização definitiva dessas dificuldades da época colonial. Os Planos Diretores das cidades brasileiras com mais de 20.000 habitantes precisam ser revistos e em alguns casos elaborados.

Apesar de alguma coisa ter sido feita para aliviar a desigualdade, precisamos mesmo é eliminá-la de uma vez por todas. Para Rodolfo Hoffmann, no artigo *Distribuição da renda na agricultura,* que encontra- se publicado no livro Distribuição de renda no Brasil, organizado por José Camargo e Giambiagi (1991, p. 146),

> De 1968 a 1973 o Brasil se destacou internacionalmente pelas suas elevadas taxas de crescimento econômico. [...] o Brasil iniciou a década de 70 como um dos países do mundo com mais desigualdade na distribuição de renda.

No processo de industrialização brasileira, muitas das tecnologias que foram empregadas eram poupadoras de mão de obra, redundando em baixa ocupação da nossa força de trabalho, entre outros aspectos.

Você já percebeu que, na maioria das vezes, quando vamos a um banco para fazermos alguma transação financeira, deparamo-nos com pessoas que têm grande dificuldade em operar com a máquina de autoatendimento e que chegam inclusive a pedir auxílio a algum funcionário?

Pois bem, assim acontece no nosso dia a dia, fruto do processo de modernização almejado. Buscamos a modernização a qualquer preço, embora não tenhamos alcançando a modernidade; aliás, com relação

à modernidade, temos alguns pequenos nichos, fruto da elevada concentração da renda em nosso país.

De acordo com João Paulo de Almeida Magalhães, no livro, *Crescimento clássico e crescimento retardatário: uma necessária (e urgente) estratégia de longo prazo para políticas de desenvolvimento* (2012, p. 179),

> A dificuldade está em que os cientistas de países subdesenvolvidos são treinados para aplicar, e não para criar, ciência. [...] Não há dúvida de que importantes descobertas científicas ocorrem algumas vezes em países subdesenvolvidos. Mas o impacto delas, em termos de abertura de novas linhas de pesquisa e de aplicações práticas, permanece limitado por constituírem-se fatos isolados [...]

A industrialização brasileira, que obteve grande importância a partir dos anos 30, apoiou-se fortemente no **Processo de Substituição de Importações***, um modelo de desenvolvimento que perdurou por quase cinquenta anos na nossa economia.

SAIBA MAIS

***Processo de Substituição de Importações** – termo empregado para designar a mudança na pauta das importações brasileiras com vistas a incrementar o processo de industrialização nacional. Fonte: Elaborado pelos autores deste livro.

Contudo, com o esgotamento desse processo, entramos numa nova fase de dificuldades, marcada pela aceleração da inflação e pelo aumento do endividamento. A estabilização econômica ocorreu na economia brasileira somente após a consolidação do **Plano Real**, na década de 90, um plano formulado com vistas a tentar eliminar do cenário nacional o risco Brasil e restabelecer a confiança perdida dos investidores interessados.

SAIBA MAIS

Plano Real de Estabilização Econômica, implementado na economia em 1994.

Você precisa saber que, no auge do processo inflacionário brasileiro, apenas os mais ricos conseguiam se proteger das dificuldades; e os mais pobres eram os mais atingidos. Da concepção criada no início da década de 1970 de que, para desenvolver o nosso país primeiro era preciso fazer crescer o "bolo" para somente depois realizar a sua distribuição, nem um pedacinho do "crescimento do produto" foi dirigido aos que se encontravam excluídos.

Isso é tido como um episódio lamentável com relação à distribuição da renda no Brasil. Paul Singer, no livro *A Crise do Milagre*, que foi publicado

pela Paz e Terra, do Rio de Janeiro, em 1982, aborda essa fase da nossa economia de forma minuciosa. Vale a pena você conferir!

Fontes de Crescimento

A **inflação*** surgiu com maior intensidade na segunda metade da década de 1980, quando a pobreza existente em nosso país passou a ter acesso melhor à renda. Isso não quer dizer de modo algum que de uma hora para outra, como num passe de mágica, tivéssemos conseguido superar a todos os impasses, pois, conforme dissemos somos herdeiros de uma relação colonial perversa.

SAIBA MAIS

***Inflação** – expansão exagerada de moeda, causando um aumento contínuo, generalizado e sistemático dos preços da economia de um país. Fonte: Lacombe (2004).

É interessante relembrar a você que, nos dias de hoje, a construção do desenvolvimento precisa continuar acontecendo de forma sustentável e com a participação de todos. Na gestão de uma cidade, de um estado e de uma nação as pessoas têm de se fazerem representar.

A cidadania econômica clama por democracia, e a defesa dos direitos humanos deve ser a primeira manifestação a ser levada em conta. Também, a preservação do meio ambiente precisa ser apoiada, uma vez que o crescimento econômico desequilibrado pode ocasionar desastres ambientais inimagináveis. A água, por exemplo, em breve se tornará escassa, devendo se transformar em objeto de disputa. Em outras palavras, os recursos não renováveis do planeta precisam estar contemplados nas propostas de desenvolvimento sustentável. Temos esperanças de que o Brasil conquistará o **desenvolvimento econômico**, contudo, muito depende de todos nós na tessitura dessa rede, ou seja, cada um deve fazer a sua parte cobrando, participando e construindo o que tem para ser construído, pois, como disse Cazuza e Arnaldo Brandão, *O tempo não para. Não para, não, não para*. E, também, se lembrar sempre do que disse Sérgio Buarque de Holanda (1971, p. 101):

SAIBA MAIS

Para saber mais sobre os temas relacionados com desenvolvimento econômico e crescimento econômico visite o site: <**http://www.eclac.cl/brasil/**> e para obter dados estatísticos sobre desenvolvimento econômico consulte o site: <**http://www.pnud.org.br/home/**>. Acessos em: 11 fev 2015.

> O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição.

Papel do Setor Público

Caro estudante, agora que você já sabe que o desenvolvimento implica o aumento da capacidade falaremos sobre os mecanismos de intervenção do setor público na economia, a partir do estudo das principais correntes econômicas: Clássica, Marxista, Neoclássica, Keynesiana e da Escola da Regulação. Vamos conhecer, ainda, o porquê da necessidade da regulação da economia. É praticamente impossível, um gestor, nos dias de hoje, procurar entender o funcionamento da economia sem considerar o papel do setor público nesse contexto.

Vimos, anteriormente, que o setor público é fundamental na organização do sistema econômico. Portanto, torna-se necessário compreendermos algumas questões relativas à sua dinâmica.

Intervenção Governamental

É comum ouvir a tese de que o setor privado é mais eficiente do que o governo, que uma economia em que as empresas operam mais livremente funciona com maior eficiência do que uma economia onde ocorre uma forte atuação governamental. Como defender a participação do governo numa determinada economia diante da defesa do Estado mínimo, que influencia boa parte da sociedade em quase todos os países?

A regulação econômica está intrinsecamente ligada à ação intervencionista do Estado na economia. Para o professor Ronaldo Fiani, no artigo *Teoria da regulação econômica: Estado atual e perspectivas futuras* (1998), a ação do Estado tem por finalidade limitar os graus de liberdade dos agentes econômicos no seu processo de tomada de decisões.

A discussão sobre regulação econômica começou a tomar maior expressão na agenda nacional a partir dos anos 1980 e tornou-se, hoje, questão essencial no processo de tomada de decisão em todos os cantos do mundo. Para melhor situar o debate, é necessário observar que essa contradição entre regulamentação e desregulamentação reflete bem o nível e a amplitude que o tema assumiu na contemporaneidade. Para Ronaldo Fiani (1998, p. 2):

> [...] na verdade, a antinomia regulamentação versus desregulamentação, que vem presidindo até aqui a maior parte do debate, reflete em maior medida as vicissitudes da controvérsia política do que exatamente a natureza dos processos econômicos envolvidos no tema. Com efeito, esta polaridade só existe a partir da noção de mercado como instituição distinta e de comportamento autônomo frente às demais instituições sociais. Esta noção de mercado como um elemento que pode ser percebido como "isolado" do restante da sociedade, ainda que em vários contextos de análise possa se revelar um

artifício simplificador bastante útil, quando se trata de discutir qualquer tema que envolva as relações entre economia e Estado, quase sempre conduz a um reducionismo equivocado, cujo efeito empobrecedor sobre o debate acaba produzindo conclusões que avançam muito pouco além do mero aperfeiçoamento de teses político-partidárias.

Nessa mesma linha de argumentação, o professor Ha-Joon Chang (2002) escreveu o artigo *Rompendo o modelo: uma economia política institucionalista alternativa à teoria liberal do mercado e do Estado*, que foi publicado em 2002 no livro *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois*, da EDUNESP. Segundo Chang, o debate iniciado entre os intervencionistas e os defensores do livre mercado a partir dos anos 1970 marca, de forma mais categórica, um novo processo de intervenção do Estado na economia.

Sem querermos entrar no debate acerca do que vai ocorrer em consequência dessa polêmica, o certo é que uma nova onda de desenvolvimento começou a ocorrer nas economias capitalistas mais desenvolvidas, se espalhando, em seguida, para a periferia do sistema, num movimento que ficou conhecido como neoliberalismo, a partir dos anos 1990.

O elemento central e norteador desse debate se refere ao novo papel do Estado na economia. Milton Friedman, Friedrich Von Hayek, George Stigler, James Buchanan, Gordon Tullock e Anne Krueger destacam-se entre os teóricos que defendem uma menor participação estatal.

Sem a pretensão de esgotarmos o assunto, prosseguimos com uma pequena reflexão sobre o Estado na economia. Neste cenário o Estado é elemento fundamental na análise quando se quer estudar a problemática da regulação econômica. Torna-se também o elo principal na modelação da relação e influência o sentido, a direção e o próprio conteúdo que dá substância a esse conjunto de preocupações.

Considerando a Economia como a ciência das relações de produção dentro de condições historicamente determinadas, a não inclusão do Estado como um de seus temas se evidencia como uma omissão injustificável. É importante saber que a própria gênese do capitalismo, na fase de acumulação primitiva, está relacionada a uma forma de Estado; e à medida que a indústria nascente foi se desenvolvendo, o Estado **Absolutista*** e as classes que o garantiam abriram caminhos para o Estado liberal, cuja entrada em cena foi correspondida por mudanças na forma de funcionamento dos princípios econômicos.

SAIBA MAIS

***Absolutismo** – doutrina política que prega a concentração de todos os poderes na autoridade máxima. Originou-se da necessidade de implantar o Estado-nação e da crise do feudalismo. Fonte: Lacombe (2004).

O Estado no transcorrer da evolução do capitalismo (Estado) desempenhou vários papéis. No capitalismo competitivo, que foi dominante no Século XIX, vivenciou o liberalismo, e no século XX, foi de intervencionista a regulador. O caráter da influência exercida pelo Estado, portanto, na economia, alternou conforme o momento do ciclo econômico.

É importante esclarecer para você a influência que tem o Estado no desempenho da economia, através das principais doutrinas econômicas. Tal esclarecimento procede, tendo em vista o grau de relacionamento que teve e tem o Estado, em momentos de crise, com os principais setores da economia.

O Setor Público nas Correntes do Pensamento Econômico

Vamos conversar agora sobre as diferentes contribuições das correntes do pensamento econômico junto ao setor público.

Os teóricos clássicos acreditavam que o Estado não deveria se opor ao livre funcionamento das forças que operavam no mercado. O próprio mercado seria o mecanismo autorregulador do processo econômico, ao mesmo tempo em que controlaria possíveis eventualidades decorrentes de desequilíbrios temporários do sistema capitalista.

Neste cenário o Estado deveria, fundamentalmente, proteger o mercado de qualquer tipo de intervenção. Estas limitações impostas ao Estado se fundamentam na crença de que o próprio sistema econômico de livre mercado se encarregaria de realizar a alocação ótima dos recursos. Ou seja, o Estado estaria a serviço de toda a sociedade, portanto, limitando-se a mediar e reconciliar os antagonismos naturais da sociedade competitiva, através de sua atuação como aglutinador do poder político. É a corrente **liberal***.

SAIBA MAIS

***Liberalismo** – doutrina política e econômica que privilegia a liberdade, visando, sob o prisma econômico, criar condições para maximizar o desenvolvimento. Fonte: Lacombe (2004).

Em contraposição a esta concepção liberal, a corrente marxista criticou sistematicamente a índole do sistema capitalista. Para isto, mostrou que este modo de produção está fundado na exploração do trabalho assalariado. Foi a partir desta constatação que se procurou demonstrar que o Estado liberal se constituía em um único Estado dominado pela classe que detinha a propriedade dos meios de produção. Em adição ao seu papel político de garantir a dominação de classe e à própria função ideológica de racionalizar a subordinação existente no sistema capitalista, o Estado desempenharia uma função econômica de fundamental importância no pensamento marxista, qual seja, a de assegurar as condições exteriores de produção e reprodução social.

O Estado passaria a ser o guardião protetor da reprodução do capital, guardião que, em certos momentos, chegaria mesmo a impor à própria classe dominante os limites da exploração da força de trabalho. Foi na doutrina marxista que o Estado tornou-se a expressão mais acabada das relações que caracterizam o capitalismo, em razão da institucionalização dos interesses comuns dos capitalistas, e mais, devido ao fato de que propriamente o Estado se constitui, por sob as aparências, em instrumento da classe dominante.

Contudo, em flagrante oposição ao pensamento marxista, a corrente neoclássica observou a sociedade como um conjunto de indivíduos cuja natureza seria inteiramente independente dos fenômenos sociais em consideração. A realidade social consistiria numa interação de indivíduos dotados de natureza invariável ou permanente. As relações de propriedade entrariam em cena apenas na medida em que se reconhecia que os resultados do processo distributivo dependiam das condições iniciais relativas à posse dos meios de produção. A doutrina neoclássica procurou fazer renascer o conceito do Estado liberal dos clássicos.

Assim, não deveria haver intervenção, a não ser de maneira muito limitada. Quando houvesse qualquer manifestação do Estado intervindo na economia, isto significaria uma situação **patológica*** que deveria ser urgentemente eliminada. À medida que o modo de produção capitalista continuou a ser preponderante, não restou alternativa aos seus simpatizantes, senão a de apresentar, de modo bastante conveniente, o Estado como um poder ou força neutra na sociedade, que arbitraria entre as classes ou os indivíduos.

SAIBA MAIS

***Patalógico** – de patologia: desvio em relação ao que é próprio ou adequado ou em relação ao que é considerado como o estado normal de uma coisa inanimada ou imaterial. Fonte: Houaiss (2001).

Em contraste com a visão neoclássica, no paradigma keynesiano o Estado é chamado a desempenhar papéis e funções de suma importância para a manutenção do modo de produção capitalista. Dentro deste princípio, ele pode e deve intervir na economia de mercado com o propósito de diminuir o desemprego involuntário e aumentar a produção. O elemento-chave da intervenção reside na administração da demanda efetiva por parte do Estado, através da política fiscal e/ou monetária.

Nota-se que a ação do Estado preconizado por Keynes visaria a criar mecanismos de estabilização em uma economia essencialmente instável, tendente ao desemprego e às crises cíclicas. A intervenção do Estado se limitaria, neste sentido, a promover reformas capazes de preservar o capitalismo, e seu controle não devia interferir na iniciativa privada, com a sua atração aos lucros, pois era esta a força motriz da atividade econômica. A não-intervenção, em momentos de crise, por certo, tornaria o modo de produção presa fácil de suas próprias contradições.

A Teoria da Regulação ou Concepção da Regulação é uma corrente de pensamento econômico de origem francesa, nascida nos anos 1970, de uma crítica severa à economia neoclássica, a qual procura ultrapassar propondo uma síntese eclética entre keynesianismo, marxismo, institucionalismo norte-americano, historicismo alemão e a Escola dos Annales.

A Concepção da Regulação definiu como forma institucional ou estrutural toda codificação de uma ou várias relações sociais fundamentais à reprodução do sistema capitalista. De maneira geral, a combinação do regime de acumulação, modo de regulação e formas institucionais ou estruturais define um padrão de desenvolvimento.

Ao se considerar o modo de produção como dominante, temos três formas institucionais consideradas fundamentais pelos regulacionistas:

- moeda;
- relação salarial; e
- concorrência.

Para que essas formas funcionem por completo, é necessária, basicamente, a existência do **Estado-nação**.

SAIBA MAIS

A ideia de espaço do Estado-nação é incorporada no arcabouço teórico dos regulacionistas.

Não podemos conceber a existência de uma moeda sem imaginar a presença de um território nacional contrapondo-se ao internacional. Imaginar uma relação salarial acontecendo sem precisar um país e perceber as formas de concorrência sem a presença de centros de acumulação fracionados territorialmente é inconcebível. Portanto, a presença do Estado passa a ser considerada como uma importante forma de regulação.

Convém chamar aqui sua atenção para o fato de que vivemos a falência do modelo de desenvolvimento implantado após a Segunda Guerra Mundial, qual seja, o modelo do bem-estar econômico praticado, principalmente, pelos países desenvolvidos. Quando os primeiros sinais de crise deste modelo se manifestaram, no final dos anos 1960 e 1970, o questionamento maior feito por aqueles que discordavam deste modelo se referia ao excesso de intervenção do Estado na economia, apontado como a principal razão para a crise instalada. Desse modo, a superação das dificuldades que se avolumavam pareceu exigir alguma explicação, encontrada na mudança de postura em relação à maneira de o Estado intervir na economia. E foi assim que tivemos uma presença estatal menor na economia brasileira.

Observe, portanto, que não é por outra razão que se torna ponto central da discussão no meio político e acadêmico, a partir desta época, a

oposição entre mercado e intervenção do Estado, destacando-se, então, os estudos sobre os processos de regulação. Segundo Ha-Joon Chang (2002), os economistas neoliberais centravam suas análises na natureza imperfeita da intervenção do Estado na economia. Essa imperfeição resultava em:

> [...] falhas de governo, na forma de confisco regulatório, busca de vantagens, corrupção e assim por diante. E dizem que o custo dessas falhas de governo é tipicamente superior ao das falhas de mercado, de modo que é melhor que o Estado não procure corrigir estas últimas, pois pode provocar um resultado ainda pior. (CHANG, 2002, p. 101)

Em nossa opinião, essa intervenção se dá para corrigir as falhas do mercado e assegurar a cidadania. A crise econômica, independentemente da sua amplitude, significa, em última instância, uma ineficiência econômica. Embora os mercados competitivos funcionem teoricamente bem, na prática ocorrem falhas. Logo, o governo intervém na economia, porque os mercados não funcionam bem, distorcendo o processo de alocação de recursos.

Por Que Regular?

A necessidade da regulação torna-se premente quando os mercados não estão funcionando como deveriam. Mesmo em situações de livre mercado, há ocasiões em que este não é capaz de fazer de maneira eficiente o processo de alocação e distribuição dos recursos.

Enquanto a regulação assegura a correção das falhas, a desregulamentação deixa o mercado solto das amarras da regulação. Mas falhas não são apenas do mercado; em alguns casos os governos também cometem algumas falhas que não são fáceis de serem abordadas.

A discussão sobre as **falhas de mercado*** procura centrar suas análises sobre o ótimo de Pareto, segundo o qual ninguém consegue aumentar seu próprio bem-estar sem reduzir o de alguma outra pessoa, e faz uso teórico da análise do equilíbrio parcial ou geral.

SAIBA MAIS

***Falha de mercado** – situação em que o mercado deixado por sua própria conta não é capaz de alocar eficientemente os recursos. Entre as principais razões para isso, encontram-se as informações assimétricas, as externalidades e os chamados bens públicos. Fonte: Lacombe (2004).

Na concepção de Ha-Joon Chang (2002), se o mercado falha é porque não está funcionando na condição de "mercado ideal". Na visão tradicional, o mercado ideal equivale ao mercado perfeitamente competitivo, que se baseia nas seguintes suposições:

- aceitação de preços; e
- homogeneidade de produto, com livre entrada e saída de empresas.

Face à grande quantidade de empresas participantes do mercado, cada uma vende uma parte pequena do total da produção, e as suas decisões não influenciam no preço praticado. Isso normalmente ocorre em mercados nos quais as empresas produzem produtos idênticos ou quase idênticos.

Essa homogeneidade dos produtos é que assegura a existência de preço de mercado único e de modo consistente com a análise da oferta e procura. Como as empresas são pequenas, elas podem livremente entrar ou sair deste mercado sem incorrer em grandes custos adicionais. Contudo, há uma implicação - os compradores podem facilmente mudar de fornecedores.

É importante destacar que a economia neoclássica é a que mais vê importância no funcionamento do mercado, ou seja, o mercado é a essência da economia. Quando há falhas de mercado, há falhas na lógica do modelo de desenvolvimento, podendo ocorrer intervenções por parte do governo com o intuito de reverter essas falhas que imobilizam a lógica da reprodução do modelo.

Segundo a economista Lúcia Helena Salgado (2003), em seu **artigo** *Agências regulatórias na experiência brasileira: um panorama do atual desenho institucional:*

SAIBA MAIS

Este artigo foi publicado em 2003 pelo IPEA e está disponível no site <**http://www.ipea.gov.br**> sob o número 941.

> [...] o grande desafio para regulamentação econômica é encontrar o ponto ótimo que viabilize a lucratividade, de um lado, e o bem-estar dos consumidores, de outro, na forma de disponibilidade de bens e serviços de qualidade e a preços razoáveis. (SALGADO, 2003, p. 2)

De maneira geral, as funções da regulação são:

- proporcionar o desenvolvimento econômico, através da promoção do bem-estar de consumidores e produtores;

- reproduzir as condições de competição; e

- garantir a existência do mercado como instituição capaz de assegurar regularidade de comportamento aos membros da sociedade.

Atente para a versão neoclássica do momento, que aponta algumas razões para justificar a ocorrência destas falhas, portanto, justificando a intervenção do Estado. São elas:

- **Poder de mercado:** ocorre quando algum empresário de algum fator de produção possui capacidade de influir no preço de seu produto. Enquanto, para uma empresa competitiva, o preço é igual ao custo marginal, para a empresa com poder de mercado o preço é superior a esse custo.

- **Informações incompletas:** significa que os consumidores (demanda do mercado) não possuem todas as informações a respeito dos preços ou da qualidade do produto. Isto pode levar o mercado a operar de forma não eficiente, gerando assimetria de informações.

- **Externalidades:** são ações pelas quais um produtor ou um consumidor influência outros produtores e consumidores, sem sofrer as consequências disto sobre o preço de mercado.

Quando o sistema de preços funciona de forma eficiente, isso não acontece. Assim sendo, quando há externalidades (positivas ou negativas), está ocorrendo alguma falha de mercado. A existência de externalidades implica em dizermos que o funcionamento do mercado não é mais eficiente:

- **Bem público:** é aquele que não apresenta rivalidade em seu consumo, sendo exclusivo e disputável. Dentro dessas características, o mercado não consegue ofertar com frequência e quantidade suficiente esse tipo de produto aos consumidores, e se torna ineficiente. Isto significa que o custo marginal de oferecê-lo para um consumidor adicional é zero, e as pessoas não podem ser excluídas de seu consumo. Exemplo: utilização de uma praça pública; segurança pública.

- **Ocorrência de desemprego e inflação:** quando há desemprego, podemos dizer que os recursos humanos disponíveis não estão sendo bem utilizados, portanto, há uma falha de mercado na alocação destes recursos. O mesmo acontece com o fenômeno da inflação; quando esta ocorre existe algum desequilíbrio na economia, caracterizando uma falha de mercado.

Podemos notar que o livre funcionamento do mercado não garante a solução de problemas como a existência de altos níveis de desemprego e inflação. Assim, há espaços para a intervenção do Estado, no sentido de se implementarem políticas econômicas, objetivando- se a manutenção da estabilização através de um maior controle do desemprego e da estabilidade de preços.

Uma das questões centrais em economia, muitas vezes desconsiderada pelos críticos, se refere à existência de conflitos entre os objetivos perseguidos pela autoridade governamental através do uso da política econômica. É preciso ter clareza de que os objetivos de política econômica não são independentes, sendo, no mais das vezes, conflitantes. Afinal, a economia é uma ciência social.

Para alcançar os objetivos de política econômica, tais como crescimento da produção e aumento do emprego, controle da inflação, equilíbrio das contas externas e distribuição de renda, o governo dispõe de alguns instrumentos, entre eles:

- política monetária;
- política cambial e de comércio exterior;
- política fiscal; e
- política de rendas.

O que é Política Fiscal?

Já falamos sobre a política monetária e a política cambial e de comércio exterior. Agora, chegou o momento de conhecer um pouco mais a política fiscal. Vamos lá?

O termo política fiscal refere-se ao comportamento e à administração das receitas e despesas do setor público.

As despesas do governo derivam da prestação de serviços e/ou da produção de bens pelo setor público, tais como o pagamento de salários de funcionários públicos, obras, aposentadorias etc., além do pagamento de juros, o que, atualmente, é o componente mais pesado dessas despesas, correspondendo a gastos improdutivos, ou seja, gastos que não trazem nenhum bem-estar para a sociedade. Por outro lado, as receitas resultam, basicamente, da arrecadação de impostos e contribuições, cuja finalidade principal é financiar as despesas.

Déficit e Superávit

Superávit*, apesar de comumente ser considerado um bom resultado, nem sempre o é, pois vai depender do contexto macroeconômico em que ocorre e dos fatores que o geraram. Se, por exemplo, for fruto de uma carga tributária excessivamente elevada, podendo, futuramente, haver sonegação de impostos, não é considerado um bom resultado. Podemos citar um outro exemplo: se for fruto de uma redução dos gastos públicos essenciais à economia, também não pode ser considerado um bom resultado.

Da mesma forma, o **déficit*** nem sempre é o vilão da economia. Se puder ser facilmente financiado e tiver sido provocado pelo governo, visando, incentivar um aumento do nível de produção e emprego na economia, passa a ser um bom resultado.

SAIBA MAIS

***Superávit** – diferença entre recebimentos e pagamentos em determinado período, quando os recebimentos superam os pagamentos. Fonte: Lacombe (2004).

***Déficit** – diferença entre pagamentos e recebimentos em determinado período, quando os pagamentos superam os recebimentos; ou diferença entre os gastos e as receitas, quando os gastos superam as receitas. Fonte: Lacombe (2004).

Podemos falar ainda em déficit ou superávit primário e nominal, através de dois conceitos:

- **Primário:** seja ele déficit, seja superávit, quando nos referimos ao conceito primário estamos levando em consideração as contas do governo sem incluir pagamentos de juros da dívida (externa ou interna) e sem incluir ajustes financeiros. Então, Resultado Primário: receitas – despesas (sem incluir pagamentos de juros).

- **Nominal:** seja ele déficit, seja superávit, inclui pagamento de juros da dívida (interna ou externa), correção monetária e correção cambial. Então, Resultado Nominal refere-se a receitas – despesas (incluindo pagamentos de juros).

Agora é sua vez! Para verificar o entendimento do conteúdo até aqui, analise a frase: O governo gasta muito; há superávit primário, mas há déficit nominal.

Observe que o superávit primário está mostrando que o governo arrecadou mais do que gastou. O conceito "primário" indica não pagamento de juros da dívida, como já vimos. Significa que o que o governo gasta apenas com educação, saúde, segurança, transporte, saneamento básico etc., alcançou um resultado superavitário.

Por que, então, o déficit nominal indicado na frase?

Exatamente refere-se ao pagamento de juros da dívida. Dessa forma, observamos que, somando todas as receitas e descontando os gastos com saúde, educação etc., foi alcançado um resultado positivo. Ao pagarmos juros da dívida, verificamos déficit nas contas públicas.

Diante do exposto responda: o governo gasta muito? Justifique a sua resposta e compartilhe seu posicionamento com seu tutor e com seus colegas de turma no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Opções de Política Fiscal

As políticas fiscais referem-se às regras governamentais a respeito de tributos e taxas, bem como do uso e do controle dos recursos assim obtidos pelas autoridades públicas, e afetam o nível de atividade econômica do país (LACOMBE, 2004). O governo pode assumir duas posturas de intervenção na economia:

- **Sentido expansivo:** aumentar os gastos públicos e reduzir os impostos, com o objetivo de ampliar a produção e o emprego na economia.

- **Caráter restritivo:** reduzir a produção, proporcionando o aumento do desemprego: os gastos públicos são diminuídos e os impostos são aumentados.

Normalmente, essas posturas são assumidas pelos governos em função dos seus objetivos de política econômica. Portanto, antes de qualquer crítica, é importante entendermos o que o governo deseja.

Para aplicação das políticas econômicas, principalmente a política fiscal, devemos verificar quais os resultados previstos. Se o alcance dos objetivos envolverem custos econômicos ou sociais elevados, ainda que a eficácia seja comprovada, a política pode não ser recomendável.

O governo pode provocar déficit através da política fiscal expansiva, visando a incentivar um aumento do nível de produção e emprego, ou melhor, elevar o nível de atividade da economia.

O aumento dos gastos públicos estimula um aumento da produção das organizações por duas vias:

- **Diretamente:** quando o setor público compra bens e serviços das empresas e famílias.

- **Indiretamente:** quando as famílias, de posse de uma renda maior, elevam a sua demanda por bens de consumo, e, portanto, aumentam as vendas das empresas que atuam neste setor.

A redução de impostos também estimula a produção, visto que permanecerá mais renda no setor privado, mais reinvestimento, assim como um acréscimo da renda das famílias, podendo estas aumentarem o seu consumo. Logo uma redução dos impostos altera os níveis de emprego e salário, alteração que dependerá da propensão dos contribuintes a poupar, ou seja, o quanto da renda disponível o contribuinte consegue poupar em determinado tempo.

Já o aumento dos impostos representa um vazamento da renda do setor privado que poderia ser alocada na compra de bens e serviços no mercado. Dessa forma, age sobre a demanda agregada (todas as demandas do país) no sentido oposto ao de suas despesas, ou seja, reduz a produção.

O aumento dos gastos públicos estimula o nível de atividade econômica direta e indiretamente (através do consumo). Devido a esse estímulo indireto ao consumo, podemos dizer que os gastos do governo têm um "efeito multiplicador" sobre a atividade econômica, porque resultam em um aumento mais que proporcional na demanda agregada e também no PIB. Ou seja, um aumento dos gastos do governo provocará igual aumento da renda da economia. À medida que esse primeiro aumento da renda começa a estimular novos gastos de consumo, a demanda agregada por bens e serviços é novamente acrescida. Assim, esses novos gastos de consumo vão gerar um novo aumento da renda da economia.

Geralmente, essa maior tendência a consumir acontece nas economias menos desenvolvidas (países subdesenvolvidos), onde existe um alto grau de concentração de renda (ou número elevado de famílias de baixa renda em comparação com as de renda elevada). Nesses países, quando há um aumento na renda, a tendência maior é consumir, e não poupar.

Dessa forma, podemos concluir que um aumento de gasto público (G) gera aumento no emprego (E), que gera mais salários (W), o que faz aumentar a renda (Y) e aumentar o consumo (C). Aumentando o consumo, aumenta a receita (R) do governo, pois mais impostos serão recolhidos. E assim sucessivamente.

Financiamento

Ao longo do Século XX, na maioria dos países, o setor público aumentou sua participação na atividade econômica, o que o fez incorrer em custosos déficits (particularmente com o pagamento de juros), e ter necessidades crescentes de financiamento.

Para atender a essas necessidades, podemos contar com três procedimentos:

- **Impostos:** ainda que apareçam como uma forma natural de financiar gastos públicos, os impostos apresentam uma série de limitações, pois, quando existe déficit, eles são insuficientes para atender aos gastos. Além disso, seria uma medida impopular o seu aumento; e em períodos de recessão agravaria, ainda mais a situação (pois inibiria a produção privada, por exemplo).

- **Emissão de moeda:** consiste na "criação de dinheiro", pois, como já vimos, o setor público, por meio do Banco Central, é o responsável pela emissão do dinheiro. Com isso, poderíamos pensar que basta recorrer à emissão monetária para atender às necessidades de financiamento do déficit. No entanto, este procedimento implicaria o aumento da pressão inflacionária e a perda de valor do dinheiro.

- **Emissão da dívida pública:** quando o Estado põe à venda títulos públicos. Essa iniciativa também tem implicações monetárias, dado que os fundos financeiros não são ilimitados e que a emissão da dívida

pública pode reduzir as possibilidades de financiamento da iniciativa privada, assim como contribuir para aumentar a taxa de juros.

Política Fiscal e Taxa de Juros

Podemos dizer que a política fiscal influencia a taxa de juros em duas situações:

- quando se decide vender títulos no mercado, o que faz reduzir a quantidade de dinheiro no mercado que poderia ser destinado aos investimentos privados. Assim, quando ocorre uma procura de empréstimos por parte das empresas e famílias, para realizarem investimento, a taxa de juros tende a aumentar, pois a oferta de dinheiro para investimentos é reduzida, já que este foi destinado para a compra de títulos; e

- quando se decide atrair capital especulativo, o que pode ser feito através do aumento da taxa de juros, para financiar o gasto público, pagar juros de dívida e amortizar a dívida.

Qualidade de Vida X Distribuição de Renda

A qualidade de vida da população está altamente associada à distribuição de renda, a qual depende do conjunto de impostos de um país, e também das transferências e dos pagamentos que o governo faz para a sociedade.

Se for feita uma política com base na tributação e no pagamento de transferências (pensões, aposentadorias, auxílio-remédios etc.), é possível termos vários tipos de renda.

Tributando as classes mais ricas, via modificações de impostos, pode-se aliviar as classes mais pobres. Essa mudança na incidência tributária pode ser feita pela modificação de impostos regressivos para impostos progressivos. Quando se reduz a carga regressiva (Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA) e se aumenta a carga progressiva, há distribuição de renda e melhora das condições de vida da população.

Podemos usar, ainda, a política fiscal para aumentar o pagamento de transferências para a população mais pobre, ou seja, aumentar aposentadorias, criar auxílio-remédios etc. É possível ainda reduzir o pagamento de transferências para a população com renda mais elevada cortando privilégios e reduzindo altas aposentadorias, por exemplo.

O governo pode, também, adotar uma política salarial favorável ao trabalhador. Ao ajustar ou estabelecer um salário mínimo corrigido periodicamente, permite que o ganho real dos trabalhadores não seja deteriorado; ao contrário, seja até mesmo elevado.

Com uma distribuição mais igualitária de renda, conseguimos uma melhor qualidade de vida da população. No entanto, essa não é a realidade brasileira, na qual a má distribuição de renda chama a atenção pela alta concentração nas mãos de poucos. Dessa forma, qualquer projeto de desenvolvimento para o país deve objetivar a reversão da desigualdade. É preciso, portanto, que você, como gestor público, busque a criatividade econômica para poder ousar nas proposições e enfrentar os desafios com determinação.

TEXTO COMPLEMENTAR

Para ampliar seus conhecimentos consulte as leituras a seguir:

- *Portal do Conselho Administrativo de defesa econômica* – você encontra diferentes informações sobre regulação na economia brasileira. Consulte em: <**http://www.cade.gov.br**/>. Acesso em: 11 fev. 2015.

- *Portal do professor Gesner Oliveira* – onde você encontra temas sobre economia brasileira com ênfase em defesa da concorrência, regulação e comércio. Disponível em: <**http://www.goassociados.com.br**/>. Acesso em: 11 fev. 2015.

- *Portal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão* – amplie seus conhecimentos sobre Política Fiscal no Brasil, visitando o site, disponível em: <**http://www.planejamento.gov.br**/>. Acesso em: 11 fev. 2015.

- *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* – de Reginaldo Moraes, que discute sobre os modelos teóricos, as orientações políticas, as grandes correntes do pensamento liberal e o neoliberalismo.

Resumindo

Chegamos ao final da disciplina de Introdução à Economia (Uma Visão para Administradores Públicos). É evidente que numa disciplina de 60 horas não podemos aprofundar a temática como gostaríamos, mas temos a certeza de que você tem agora os elementos básicos para compreender a importância da Economia para o profissional em Administração Pública e também para avançar no aprimoramento de sua capacidade para, quem sabe, atuar nessa área como gestor.

Abordamos os pensamentos das principais Correntes Econômicas sobre as intervenções do setor público na economia e a presença do Estado como regulador. No que diz respeito à indagação levantada no texto sobre por que regular, esperamos que você, como futuro gestor, tenha percebido que é para corrigir as falhas no mercado.

ATIVIDADES

Para que você possa verificar se entendeu o que foi abordado neste Capítulo, apresentamos alguns questionamentos. É importante que você procure respondê-los e, caso encontre dúvidas em alguma questão, volte, releia o texto e também conte com seu tutor para auxiliá-lo.

1. Por que as pessoas confundem tanto crescimento econômico com desenvolvimento econômico?

2. Se a discussão sobre a distribuição de renda no Brasil é tão antiga, por que o problema ainda persiste?

3. Por que o bolo da década de 70 não foi distribuído? (Trata-se de uma alegoria que aborda uma determinada situação de crescimento do produto).

4. Levante informações sobre o processo inflacionário brasileiro.

5. Explique o que ficou conhecido como Milagre Brasileiro, e responda: por que a década de 80 ficou conhecida como "década perdida"?

6. Faça um levantamento sobre a origem e o desenvolvimento da industrialização brasileira.

7. Por que o modelo de substituição de importações entrou em processo de esgotamento?

8. Escreva as suas impressões sobre a situação econômica da América do Sul e da África, e tente uma correlação com questões do desenvolvimento econômico.

9. Levante a participação do gasto público no PIB do Brasil, de 2000 a 2008.

10. A Constituição Federal de 1988 tornou o controle do gasto público mais rígido no Brasil? Quais foram as principais vinculações da arrecadação que já têm destinação garantida para serem gastas?

11. Quais são as transferências constitucionais para Estados e Municípios existentes no Brasil?

12. Quais são as formas de financiamento do déficit público encontradas no Brasil?

13. Quais são os riscos para um país ter uma dívida pública elevada?

14. Como transformar-se num gestor voltado para a economia criativa?

15. O Brasil tem condições de reparar os atrasos em ciência e tecnologia? Qual a sua proposta, na qualidade de gestor?

REFERÊNCIAS

BACEN. Balanço de Pagamentos – apresentação por setores institucionais. 2007. Disponível em: <**http://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/BalPagSet_P. pdf**>. Acesso em: 11 fev. 2015.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **Brasil e a Economia Internacional.** Rio de Janeiro: Campus, 2005.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro.** O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BLAUG, Mark. **Metodologia da Economia**: ou como os economistas explicam. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Economia Brasileira:** posições extremas. Cuiabá: Genus, 1992.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRAGA, José Carlos de Souza. A contemporaneidade de O capital. In: CARNEIRO, Ricardo (Org.). **Os clássicos da Economia.** São Paulo: Ática, 1997.

BRASIL Escola. **Liberalismo Econômico.** [2008]. Disponível em: <**http://www.brasilescola.com/economia/liberalismo-economico.htm**>. Acesso em: 11 fev. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Instituições, bom estado e reforma da gestão pública. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (Org.). **Economia do setor público no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus-FVG, 2004.

BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico.** Tradução de Luciana Penteado Miquelino. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

CHANG, Ha-Joon. Rompendo o modelo: uma economia política institucionalista alternativa à teoria neoliberal do mercado e do Estado. In: ARBIX, Glauco; COMIN, A.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Org.). **Brasil, México, África do Sul, Índia e China.** São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

_____. **23 coisas que nunca lhe contaram sobre a economia.** Lisboa: Clube do Autor, 2010.

CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI, Fabio (Org.). **Distribuição de Renda no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CANUTO, Otaviano; BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Internacional.** Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CARNEIRO, Ricardo. **Os clássicos da Economia.** São Paulo: Ática, 1997.

CARVALHO, M. S. Economia Internacional. Economia: Fundamentos e práticas aplicados à realidade Brasileira. In: VIAN, Carlos Eduardo de Freitas; PELLEGRINO, Anderson César Gomes Teixeira; PAIVA, Cláudio César (Org.). **Economia Fundamentos e Práticas Aplicadas à Realidade Brasileira.** Campinas: Alínea, 2005.

CARVALHO, Fernando et al. **Economia Monetária e Financeira:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (Org.). **Bolsa Família (2003-2010)** – Avanços e Desafios. Volume I. Brasília: IPEA, 2010.

CORAZZA, Gentil (Org.). **Métodos da Ciência Econômica.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

DEANE, Phyllis. **A evolução das ideias econômicas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FIANI, Ronaldo. **Teoria da Regulação Econômica:** Estado Atual e Perspectivas Futuras. Teoria Política e Instituições de Defesa da Concorrência. Grupo de Regulação da Concorrência, 1998. PDF. Disponível em: <**http://www.ie.ufrj.br/grc/pdfs/teoria_da_regulacao_economica.pdf**>. Acesso em: 26 mar. 2014.

FERRARI FILHO, Fernando. Economia Internacional. In: SOUZA, Nali de Jesus (Org.). **Introdução à Economia.** Org. Nali de Jesus de Souza. São Paulo: Atlas, 1996.

FRANCO, Gustavo H. B. **A Década Perdida e a das Reformas.** 2001. Disponível em: <**http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/a48.htm**>. Acesso em: 11 fev. 2015.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

_____. **Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII.** São Paulo: Hucitec, 2001.

GALBRAITH, John Kenneth. **O pensamento econômico em perspectiva:** uma história crítica. São Paulo: Pioneira, 1989.

GASTALDI, José Petrelli. **Elementos de Economia Política.** São Paulo: Saraiva, 1999.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Claudia. **Finanças Públicas:** teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

GIANNETTI, Eduardo. **O valor do amanhã.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea.** São Paulo: Atlas, 2005.

HALL, Robert Ernest; LIEBERMAN, Marc. **Microeconomia: princípios e aplicações.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico:** uma perspectiva crítica. Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro. 2. ed. 3. reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ICONE. **Vantagens Absolutas.** [2008]. Disponível em: <**http://www. iconebrasil.com.br/biblioteca/glossario/letra/v**>. Acesso em: 11 fev. 2015.

JORGE, F. T.; MOREIRA, J. O. C. **Economia:** notas introdutórias. São Paulo: Atlas, 1993.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** São Paulo: Atlas, 1982.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional:** teoria e prática. São Paulo: Addison Wesley Brasil, 2005.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à Economia.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Dicionário de Administração.** São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **Dicionário de Negócios:** mais de 6.000 termos em inglês e português. São Paulo: Saraiva, 2009.

LANZANA, Antônio E. T. **Economia brasileira:** fundamentos e atualidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LUQUE. C. A.; SCHOR, S. M. Teoria Macroeconômica: evolução e situação atual. In: LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antônio. **Manual de Macroeconomia.** São Paulo: Atlas, 2000.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **Brasil século XXI:** uma alternativa ao modelo neoliberal. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Crescimento clássico e crescimento retardatário:** uma necessária (e urgente) estratégia de longo prazo para políticas de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, Sindecon, 2012.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. **Introdução à Economia.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MARX, Karl. **O capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O capital.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

NAPOLEONI, Cláudio. **O pensamento econômico do Século XX.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial.** (Séculos XVI – XVIII). São Paulo: Brasiliense, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista.** O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Maria Regina Vilarinho de. **Barreiras fitossanitárias na exportação de produtos agrícolas.** 2004. Disponível em: <**http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2614135125/**>. Acesso em: 11 fev. 2015.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A nova Contabilidade Social.** São Paulo: Saraiva, 2003.

PENSADOR. **Biografia de Adam Smith.** [2005]. Disponível em: <**http://www.pensador.info/autor/Adam_Smith/biografia/**>. Acesso em: 11 fev. 2015.

PEREIRA, Jose Matias. **Finanças Públicas:** a política orçamentária no Brasil. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia.** 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval (Org.). **Manual de Economia.** Equipe de Professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. (Org.). **Manual de Economia.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

POCHMANN, Marcio. **A década dos Mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

PNUD. [**Índice de Gini**]. [2008]. Disponível em: <**http://www.pnud.org.br/ atlas/dl/Lista-indicadores_do_Atlas.htm**>. Acesso em: 11 fev. 2015.

RATTO, Luiz. **Comércio:** um mundo de negócios. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Abril Cultural, 1985; 2002.

ROMER, David. **Macroeconomia Avançada.** 2. ed. Madrid: McGraw-Hill, 2002.

SALGADO, Lúcia Helena. **Agências regulatórias na experiência brasileira:** um panorama do atual desenho institucional. Textos para discussão n. 941. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 2003. Disponível em: <**http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0941.pdf**>. Acesso em: 11 fev. 2015.

SANABIO, Marcos Tanure; SANTOS, Gilmar José; DAVID, Marcus Vinicius. **Administração Pública Contemporânea:** política, democracia e gestão. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia.** 40. ed. São Paulo: Best-Seller, 1994.

SINGER, Paul. **A crise do milagre.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Apresentação. In: RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **Aprender Economia.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

SMITH, Adam. Riqueza das nações. São Paulo: Hemus, 1981.

_____. **A riqueza das nações:** investigação sobre a natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 2002.

SÓ BIOGRAFIAS. David Ricardo. [2008]. Disponível em: <**http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/DavidRic.htm**>. Acesso em: 11 fev. 2015.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Curso de Economia.** São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Desenvolvimento econômico.** São Paulo: Atlas, 1993; 2005.

_____. **Introdução à Economia.** São Paulo: Atlas, 1996

SPOHR, Paulo Alexandre. Contabilidade Social. In: SOUZA, Nali de Jesus de (Org.). **Introdução à Economia.** São Paulo: Atlas, 1996.

STIGLITZ, Joseph; WALSH, Carl. **Introdução à Microeconomia.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

SZMERECÁNYI, Tamás (Org.). **Malthus.** São Paulo: Ática, 1982.

THOMPSON JR., Arhur; FORMBY, John. **Microeconomia da firma:** teoria e prática. 6. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1998.

UOL EDUCAÇÃO. John M. Keynes. [2008]. Disponível em: <**http://educacao.uol.com.br/biografias/john-m-keynes.jhtm**>. Acesso em: 11 fev. 2015.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. **Fundamentos de Economia.** São Paulo: Saraiva, 2004.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia:** Micro e Macro. São Paulo: Atlas, 2002.

WHEEN, Francis. **Karl Marx.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

WILLIAMSON, J. **Economia Aberta e a Economia Mundial.** Rio de Janeiro: Campus 1996.

REALIZAÇÃO

UAB UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

CAPES

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

ORGANIZAÇÃO

nead NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

UPE UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

OFERECIMENTO

Este livro é parte integrante do material didático do Curso de Bacharelado em Administração Pública, do Programa Nacional de Formação em Administração Pública, oferecido na modalida a distância.

ISBN 978-85-7988-257-9

9 788579 882579